Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Daphne Braga

Trabalhadores Comerciários: uma experiência do "saber operário" na construção de conhecimentos sobre vigilância em saúde do trabalhador

Rio de Janeiro
2019

Daphne Braga

Trabalhadores Comerciários: uma experiência do “saber operário” na construção de conhecimentos sobre vigilância em saúde do trabalhador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde do Trabalhador, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em saúde pública. Área de concentração: Vigilâncias e Avaliação em Saúde.

Orientador: Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

Rio de Janeiro

2019

Catalogação na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

B813t Braga, Daphne.
Trabalhadores comerciários: uma experiência do "saber operário" na construção de conhecimentos sobre vigilância em saúde do trabalhador / Daphne Braga. -- 2019.
133 f. : il. color. ; graf. ; tab.

Orientador: Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

1. Vigilância em Saúde do Trabalhador. 2. Comércio. 3. Trabalhadores. 4. Saúde do Trabalhador. 5. Entrevistas como Assunto. I. Título.

CDD – 23.ed. – 363.11

Daphne Braga

Trabalhadores Comerciários: uma experiência do "saber operário" na construção de conhecimentos sobre vigilância em saúde do trabalhador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde do Trabalhador, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em saúde pública. Área de concentração: Vigilâncias e Avaliação em Saúde.

Aprovada em: 29 de novembro de 2019.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosangela Gaze
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Estudos em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Renato José Bonfatti
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Centro de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana

Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (Orientador)
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural

Rio de Janeiro

2019

A todos os trabalhadores comerciários e as trabalhadoras comerciárias e ao Sindicato dos Comerciários dos Municípios: do Rio de Janeiro, de Paty do Alferes e de Miguel Pereira, e em especial, ao companheiro de luta, comerciário, dirigente sindical que participou ativamente de todo caminho percorrido e descrito no presente texto, conhecido como San Furtado, comerciário, pedagogo e multiplicador de vigilância em saúde do trabalhador que nos deixou precocemente aos quarenta e quatro anos em abril de 2019.

AGRADECIMENTOS

Começo os meus agradecimentos às trabalhadoras e aos trabalhadores comerciários pelos momentos de aprendizagem compartilhada. O tempo que passamos juntos no Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro/Sindicato dos Comerciários (SECRJ), na Fazenda de Paty do Alferes, nas assembleias, nas vigilâncias em saúde do trabalhador com os comerciários e as comerciárias que estão na base, ou seja, no "chão de loja", em eventos com o coletivo das mulheres do SECRJ - As Margaridas - e em muitos encontros com o Fórum Intersindical, foram momentos muito especiais de troca e de muita parceria.

E estendo, igualmente, os meus agradecimentos aos participantes do grupo focal e aos trabalhadores entrevistados, que reservaram um tempo na agenda para responderem às entrevistas sobre as especificidades do trabalho no comércio, pois sem o "saber operário" e sem o protagonismo dos verdadeiros conhecedores do tema, o texto certamente teria outro formato.

Agradeço aos companheiros Marcio Ayer e Alexsandra de Carvalho, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do SECRJ – mandato 2015-2020 – por proporcionarem total disponibilidade e apoio para que trabalho fosse de fato compartilhado entre a academia e os trabalhadores comerciários.

Agradeço ao Kique, advogado do SECRJ que proporcionou o meu primeiro contato com o processo de intervenção do sindicato e colocou-se sempre disponível para discutir o documento. E agradeço aos outros três advogados: Alexssander, Fábia e Luiz, que também são do SECRJ por compartilharem comigo as especificidades do atendimento jurídico aos comerciários. Agradeço ao trabalhador Carlos que faz parte da equipe de que realiza o atendimento aos comerciários que participam da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

Agradeço a minha primeira supervisora de estágio, Terezinha Ramos, por ter apresentado o campo da saúde do trabalhador enquanto espaço de intervenção do serviço social. E eu fui picada pelo "mosquitinho da saúde do trabalhador" em 1994, quando ainda estava na faculdade. Já são vinte e cinco anos de estrada e luta por melhores condições de saúde nos locais de trabalho.

Agradeço aos trabalhadores e amigos do Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador (Cerest) Municipal do Rio de Janeiro: Cláudia, Mônica, Elaine, Tânia, Isabel, Marcão, André, Josi, Vanessa, Dri, Marcia Denise, Flávia, Marcinha, Adília, Welton, Odila, Simone e

Silvia. Eu tive muita sorte em ser abraçada pela equipe de uma forma tão acolhedora e incrivelmente capacitada.

Também agradeço aos trabalhadores e amigos do Cerest Estadual do Rio de Janeiro: Jorge, Eralda, Daiane, Sérgio, Kátia, Márcia T., Cátia, Ivomar, Tatiana, Fernanda, Ana Izabel, Osman, Pedro Filho, Pedro Coscareli, Paulo, Patrícia, Renata, Cida, Adriana, Rose, Rosana e Márcia C. - sendo que a última não está mais no mesmo local de trabalho, mas é importante lembrar - pelas discussões temáticas e pela luta diária para que a Saúde do Trabalhador se mantenha viva em nosso fazer profissional.

Ao Fórum Intersindical de Formação em Saúde, Trabalho e Direito; aos companheiros e representantes sindicais pela oportunidade ímpar de aprendizagem através do "saber operário", pois sem o Fórum eu não teria conhecido os representantes de vários sindicatos e que enriqueceram o meu conhecimento sobre o trabalho real.

Aos amigos de turma Multiplicadores de Visat, em especial destaco os comerciários e dirigentes sindicais Danielle e Alessandro (*in memoriam*) por caminharem comigo durante todo o trabalho de discussão da dissertação de mestrado apresentada. Vocês fazem parte de um sindicato que eu tenho muito respeito pela luta por melhores condições de vida e trabalho de uma categoria que é extremamente diversificada, com desafios que somente quem está trabalhando como comerciário tem a real dimensão das lutas por dias melhores em tempos tão difíceis.

A Luciene Aguiar, amiga que o Fórum Intersindical (FIS) me presenteou com a sua acolhida e acompanhou toda trajetória percorrida, de forma compartilhada com os trabalhadores do comércio e que no FIS eu pude ampliar o olhar sobre a saúde dos trabalhadores, através do contato com os comerciários, e um leque de possibilidades de aprendizagem junto com os trabalhadores se abriu.

Agradeço, especialmente, a Jacqueline Wilhelm Caldas, outra amiga que conheci no FIS, com quem eu compartilhei conhecimentos, e que ela nem imagina o quanto foi importante na minha vida pessoal.

Agradeço ao trabalhador Marcel Caldas pela delicadeza ao registrar em sua câmera fotográfica as reuniões do FIS. As fotografias e os filmes são compartilhados no Blog multiplicadoresdevisat.com, dando publicidade aos temas mais discutidos em saúde do trabalhador.

Agradeço a amiga Ana Paula Menezes Bragança dos Santos, outra amiga e companheira de luta que eu conheci no FIS. O incentivo e principalmente o carinho acolhedor durante a longa caminhada, pois nos momentos em que eu mais precisei ela simplesmente abriu os braços e os ouvidos, literalmente.

Agradeço as coordenadoras do curso Profas. Ana Braga e Simone Oliveira que tanto contribuíram durante a minha formação acadêmica e, de forma brilhante conduziram o curso de mestrado com um olhar muito delicado, respeitando a individualidade de todos os alunos que vieram dos quatro cantos do Brasil. E, certamente eu faria o terceiro mestrado no Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH), só para ficar naquele espaço tão vivo e aprender mais sobre vigilância em saúde do trabalhador.

Agradeço aos meus amigos da turma do mestrado profissional do ano de 2017, pois eles permitiram que eu conhecesse os muitos "Brasis" em um só Brasil e, sem sair do Rio de Janeiro. Sem dúvida alguma foi uma experiência ímpar ouvir as inquietações de todos mestrandos, com diferentes formações, e compartilhar as minhas, também.

Em especial preciso destacar alguns colegas/companheiros de luta: Mônica, Cidinha, Eduardo Rezende, Amandinha, Amandona, Bené, Marcela, Zenaide, Paulo, Naldo, Fernando, Silvio e, se deixar vou colocar o nome dos vinte e quatro colegas de turma. Com certeza eu não sou a mesma Daphne que entrou no mestrado (segundo mestrado), em 2017.

Agradeço aos trabalhadores do CESTEH: Renatinha, Silvia, Renata Neto, Penha e Manuel e Wiliam.

Agradeço à bibliotecária e Profa. Arlete que orientou com as buscas por referências bibliográficas desde o início.

Agradeço aos servidores que trabalham na biblioteca da ENSP: Gizele e Leonardo que ajudaram muito com as buscas por bibliografia e, que tiveram muita paciência comigo quando eu "esquecia" tudo que eles já tinham visto comigo inúmeras vezes.

Agradeço em especial a Maria Emília e a Lisania que trabalham no apoio ao Comitê de Ética da ENSP/FIOCRUZ. Eu perdi as contas de quantas vezes eu liguei para pedir orientação e cumprir às exigências apontadas pelo Comitê.

Agradeço aos servidores que trabalham na Secretaria Acadêmica da ENSP, em especial ao Eduardo, Joelma e Liliane pela delicadeza, pois vocês explicavam tudo e quando terminavam de explicar eu perguntava tudo novamente, para não esquecer. E vocês repetiam tudo com a maior presteza como se fosse a primeira vez.

Agradeço aos professores com quem tive aulas mágicas em que eu pude dialogar com os mestres que fazem a saúde do trabalhador acontecer no Brasil, em tempos tão sombrios e com tantos retrocessos, principalmente no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Durante as aulas do mestrado profissional eu consegui pensar e participar de seminários que apresentaram alternativas de luta pela saúde do trabalhador que mesclavam o conhecimento acadêmico e o conhecimento trazido pelos alunos do curso e por outros trabalhadores.

Embora, eu tenha receio de esquecer alguns, eu vou fazer um exercício com a minha memória que hoje já não é mais a mesma, e tentar lembrar de todos os mestres: Carlos Minayo, Paulo Pena, Kátia Reis, Jorge Machado, Luis Leão, Juliana Rulli, Luiz Cláudio, Cristina Strauss, Fátima Sueli, Renato Bonfatti, Gideon, Karla Menezes, Élida, Rosangela Gaze, Elizabeth Dias, Ary, Isabela, Lacaz, René, Willer, Marcelo Figueiredo, Marta, Sérgio Portella, Jorge Souto, Paulo Buss, Maria Helena Barros, Vilma Santana, Lise, Adriano, Tania Maria, Silvia Jardim, Jorge Said, Graça Druck, Elvira e outros professores que eu tenha "esquecido de mencionar aqui" e que contribuíram para aumentar a minha sede de conhecimento.

Em especial, agradeço aos professores Renato Bonfatti e Ana Inês, pelas contribuições realizadas durante a qualificação do mestrado profissional.

E também agradeço aos professores Rosangela Gaze, Renato Bonfatti (novamente), Simone Oliveira e Ana Inês, por aceitarem o grande desafio de avaliar o texto que ora apresento e que propõe incorporar o "saber operário" junto com a academia.

Ao meu amigo de luta pela Saúde Pública, professor e orientador Fadel por ser o maior incentivador deste trabalho e, por estar de braços dados comigo durante todos os desafios que a academia colocou para que este trabalho pudesse ser de fato compartilhado. O texto escrito só foi possível porque eu fui acolhida por um orientador tão solidário e que me fez acreditar que um sonho compartilhado é algo possível, ou seja: um sonho que se sonha sozinho é só um sonho, ao contrário do sonho que se sonha junto com os trabalhadores, o que eu chamo de sonho compartilhado e que tem força e poder para virar realidade. Fadel você foi o maestro deste trabalho.

Ao meu pai, Paulo Henrique Feijó Braga e a minha mãe do coração, Aurea Feijó Braga pelo apoio desde que "eu me conheço como gente". Os dois são mais do que exemplos de trabalhadores que eu admiro, os dois juntos são os verdadeiros responsáveis pela minha formação como ser humano e como trabalhadora.

Aos meus irmãos: PH e Ariba, por respeitarem os momentos em que eu estive ausente dos encontros familiares. Também agradeço a minha cunhada, Patrícia pelo incentivo de sempre. E não posso deixar de mencionar os meus sobrinhos: Paulinho e Valentina, pois a minha família é a minha base.

Ao meu filho Luis por estar ao meu lado todos os dias e ter insistido para que eu fizesse a inscrição no mestrado profissional em (Vigilância em Saúde do Trabalhador) Visat. Ele disse que eu devia ir atrás do meu sonho. E foi ele quem plantou a sementinha do amor ao Teatro, no meu coração e, que nos momentos mais difíceis quando a minha memória falhou, eu adoeci e fiquei um longo período afastada do trabalho, o meu filho sempre falava com tan-

ta admiração que o trabalho que eu estava fazendo era muito importante e que eu deveria ir em frente. Como foi difícil! Luis participou até de algumas aulas comigo e conheceu o FIS/Fiocruz.

A amiga Leila por estar sempre por perto e ao lado do meu filho, permitindo a confecção deste trabalho, respeitando os momentos em que eu estive no fundo do poço. Ela estendeu as duas mãos. Com uma delas, cuidava do Luís e, com a outra, ela cuidava de mim, pois até para eu levantar da cama para comer quando eu não queria nem abrir os olhos, lá estava ela com tanta dedicação e palavras que faziam a diferença.

Ao meu grande amigo André Lima por ter acompanhado boa parte da minha trajetória acadêmica e profissional com muita admiração. E agradeço o carinho das minhas filhas do coração: Helena e Camille por perdoarem os momentos em que eu fiquei trancada no escritório para escrever o texto. Helena muitas vezes entrava no escritório e perguntava se eu já tinha acabado e que ela queria brincar com a tia Dadá.

Aos amigos que compreenderam a minha ausência enquanto eu estudava: Japan, Kelly, Silvia, Simone, Jaqueline, Betinha, Sérgio, Sheila, Bárbara, Carlinha, Jeanine, Carol, Elza, Ana, Arminda, Margarete, Paulinha, Nilce e Glorinha. Conhecemo-nos há tantos anos e nos admiramos tanto que eles sabem o quanto eu sou bicho do mato quando estou estudando.

Ao Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro - SASERJ - na pessoa da companheira Margareth Dallaruvera, pois foi o primeiro sindicato que eu procurei para começar a entender a luta dos trabalhadores da profissão que eu havia escolhido no início dos anos noventa. Eu fui dirigente sindical no SASERJ.

O SECRJ foi a minha terapia, sempre as quintas-feiras. E não posso deixar de falar novamente do Coletivo das Mulheres do SECRJ – As Margaridas – trabalhadoras comerciárias que lutam pelos direitos das mulheres, pois muitos problemas que foram relatados no grupo focal: infecção do trato urinário em operadoras de caixa que não podem ir ao banheiro quando precisam, dores nas costas devido às cadeiras inapropriadas para a função, assédio sexual relacionado ao trabalho, dentre outros, são destaques nas pautas do coletivo. A questão de gênero ainda é negligenciada pelo empregador. O meu carinho à companheira Rosangela, uma mulher guerreira que eu tive a oportunidade de conhecer.

Agradeço ao NAS – Núcleo de Atendimento Sindical de Madureira, especialmente aos companheiros: Vinícius, Carol, Natália e Flávia por abrirem as portas das lojas do bairro. Foi uma experiência gratificante ir aos locais de trabalho e convidar os trabalhadores para serem entrevistados no NAS. A companheira Liliane se disponibilizou e andou comigo em Madureira para divulgar a pesquisa. Outro NAS que colaborou muito com o agendamento das

entrevistas foi Núcleo localizado no Norte Shopping e o meu agradecimento especial a amiga Tânia, por abrir as portas para a realização de muitas entrevistas. Agradeço aos companheiros de luta PH, Douglas, Jorge e Marcelo Max pelo apoio durante o desenvolvimento do presente trabalho.

Aos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS): Pablo, Ana Cassetta, Ethel, César e Leandro por lutarem comigo em momentos em que eu mesma cheguei a pensar em parar a pesquisa. A motivação de vocês foi crucial para que eu pudesse cumprir o objetivo pactuado com o SECRJ.

Agradeço a Escola de Artes Cena, uma vez que foi o palco que me tirou do abismo e devolveu a minha capacidade de compreensão textual. Kethleen, Ed, George e Pâmela, vocês são trabalhadores/artistas incríveis! E eu não poderia esquecer os amigos/alunos da turma de sábado que me ajudaram a decorar os textos e não desistir devido às minhas dificuldades para "largar o papel" e ter mais segurança para falar o texto sem o texto. E o teatro é a investigação da alma, como disse Shakespeare, na peça intitulada Hamlet. Como foi importante ter descoberto a Sra. Polônio e ter interpretado um personagem tão forte e com tantas falas. Pisar no palco com o teatro lotado foi um divisor de águas em minha vida.

Agradeço a professora de ginástica localizada Roberta que fez com que eu conseguisse lidar melhor com as dificuldades motoras que eu apresentei após três isquemias cerebrais em 2019. O lado direito ainda está diferente, mas eu resolvi encarar o desafio e fazer exercícios de alongamento que fizeram diferença na minha recuperação.

E finalmente, eu agradeço ao SECRJ, novamente, pelo apoio e por ter confiado a mim a tarefa de redigir de forma compartilhada as experiências relatadas pelos comerciários sobre do "chão de loja". Certamente foi um dos maiores desafios que a vida profissional me proporcionou na área da Saúde do Trabalhador. Obrigada, companheiros de luta! É por vocês, é com vocês que o trabalho compartilhado pulsa em meu peito!

EU SOU GRATA POR ESTAR VIVA E TER A OPORTUNIDADE DE APRESENTAR COM OS TRABALHADORES COMERCIÁRIOS A EXPERIÊNCIA QUE CONSTRUÍMOS DE FORMA COMPARTILHADA, AFINAL A METODOLOGIA QUE UTILIZAMOS, EMBORA CONHECIDA PELA ACADEMIA, NÃO É PUBLICIZADA FACILMENTE ATÉ MESMO ENTRE OS PARES, POR SER UMA PROPOSTA CONTRA-HEGEMÔNICA.

OBRIGADA!

As falas sobre o trabalho não se desenvolvem sem um universo de cumplicidade, de partilhamento de experiências, de enraizamento na vivência, sem ocasiões e motivos que só existem no trabalho.

DUARTE; FEITOSA, 1998, p. 37.

RESUMO

Esta pesquisa articula o "saber operário" das trabalhadoras e trabalhadores comerciários com a academia e o Fórum Intersindical Saúde, Trabalho e Direito (FIS/Fiocruz). O estudo parte de uma demanda do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro (SECRJ) à academia, mais especificamente ao Curso de Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde do Trabalhador da Fundação Oswaldo Cruz (MPVISAT) em 2017, para que as questões de saúde/doença relacionados ao trabalho no comércio fossem investigadas. O objetivo da dissertação foi realizar pesquisa associada entre academia e trabalhadores comerciários, mediados pela sua representação sindical, tendo por horizonte a construção de conhecimentos subsidiários da vigilância em saúde do trabalhador, a partir da percepção dos trabalhadores sobre a relação saúde-trabalho, conjugando o saber operário e o saber científico. Objetivou, também, analisar a experiência de ruptura do atual SECRJ com a gestão anterior, empossada pela ditadura militar de 1964, marcada pela corrupção e nepotismo, que se perpetuou até 2015; caracterizar o setor comerciário em suas inúmeras variáveis de atuação; e apontar elementos de conteúdo para a confecção de um instrumento pedagógico sobre a relação saúde-trabalho para a categoria. A pesquisa seguiu a metodologia qualitativa de busca bibliográfica utilizando as categorias centrais do objeto da dissertação: "saber operário", vigilância em saúde do trabalhador e trabalhador comerciário. As bases indexadas: Lilacs, Scielo, Periódicos Capes e BVS mostraram que a busca, quando realizada com os três grupos de palavras ao mesmo tempo, não evidenciou resultados. Foram, igualmente, analisados os dados de bancos públicos: IBGE, RAIS, CNAE, INSS e Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho do Ministério Público do Trabalho. No campo empírico foram utilizadas as técnicas de grupo focal, com dirigentes sindicais e trabalhadores de suporte das atividades do SECRJ, e de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores comerciários, selecionados aleatoriamente nos núcleos de atendimento sindical e em estabelecimentos diversos. Justificou-se a pesquisa pela magnitude das questões de relevância sanitária da categoria, trazida pelo sindicato ao FIS/Fiocruz, com indicadores empíricos de adoecimento, acidentes e mesmo mortes relacionadas ao trabalho, cuja visibilidade epidemiológica oficial não corresponde à fala dos trabalhadores.

Palavras-chave: Saber operário. Vigilância em Saúde do Trabalhador. Trabalhador Comerciário. Trabalhador do comércio.

ABSTRACT

This research articulates knowledge worker of female workers and commercial men with university and Intersindical Forum of Health, Work and Justice (FIS/Fiacres). The study starts from a demand of trade union in Rio de Janeiro to Professional Master Course in Occupational Health Surveillance (MPVSISAT) in 2017, that health and illness issues related to work in commerce were investigated. The objective of dissertation was to carry out associated research between academy and commercial workers, mediated by their union representation, with a view to building knowledge of worker health surveillance, from the worker´s perception about the health and work relationship, combining the works knowledge and scientific knowledge. It also aimed to analyze the rupture experience of the current union SECRJ with the previous management, sworn in by the 1964 military dictatorship, marked by corruption and nepotism, which perpetuated until 2015; to characterize the commercial sector in its numerous operating variables; and point out content elements for the elaboration of a pedagogical instrument on the health-work relationship for the category. The research followed the bibliographic search methodology using the category of the dissertation object: worker knowledge, worker health surveillance and commercial worker. The indexed bases: Lilacs, Schiele and BVS showed when performed with the three-word groups at the same time did not show results. The following public databases were also analyzed: IBGE, RAIS, CNAE, INSS and Digital Observatory on Health and Health and Work Safety of Public Ministry of Labor. In the empirical field, focus group techniques were used with union leaders and workers supporting the activities of the union and semi-structured interviews with randomly selected commercial workers and various establishments. The research was justified by the magnitude of the issues of health relevance of the category, brought by the union to the FIS/Fiacres with empirical indicators of illness work-related, accidents and deaths, whose official epidemiological visibility does not correspond to the speech of the workers.

Keywords: Knowledge worker. Occupational health surveillance. Commercial work. Trade worker.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Linha do tempo - Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro	41
Figura 2-	Base de Dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações.....	50
Figura 3-	Biblioteca Virtual em Saúde.....	50
Figura 4-	Base de dados: SciELO - Scientific Electronic Library Online.....	51
Gráfico 1-	Total de Afastamentos (auxílio-doença por acidente de trabalho - b91) por Ano. Município do Rio de Janeiro (2012-2017).....	62
Gráfico 2-	Despesa com Afastamentos (B91) Iniciados em Cada Ano (Acumulado) Município do Rio de Janeiro (2012-2017).....	63
Gráfico 3-	Acidentes de Trabalho com Mortes. Município do Rio de Janeiro (2012-2017)	64
Gráfico 4-	Total de Acidentes de Trabalho do Setor de Comércio em Comparação com os Demais Setores. Brasil (2013-2015).....	65
Gráfico 5-	Percentual das Cinco Atividades Econômicas com Maior Número de Afastamento.- Miguel Pereira (2012-2017).....	66
Gráfico 6-	Percentual das Cinco Atividades Econômicas com Maior Número de Afastamento. Paty dos Alferes (2012-2017).....	66
Gráfico 7-	Número de Empregos Formais no Comércio. Estado do Rio de Janeiro (2015-2016)	67
Gráfico 8-	Número de Empregos Formais no Comércio. Rio de Janeiro (2015-2016)...	67
Gráfico 9-	Participantes da pesquisa por sexo	86
Gráfico 10-	Participantes da pesquisa por faixa etária.....	86
Gráfico 11-	Quanto ao grau de escolaridade dos participantes	87
Gráfico 12-	Só trabalhou no comércio	88
Gráfico 13-	O comércio foi o primeiro emprego	88
Gráfico 14-	Se o entrevistado/entrevistada possui casa própria.....	89
Gráfico 15-	Já procurou o SECRJ	89
Gráfico 16-	Qual o motivo	90
Gráfico 17-	O gráfico Associação da amostra pesquisada ao SECRJ.....	90
Gráfico 18-	Horas trabalhadas por dia.....	91
Gráfico 19-	Se as comerciárias e os comerciários entrevistados fazem hora-extra.....	91
Gráfico 20-	Recebe pelas horas-extras trabalhadas.....	92
Gráfico 21-	Pode ir ao banheiro quando precisa.....	92

Gráfico 22- Utiliza algum equipamento de proteção individual..... 93
Gráfico 23- Riscos no local de trabalho a partir da amostra entrevistada..... 95
Gráfico 24- Você tem meta para bater 96
Gráfico 25- Há ameaça por superior durante a cobrança de meta 97
Gráfico 26- Recebeu benefício pelo afastamento..... 98
Gráfico 27- Houve reconhecimento da relação com o trabalho pelo INSS..... 99
Gráfico 28- Voltou para a mesma função..... 99
Gráfico 29- Faz tratamento médico/psicológico..... 100
Gráfico 30- Sobre o uso de medicação regular pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras entrevistados 100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Vínculo atual do entrevistado/entrevistada..... 87
Tabela 2 - Gostaria de trabalhar em outro local diferente do comércio..... 94
Tabela 3 - Se gostaria de trabalhar em outro local no comércio, qual o local..... 94
Tabela 4 - Quais os riscos..... 96
Tabela 5 - Ameaça por superior na cobrança de meta..... 97
Tabela 6 - Você ficou afastado do trabalho..... 98
Tabela 7 - Você ficou com sequela do Acidente de Trabalho ou da Doença Relacionada com o Trabalho..... 99
Tabela 8 - Você considera que tem problemas de saúde que podem estar relacionados ao trabalho..... 101
Tabela 9 - Como você se sentiu após a entrevista..... 101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG	Auxiliar de Serviços Gerais
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CNAE	Cadastro Nacional das Atividades Econômicas
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CEPRAL	Centro de Estudos e Prevenção ao Álcool e outras Drogas
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEREST	Centro de Referencia em Saúde do Trabalhador
CESTEH	Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CST	Coordenação de Saúde do Trabalhador
CTPS	Carteira Profissional de Trabalho
DIHS	Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural
DORT	Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
DVST	Divisão de Saúde do Trabalhador
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FECRJ	Funcionário do Sindicato dos Comerciários
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIS	Fórum Intersindical de Formação em Saúde, Trabalho e Direito
FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensões do Comércio
INDC	Instituto de Neurologia Deolindo Couto
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

LER	Lesões por Esforços Repetitivos
LILACS	Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciência da Saúde
MOI	Movimento Operário Italiano
MPT	Ministério Público do Trabalho
MPVISAT	Mestrado Profissional de Vigilância em Saúde do Trabalhador
MVISAT	Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador
NAS	Núcleo de Atendimento Sindical
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCD	Portador de Deficiência Física
PNSTT	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
RENAST	Rede Nacional de Atenção em Saúde do Trabalhador
RJ	Rio de Janeiro
SASERJ	Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro
SCIELO	*Scientific Electronic Library Online*
SECRJ	Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro/Sindicato dos Comerciários
SESC	Serviço Social do Comércio
SIM	Sistema de Informações de Mortalidade
SINAN	Sistema Nacional de Notificação de Agravos
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUBPAV	Subsecretaria de Atenção Primária, Vigilância e Promoção da Saúde
SUBVISA	Subsecretaria de Vigilância Sanitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEC	União dos Empregados do Comércio
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
VISA	Vigilância Sanitária
VISAT	Vigilância em Saúde do Trabalhador

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	19
1	**INTRODUÇÃO**	26
2	**O SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA**...	34
3	**O REFERENCIAL TEÓRICO**.....	42
3.1	A SAÚDE DO TRABALHADOR: DO QUE SE TRATA?.....	42
3.2	A SAÚDE DO TRABALHADOR À LUZ DO MOVIMENTO OPERÁRIO ITALIANO (MOI)	45
3.3	O FÓRUM INTERSINDICAL DE FORMAÇÃO EM SAÚDE, TRABALHO E DIREITO	46
3.4	VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	47
4	**METODOLOGIA**.....	49
4.1	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	49
4.2	CARACTERIZAÇÃO DA ABORDAGEM E A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	51
4.3	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL E A CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA DO MÉTODO.....	54
4.4	ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO DURANTE O GRUPO FOCAL, A ESCOLHA DO REFERENCIAL TEÓRICO PARA TRATAR O MATERIAL GRAVADO E AS ANOTAÇÕES REALIZADAS DURANTES AS EXPOSIÇÕES DOS PARTCIPANTES	55
4.5	A COLETA DE INFORMAÇÕES POR MEIO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS COM: OS DIRIGENTES SINDICAIS, OS COMERCIÁRIOS DA BASE E COM OS TRABALHADORES COM VÍNCULOS EMPREGATÍCIO NO SECRJ	57
4.6	ROTEIRO DA ENTREVISTA VALIDADO PELO GRUPO	59
5	**PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DOS TRABALHADORES COMERCIÁRIOS**	62
6	**RESULTADOS E DISCUSSÃO**.....	68
6.1	GRUPO FOCAL SECRJ.....	68
6.2	ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES COMERCIÁRIOS	83

6.3 DISCUSSÃO A PARTIR DAS INFORMAÇÕES ENCONTRADAS NAS ANÁLISES DAS CINQUENTA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS 85
7 **CONCLUSÃO**..... 102
REFERÊNCIAS..... 105
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO GRUPO FOCAL 109
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ENTREVISTA 111
APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA 113
APÊNDICE D – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL..... 114
ANEXO A - A CARTILHA DA SAÚDE DO TRABALHADOR COMERCIÁRIO 115
ANEXO B – CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS 2.0/ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (CNAE/IBGE) 120
ANEXO C – GRÁFICOS 124

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Daphne Braga, nasci no Rio de Janeiro em 1973. Sou Assistente Social e me formei em 1996, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O meu primeiro emprego foi na Loja Mesbla, no BarraShopping, onde exerci a função de vendedor-caixa, no início da década de 90. Fiz toda faculdade trabalhando no comércio varejista, mais especificamente em Shopping Center. Trabalhei, posteriormente, nas Lojas Lápis de Cor do BarraShopping e, também, do Norte Shopping. Sábados, domingos e feriados nunca foram dias de folga para mim. A minha carteira de trabalho foi assinada aos 19 anos e nunca parei de trabalhar, muito embora eu não tivesse dificuldades financeiras e pudesse somente estudar eu sempre gostei de ganhar o meu dinheiro.

Esta história de comércio é bem precoce em minha vida. Quando eu tinha uns sete anos eu costumava catar partes de pedras do tipo paralelepípedo nas ruas e as levava para casa para pintar. Fazia vários desenhos nas pedrinhas e vendia *as obras de arte* no prédio onde eu morava. A minha mãe era professora e lecionava o dia todo. Eu ficava muito tempo sem fazer nada e buscava desenhar e pintar. E gostava de vender as pedras. E os vizinhos compravam todas as pedrinhas desenhadas à mão vendidas pela *"artista"*. Muito provavelmente as pessoas compravam porque eu mesma fazia propaganda do negócio e como eu era bem franzina e falante o estoque de pedras logo terminava.

Um dia a minha mãe encontrou uma boa quantia em dinheiro numa gavetinha da escrivaninha na qual eu costumava guardar o material da escola. Ela queria saber a origem daquele dinheiro e eu disse que tinha vendido pedrinhas pintadas. Ela não gostou muito da ideia e pediu para eu não fazer mais. E eu apenas obedeci e o meu dom artístico ficou adormecido por algum tempo.

O tempo foi passando e eu fui morar numa chácara do meu avô Renato, no bairro da Praça Seca, em Jacarepaguá, porque a vida da minha mãe havia mudado um pouco e ela precisou da ajuda financeira do meu avô. A casa era muito grande e tinha várias árvores frutíferas no quintal. Eu e a minha mãe morávamos na casa, no primeiro andar. Os caseiros moravam no segundo andar e tinham duas meninas um ou dois anos mais novas do que eu, a Nana e a Neném. Eu gostava muito de brincar naquele quintal enorme que possuía uma grande variedade de mangueiras e outras árvores frutíferas. Era o máximo! Tinha sapoti, romã, abacaxi, fruta do conde e até

cacau.

Eu, Nana e Neném descobrimos que poderíamos ganhar um troco vendendo manga no portão de casa. Havia uma variedade de mangas na chácara, como: manga espada, manga carlotinha, manga coração de boi, e nós três acordávamos muito cedo e catávamos as mangas e colocávamos num carrinho de mão para vender no portão. No final do dia dividíamos o dinheiro por três. Era o máximo! Vendi muito tempo sem que a minha mãe desconfiasse.

Também tinha uma Kombi que passava uma vez por semana e que anunciava a troca de garrafas por pintinhos. Eu catava todas as garrafas que achava e acabei montando um galinheiro. Os pintinhos viravam galos e galinhas e eu não deixava ninguém matar os bichos para comer. Eles morriam de velhos. Eu gastava o dinheiro que ganhava com a venda das mangas, com ração para os bichos e com doces que eu comprava na vendinha que tinha perto de casa, na rua Dr. Bernardino. Tempos bons demais! Ia para rua e brincava o dia todo, soltava pipa e andava de carrinho de rolimã, pulava o portão quando eu não tinha a chave para sair e ficava de olho no horário para voltar para casa antes da chegada da minha mãe. Eu era uma moleca!

Um dia a minha mãe descobriu o dinheiro numa caixinha que eu guardava e aí tive que contar como eu havia conseguido aquele montante, novamente. Ela não gostou muito, mas acabou deixando o dinheiro lá. Na realidade, ela só não queria que eu fosse com as meninas para feira vender porque achava perigoso. É porque na rua onde eu morava tinha uma feira-livre às quartas-feiras e nós colocávamos o carrinho de mão cheio de mangas e oferecíamos àqueles que passavam pelo local, em frente ao portão da chácara do Vó Renato. Eu chegava da escola e ia direto substituir as meninas e fechar “a barraca” na feira. Dividíamos o dinheiro por três e cada uma gastava ou guardava como desejava. Época boa demais da minha infância!

Aos dez anos eu e a minha mãe mudamos para Niterói e as brincadeiras divertidas no quintal foram substituídas pelas bonecas e pela bicicleta. Moramos em São Francisco, na Rua Araribóia, num apartamento também cedido pelo Vô Renato.

Aos treze anos fui morar em Jacarepaguá com o meu pai, dois irmãos mais novos do que eu e a minha madrasta, pois a minha mãe passou por alguns problemas de saúde e não teve como ficar comigo.

A minha adolescência foi bem legal e numa época em que andar de bicicleta e bater papo no portão com os vizinhos era muito comum. Até porque em

Jacarepaguá, na Taquara, onde o meu pai morava era bem tranquilo. Na minha rua passava até carro do pão.

Eu estudei no Colégio Piedade até o segundo ano do segundo grau. E como eu não gostava de pedir dinheiro, dava um jeito e arrumava revistas da Avon para vender e tirar um troco. Vendi Natura, vendi prata, bijouterias e calcinhas. Aprendi a fazer unha e ganhava um dinheirinho. O comércio sempre fez parte da minha vida. Vendia coisas desde pequena! E aos 19 fui parar no Shopping. Peguei vários currículos e saí entregando nas férias do meio do ano e logo as entrevistas começaram a pintar. Tive sorte e passei no processo seletivo para vendedor-caixa da Loja Mesbla, no início dos anos 1990.

Trabalhar no comércio não era fácil. Uma jornada de oito horas controladas pelo cartão de ponto, com sábados, domingos e feriados, onde tinha hora para entrar e, muitas vezes, não tinha hora para sair, porém eu gostava da rotina e me sentia realizada. Estudava e trabalhava. E muitas vezes batíamos o ponto e voltávamos para terminar algo que não podíamos deixar para o dia seguinte. A gerente ficava o tempo todo bem pertinho para verificar se ao final do dia a área de vendas estava organizada para o dia seguinte. Se alguma peça fosse vendida deveria ser substituída por outra antes de iniciar outra venda. E como eu acumulava a função de vendedor-caixa somente ao final do expediente, após o fechamento do caixa era possível repor a área de vendas.

E a rotina se repetia de segunda à sexta-feira. Pegava três ônibus para chegar à minha faculdade, sendo que o primeiro ônibus saía às 5h40m da manhã. Se eu perdesse certamente chegaria atrasada na UFRJ, no bairro da Urca. Estudava até as 12h30m e pegava o famoso *busão 175* para chegar ao BarraShopping até às 14h. Eu só chegava em casa à noite. Passei boa parte da faculdade trabalhando e estudando. Depois precisei sair do comércio para fazer os estágios curriculares e terminar a graduação em Serviço Social.

O grande encontro com a Saúde do Trabalhador aconteceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - onde fiz seleção para estágio na Divisão de Saúde do Trabalhador - DVST -. No início do período de estágio fiquei na perícia do local que atendia aos servidores da universidade que estavam licenciados por inúmeros motivos. Depois fiquei um tempo no Centro de Estudos de Prevenção ao Álcool e outras Drogas - CEPRAL -, vinculado ao Instituto de Neurologia Deolindo Couto - INDC -, também da UFRJ. Cabe ressaltar que os quatro períodos de estágio

curricular fui bolsista da área de Saúde do Trabalhador. Eu posso dizer que a desde 1994 a saúde do trabalhador faz parte da minha vida. E pensar o processo saúde, trabalho e adoecimento é algo que ocupa um lugar central no meu cotidiano.

O primeiro dinheiro que eu ganhei como profissional de serviço social foi devido aos conhecimentos que adquiri no estágio em Saúde do Trabalhador. Fiz uma consultoria para o Serviço Social do Comércio (SESC), a convite da minha supervisora de estágio, Terezinha Ramos, assim que eu me formei, em 1996. Assim, eu aprendi a "vender a minha força de trabalho" no mundo do Serviço Social através da consultoria.

Em 1997 fiz seleção para o Mestrado em Saúde, Trabalho e Ambiente na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e nunca mais parei de estudar os temas vinculados à saúde do trabalhador.

Eu trabalhei como Assistente Social nos Hospitais: Cardoso Fontes, Albert Schweitzer e Lourenço Jorge, desenvolvendo diversos trabalhos, mas o meu olhar sempre esteve voltado para os usuários dos serviços como trabalhadores.

Atualmente, eu trabalho no Centro de Referência Especializado em Saúde do Trabalhador do Estado do Rio de Janeiro (CEREST) Estadual -, e no Centro de Referência Especializado em Saúde do Trabalhador, no município do Rio de Janeiro (CEREST2) e o texto que apresento em seguida é fruto do meu segundo mestrado na FIOCRUZ, sendo que agora faço um mestrado do tipo profissional, ou seja, com o objeto de estudo vinculado diretamente aos locais onde eu trabalho.

O interesse em fazer o segundo mestrado e não o doutorado, veio porque eu tive contato com o Fórum Intersindical de Saúde, Trabalho e Direito (FIS) em 2016, e através do fórum tive a oportunidade de estudar os conteúdos específicos da área da vigilância em saúde do trabalhador e, também, participar de discussões com representantes de vários sindicatos. E um universo novo se abriu: *"o saber operário"* a partir das percepções dos trabalhadores.

A aproximação com os trabalhadores de diversas áreas como os sindicatos: dos comerciários, dos metalúrgicos, dos petroleiros, dos operadores de telemarketing, dos bancários, dos servidores públicos de diversos locais, dos professores, e muitos outros foram modificando ao longo dos anos de 2015 e 2016, o meu olhar sobre o mundo do trabalho para além da academia e, consequentemente eu acabei sendo 'picada pelo bichinho da vigilância em saúde do trabalhador".

No início de 2017 fiz a seleção para o Mestrado Profissional em Vigilância

em Saúde do Trabalhador (MPVISAT), também na FIOCRUZ. Iniciei o projeto de pesquisa com a discussão sobre as políticas de saúde e de assistência social, propondo a discussão da intersetorialidade entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o recorte do trabalho infantil. Cabe dizer que eu tive incentivo do Coordenador do CEREST Estadual à época, Jorge Curcio que divulgou o curso de mestrado e deu todo apoio para que eu pudesse frequentar as aulas do mestrado profissional. Em setembro de 2017 eu solicitei a minha saída da emergência do Hospital Lourenço Jorge e fui trabalhar na Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST), sob a Coordenação da Cláudia D´Oliveira, vinculada à estrutura da Vigilância Sanitária (VISA), especificamente, no CEREST Municipal 2 do Rio de Janeiro. As gerentes Mônica Toscano e Elaine Alves realizaram um treinamento em serviço e eu fiquei responsável pelas inspeções em ambientes de trabalho. Eu tive muita sorte com a chefia imediata, Isabel que sempre foi muito parceira e eu pude fazer todas as disciplinas com total dedicação nos dias em que as aulas do MPVISAT aconteciam.

E em dezembro de 2017, com a apresentação dos projetos, na última disciplina do ano, o Sindicato dos Comerciários participou do último módulo do ano a convite do Professor Renato Bonfatti, um dos Coordenadores do Fórum Intersindical. E após a apresentação de alguns trabalhos dos alunos do mestrado, os dirigentes sindicais fizeram um pedido que surpreendeu não somente aos alunos como também aos professores que estavam presentes. Eles solicitaram que academia se aproximasse mais da realidade dos trabalhadores comerciários. Eu ouvi com muita atenção ao pedido e conversei com o meu orientador sobre a demanda dos trabalhadores comerciários e assim eu iniciei o estudo com os protagonistas deste trabalho, as comerciárias e os comerciários.

É fundamental dizer que não deixei de lado um projeto que eu já havia desenvolvido um trabalho mais sólido e de uma importância extremamente relevante e que sempre fez parte do meu interesse. Porém, eu optei em fazer a discussão sobre o trabalho infantil sob outro formato que não sob o formato de dissertação de mestrado profissional em vigilância em saúde do trabalhador.

O contato com os trabalhadores através das inspeções que eu realizei, pelo CEREST 2, em diversos locais de trabalho, abriu um grande universo de possibilidades de não somente observar o trabalhador comerciário, como também de discutir as questões relacionadas às especificidades do trabalho no comércio, uma

vez que pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) estão classificadas, somente no comércio, vinte e sete diferentes códigos.

Assim, a partir da demanda do SECRJ, a pesquisa foi iniciada, de forma compartilhada com os protagonistas do estudo que ora é apresentado – os trabalhadores comerciários.

A minha experiência enquanto técnica do CEREST 2 – Município do Rio de Janeiro – responsável por atender às ordens de serviço demandadas pela SUBVISA - Subsecretaria de Vigilância Sanitária - onde se encontrava, no organograma, a CST até meados de 2018, permitiu que eu vivenciasse através das inspeções realizadas, um conhecimento importante sobre os ambientes de trabalho, porém os protagonistas do estudo, os trabalhadores, não participavam das ações.

Eu fazia parte da equipe responsável pelo atendimento às demandas voltadas às inspeções dos ambientes de trabalho. Raramente eu conseguia fazer uma intervenção conforme preconiza a VISAT (Vigilância em Saúde do Trabalhador) em que a presença do trabalhador durante todo processo de vigilância ocorre de forma programada e muito bem organizada e, geralmente a partir da demanda do sindicato da categoria.

No entanto, apesar de todas as dificuldades eu ainda encontrava espaço para desdobrar as inspeções em futuras ações de VISAT com apoio do Ministério Público do Trabalho que sempre enviava pedidos de intervenção nos locais de trabalho que muitas se desdobravam em processos de mudanças nos ambientes de trabalho e, até na organização do trabalho.

Ratifico que eu realizava as inspeções em dupla (com outro técnico do CEREST) e sem a participação do trabalhador por motivo de força maior. Embora o CEREST estivesse no organograma da VISA (Vigilância Sanitária) e os técnicos tivessem identificação de fiscal e, também utilizassem os documentos oficiais, a saber: (Termo de Visita Sanitária, Termo de Intimação, Edital de Interdição Total e Parcial), nós podíamos autuar (multar) o estabelecimento que apresentasse algum risco à saúde dos trabalhadores do local, mas a VISAT não tinha força na VISA.

Em meados de 2018, o organograma foi modificado e a CST foi retirada da SUBVISA e foi alocada na SUBPAV (Subsecretaria de Atenção Primária e Vigilância) o que modificou todo trabalho do CEREST, uma vez que a fiscalização e a autuação não seriam mais realizadas pelo CEREST.

Atualmente eu continuo lotada no CEREST 2 - Município do Rio de Janeiro

e no CEREST Estadual do Rio de Janeiro, como técnica da área da saúde do trabalhador, mas a dinâmica do trabalho no Município está voltada para o matriciamento das ações de saúde do trabalhador na lógica da Atenção Básica. E no Cerest Estadual, as ações estão voltadas, atualmente para o apoio técnico aos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em ações de prevenção, promoção e vigilância epidemiológica.

Resumidamente, toda a minha formação, desde o primeiro estágio curricular encontra-se diretamente vinculada à saúde dos trabalhadores.

A luta é por melhores condições de vida em ambientes de trabalho saudáveis, que não adoeçam, não mutile, e não matem os trabalhadores. A luta é pela permanência da saúde do trabalhador no SUS, enquanto política pública que atenda todos os trabalhadores, independentemente do vínculo empregatício do trabalhador.

1 **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem sua origem marcada durante a última aula do módulo de apresentação dos trabalhos dos discentes, em forma de pôster, do Curso de Mestrado Profissional de Vigilância em Saúde do Trabalhador (MPVISAT), em dezembro do ano de 2017, quando foram apresentados os projetos de pesquisa para a qualificação, em março do ano seguinte.

Durante a referida aula do MPVISAT teve a presença de vários trabalhadores sindicalistas, alunos do Curso Intersindical de Saúde-Trabalho-Direito realizado pelo Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS).

O debate sobre os mais diversos temas foi abrilhantado com uma infinidade de questionamentos dos trabalhadores presentes, dentre os quais, um despertou-me o desejo de estudar sobre o assunto.

De forma inesperada, uma trabalhadora do comércio perguntou se havia algum projeto que pudesse estudar a saúde dos trabalhadores comerciários, pois, segundo ela, os comerciários adoecem devido à pressão no ambiente de trabalho. A mesma também destacou que comércio tem se modificado nos últimos anos e as metas crescem a cada dia e as condições de trabalho pioram na mesma proporção.

Naquele momento, o clamor dos comerciários que ali estavam voltou-se à especificidade do trabalho deles, uma vez que as questões do comércio não estavam presentes entre os trabalhos daquela turma de mestrado profissional e eles fizeram a turma pensar. No final da fala dos comerciários, alguns alunos teceram comentários suscitando um rico debate.

Um filme rápido passou pela minha cabeça ao final da explanação da comerciária. Eu lembrei que a minha primeira experiência de trabalho ocorreu no comércio, no início da década de noventa, época em que eu cursava a graduação em serviço social na UFRJ.

Eu trabalhei como caixa e vendedora em uma grande loja de departamentos que não existe mais, pois abriu falência nos anos dois mil. Uma rede que vendia de tudo, desde barcos e automóveis até roupas e utensílios para a casa, por exemplo.

Dentre as experiências vivenciadas no comércio eu pude também trabalhar como vendedora em lojas menores e especializadas em roupas e sapatos para crianças e adolescentes. E lembrei-me que vestir uma criança e agradar aos pais e aos clientes-mirins não era uma tarefa no meu cotidiano como vendedora. Demandava mui-

to tempo, técnicas de vendas e muita paciência para entreter as crianças e aos responsáveis, ao mesmo tempo.

Dentre algumas dificuldades que passei foi a que até hoje muitos comerciários passam, que é a de ter o salário à base de comissão. Outro problema que também foi destacado pela comerciária que participava daquela aula referiu-se ao problema das metas diárias, semanais e mensais.

Começar o mês "zerada" deixava-me muito apreensiva, pois iniciar o mês sem ter a certeza do valor do salário no final do mês não era nada confortável e o estímulo a competição entre os vendedores gerava um ambiente muito hostil.

Sem esquecer de relatar que havia uma exposição desnecessária, na minha opinião, porém bem atrativa para o capital. A loja mantinha um ranking de venda com os nomes de todas as vendedoras que ficava nos murais internos de todas as lojas. E, para ficar no topo do *ranking* as vendedoras criavam estratégias para não perder a oportunidade de vender, como por exemplo: a de beber pouca água durante o expediente para diminuir as idas ao banheiro e não ficar sem vender e "cair da vez".

Outro fato que eu não esqueço refere-se aos telefonemas dos supervisores quando o experiente terminava e era rotina informar o valor que a loja havia fechado e qual a vendedora tinha vendido mais naquele dia. Parecia uma tortura. Eu perdi as contas dos dias em que eu estava em casa e atendia ao telefone da minha casa como se eu estivesse na loja.

Outro estresse era a conferência dos números dos cartões de crédito antes de realizar o fechamento da venda. Os pagamentos em cartão de crédito eram realizados de forma manual, pois não tinha máquina ligada à internet como atualmente, e se a vendedora encontrasse o número do cartão na lista, a venda não poderia ser fechada. E para fechar o estresse de ser responsabilizada pelo pagamento da compra caso o cheque voltasse, também era uma situação que não me deixava confortável e com a cabeça somente voltada para a venda. Cabe aqui a observação de que a loja nunca tinha prejuízo com a questão do recebimento do dinheiro, pois em caso de erro na hora de verificar o cartão ou pegar o nada consta para o cheque a vendedora era a responsável.

Além das questões já salientadas alguns episódios marcaram a minha experiência como comerciária: primeiro, nos dias em que eu ia para os treinamentos da loja, em São Cristóvão, sem direito ao dia ser contado como dia trabalhado e o almo-

ço que sempre saía do meu bolso, ou seja, não havia incentivo algum por parte da empresa e, eu ainda tinha que pagar para "ser treinada"; segundo, eu morava longe, saía cedo de casa e perdia as aulas na faculdade, pois eu estudava pela manhã e os treinamentos duravam o dia todo e, em terceiro lugar, não era permitido faltar ou ir somente no horário do trabalho que era das duas da tarde as oito da noite. Assim, o treinamento obrigatório era um dia em que eu perdia dinheiro e ficava bem chateada por perder as aulas na faculdade.

Após todas essas reflexões, eu percebi a riqueza das informações apontadas pelos sindicalistas/comerciários naquele último dia de aula do curso de mestrado profissional do ano de 2017 e, o fato de eu ter iniciado a minha vida profissional como comerciária fez com que a minha atenção voltasse para a demanda apresentada ali. Eu senti que poderia ajudar o grupo a pensar sobre as questões apresentadas pelos trabalhadores comerciários.

Conversei com o Professor Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, meu orientador, e o projeto foi modificado para atender a demanda do Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro/Sindicato dos Comerciários (SECRJ), uma instituição com um longo período "nas mãos de donos de comércios diversos".

No SECRJ a gestão foi durante muito tempo centralizada por uma família que era de donos de comércio e não de trabalhadores comerciários e o sindicato servia literalmente como "cabide de emprego" para os familiares do presidente e de vários diretores. Até mesmo a mãe do presidente constou durante muito tempo na folha de pagamento.

A minha aproximação com o SECRJ começou antes de iniciar o mestrado quando alguns representantes sindicais passaram a frequentar assiduamente ao Fórum Intersindical de Formação em Saúde, Trabalho e Direito (FIS), em 2015, época em eu também comecei a frequentar o espaço e representar, por solicitação do Coordenador Jorge Curcio, o CEREST Estadual/RJ -.

A partir deste momento, eu passei a ter contato com vários atores sociais: desde sindicatos diversos, alunos de cursos de graduação e pós-graduação, trabalhadores de vários locais e até de outros municípios interessados na temática que envolvia todo o grupo – a luta pela saúde dos trabalhadores, independentemente do vínculo ser formal ou não, tal como consta na Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) - datada de 2012.

Como eu que já militava na área da saúde do trabalhador desde o meu primeiro estágio na antiga Divisão de Saúde do Trabalhador da Universidade Federal do Rio de Janeiro - DVST/UFRJ -, situada na Ilha do Fundão, e encontrei no FIS um local em que eu voltei a estudar os temas vinculados à saúde do trabalhador, uma vez que nos últimos anos eu trabalhava como plantonista, assistente social, realizando atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)- nas emergências em hospitais estadual e municipal, não diretamente relacionado à saúde do trabalhador, muito embora eu fizesse orientações sobre acidentes de trabalho e demais ações como, por exemplo: o registro no Sistema Nacional de Notificação de Agravos (SINAN), principalmente os relacionados com crianças e adolescentes que se acidentavam enquanto trabalhavam e precisavam de atendimento de emergência nos hospitais em que eu trabalhava como assistente social.

Após o contato com o SECRJ, no FIS e, a participação no Curso Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador (MVISAT), em 2016 em que eu participei junto com vários dirigentes sindicais, sendo dois do SECRJ que trabalhavam de fato no comércio, eu fiquei ainda mais estimulada a estudar mais sobre a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) e fiz a prova para o Mestrado Profissional em 2017, pelo meu interesse específico nas disciplinas do curso, ano em que eu fui lotada na Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro (VISA/RJ), mais especificamente no CEREST 2, na equipe que realizava as inspeções nos ambientes de trabalho.

No início do mestrado o projeto inicial voltou-se ao estudo sobre o trabalho infantil e as relações entre a vigilância em saúde do trabalhador e a vigilância socioassistencial, na tentativa de buscar uma interface do SUS com o SUAS, porém o tema foi modificado devido a demanda do SECRJ, já explicitada no texto.

Em 12 de março de 2018 realizou-se a qualificação do projeto de mestrado intitulado: Trabalhadores Comerciários: “o saber operário” na construção de conhecimentos sobre vigilância em saúde do trabalhador. E deu-se continuidade à pesquisa bibliográfica e, somente após a anuência do Comitê de Ética em Pesquisa, da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Osvaldo Cruz (CEP/Ensp/Fiocruz) aprovado em 29/11/18 através do parecer número 3.047.672, avaliado segundo a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n° 466/2012, iniciou-se o trabalho de campo após a aprovação do comitê acima.

O foco do interesse voltou-se especificamente para o estudo das especificidades do trabalho dos comerciários/comerciárias nos municípios: Rio de Janeiro, Paty do Alferes e Miguel Pereira, onde o SECRJ tem os territórios de atuação.

Este estudo se justifica em sua essência por buscar responder à demanda do SECRJ e assim, "fazer algo junto" com os trabalhadores comerciários.

Iniciou-se a caminhada metodológica tendo como norte a busca pelo conhecimento a partir da pesquisa bibliográfica nas bases indexadas.

O objetivo geral consistiu em realizar uma pesquisa associada entre a academia e os trabalhadores comerciários mediada pela sua representação sindical (SECRJ) que representa os Municípios: Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Paty do Alferes a partir da inserção do mesmo no FIS/Fiocruz, tendo por horizonte a construção de conhecimentos subsidiários da Vigilância em Saúde do Trabalhador, a partir da percepção dos trabalhadores sobre a relação saúde e trabalho conjugando o saber operário.

E para atender à demanda social decidiu-se, com o SECRJ, os seguintes objetivos específicos: analisar a experiência de ruptura do atual SECRJ com a gestão anterior empossada pela ditadura militar de 1964; caracterizar o setor comerciário em suas variáveis de atuação e apontar elementos de conteúdo para a confecção de um instrumento pedagógico sobre a relação saúde/trabalho para a categoria dos comerciários.

Utilizamos a técnica denominada grupo focal tendo em vista as características do grupo dos dirigentes sindicais e da análise da demanda do SECRJ. Assim sendo, o grupo propôs confeccionar uma cartilha ou outro instrumento pedagógico com a finalidade de ser útil para dar visibilidade à luta do sindicato com os trabalhadores que estão atualmente trabalhando no comércio como também, com os trabalhadores que já trabalharam no comércio por período maior do que um ano e que acessam o sindicato em busca de atendimentos diversos e, até mesmo com trabalhadores aposentados que trabalharam somente no comércio ou a maior parte do tempo de trabalho no comércio.

Posteriormente, o grupo decidiu fazer um momento devolutivo no SECRJ sob o formato de seminário com os comerciários e dirigentes do Sindicato dos Comerciários, após a defesa da dissertação de mestrado, visando apresentar os resultados alcançados pela pesquisa e abrir um espaço dialógico com os trabalhadores para o fechamento da cartilha confeccionada pelo grupo focal.

Dito isto, o grupo focal realizou um esboço dos temas destacados pelos participantes e propôs que a cartilha confeccionada pelo grupo fosse apresentada aos trabalhadores comerciários e o material fosse finalizado durante o debate/oficina no SECRJ, pois "o saber compartilhado" entre trabalhadores, técnicos dos serviços e a academia seria "validado consensualmente" pela categoria.

Após o esclarecimento acima, a dissertação terá um formato de acordo com o preconizado academicamente, porém a confecção da cartilha será retomada com o SECRJ e finalizada para a ampla divulgação pelo sindicato e pelo FIS.

É fundamental informar que iniciamos o trabalho com o foco na cartilha, devido à demanda que o SECRJ apresentou, porém, até o início do trabalho empírico foi necessário aguardar a aprovação do CEP/Ensp/Fiocruz para dar início ao trabalho com o grupo focal e, consequentemente retardou o início das entrevistas com os trabalhadores, porém o momento destinado ao seminário não será redigido como parte da dissertação de mestrado.

Tendo em vista a relevância da proposta textual, sob a forma de dissertação de mestrado profissional em vigilância em saúde do trabalhador, o texto foi organizado em cinco capítulos, que têm como função dar publicidade ao trabalho real dos trabalhadores comerciários através da percepção dos mesmos.

No primeiro capítulo buscou-se apresentar a luta dos comerciários e das comerciárias, associados ou não ao SECRJ, através de um recorte temporal sobre a criação do sindicato.

O segundo capítulo voltou-se ao referencial teórico utilizado na abordagem do tema proposto, no qual se destacam: o modelo operário italiano, o fórum intersindical de saúde, trabalho e direito e a vigilância em saúde do trabalhador.

No terceiro capítulo apontou-se o caminho percorrido pela pesquisadora de forma compartilhada com os comerciários que dialogaram sobre as experiências "do chão de loja", tanto através do grupo focal, quanto através das entrevistas individuais, com destaque para a análise da enunciação, a partir de Bardin, 2016.

E não houve como deixar de registrar a presença da pesquisadora, como ouvinte, em assembleias realizadas no SECRJ em que as estratégias de negociação coletiva com a participação dos trabalhadores dos diversos segmentos, por melhores condições de trabalho e de garantias de benefícios para a categoria dos comerciários serviram de estratégia para a entrada da pesquisadora no campo somente como ou-

vinte e, apenas com a caneta em mãos para registrar tudo que estava em negociação, o que enriqueceu a pesquisa.

O quarto capítulo fez-se um recorte epidemiológico da saúde dos trabalhadores “do chão de loja”, no qual dados públicos foram coletados e propiciaram a análise crítica a partir de informações públicas, permitindo ao leitor um contato com os dados, como também a leitura dos mesmos tendo em vista a análise situada e não somente através dos números apresentados, muito embora limitada ao mercado formal de trabalho.

O quinto capítulo deteve-se em apresentar e discutir os resultados encontrados na amostra utilizada, através de gráficos e tabelas que foram confeccionados a partir da análise das entrevistas individuais. E ainda contempla os temas destacados pelo grupo focal para a confecção da cartilha.

O SECRJ utilizará o material em campanhas salariais, em eventos de divulgação, nas assembleias, nas ações de vigilância em saúde do trabalhador, uma vez que o material poderá ser veiculado no site do sindicato ou na forma impressa, a critério da instituição.

E, finalmente, levantou-se as principais conclusões resultantes da pesquisa, com a certeza de que a luta pela saúde dos trabalhadores e a vigilância em saúde do trabalhador não ocorrem sem os principais atores presentes e os processos dialógicos de produção de conhecimento apontam alternativas de ação capazes de produzir movimentos com possibilidades de transformação da realidade.

Contudo, para iniciar um trabalho acadêmico que teve como premissa maior o “saber compartilhado” é importante frisar que o mesmo não seria factível somente pelo desejo da pesquisadora apesar de ter algum conhecimento sobre o tema por ter sido comerciária no início dos anos noventa.

E muitas transformações no mundo do trabalho que foram relatadas nas cinquenta entrevistas semiestruturadas realizadas com os comerciários, uma vez que a categoria permanece extremamente segmentada, ou seja, existe uma diversidade que embora não tenha sido totalmente contemplada no texto que se segue, pois são vinte e sete segmentos diferenciados e, que somente quem está trabalhando nos diferentes locais conhece o trabalho real tal como aponta Noulin (1992) e possui a autorização de falar sobre o conceito referido pelo autor, com a experiência porque vivencia o fazer no cotidiano e os arranjos do mesmo.

Aliás, o maior desafio do trabalho foi justamente o de captar, em tão pouco tempo, a diversidade dos segmentos da categoria comerciário que estão descritas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e que podem ser destacadas nas vinte e sete convenções coletivas de trabalho, disponíveis no site no SECRJ.

No entanto, a riqueza das entrevistas individuais e as discussões destacadas no grupo focal (GF) preencheram o desafio inicial referente à limitação de buscar abordar todos os segmentos da categoria dos comerciários, pois os relatos dos trabalhadores contidos no texto ratificam a complexidade que é o cotidiano de trabalho dos diferentes segmentos.

2 **O SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA**

Antes de abordar o campo faz-se necessário informar que o primeiro capítulo foi redigido através de informações públicas como: o site do sindicato dos comerciários, mais especificamente alguns jornais dos comerciários do SECRJ, publicados a partir de 2015 e do acesso ao processo de intervenção do Ministério Público do Trabalho iniciado em 15/10/2014.

Posteriormente, o material foi apresentado ao Grupo Focal (GF) para a confecção da versão final do texto e foi realizada a validação consensual, tal como consta em Oddone (1986), pois para o autor "é somente quando o grupo valida consensualmente também a possibilidade de uma solução se tem uma primeira forma de expressão, em termos de denúncia" (p. 117).

Como já foi informado na introdução, o fechamento da cartilha ocorrerá no SECRJ e no texto da dissertação somente constará o esboço do material que foi confeccionado no GF e a "validação consensual" do material será realizada no seminário devolutivo, marcado pelo sindicato.

O campo empírico do texto ora abordado versa sobre o SECRJ que abrange os municípios do Rio de Janeiro, de Miguel Pereira e de Paty de Alferes, com destaque, sobretudo para a gestão recente datada a partir do ano de 2015, após um período de intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT) que destituiu do poder a famosa "Família Mata Roma" que se manteve na gestão do SECRJ por mais de quatro décadas.

Somente com a intervenção do MPT tornou-se possível a realização da primeira eleição direta onde trabalhadores comerciários puderam se inscrever e concorrer via processo eleitoral. A Chapa 1, intitulada "A Hora da Mudança", composta por trabalhadores comerciários de fato e de direito que venceu o pleito e a Família Mata Roma foi judicialmente impedida de participar da eleição.

Otton Mata Roma e outros três falsos sindicalistas foram afastados do sindicato, acusados de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha e, segundo Márcio Ayer, atual Presidente do SECRJ a gestão anterior "quebrou o sindicato em mais de cem milhões de reais" (Jornal do Comerciário, n° 21, janeiro de 2019).

A história de luta através do olhar do trabalhador comerciário no Rio de Janeiro precisa ser contada pelos trabalhadores do "chão de loja" e com uma identidade que seja verdadeira e, portanto, privilegie as vivências dos comerciários, que certamente são diferentes da vivência da gestão do SECRJ dos Mata Roma, ou seja, de

pessoas que não possuíam identidade de trabalhador comerciário, mas sim de patrão/dono de comércios variados.

Dito isto, a intenção do presente capítulo é apresentar como surgiu o atual Sindicato dos Comerciários e como "os trabalhadores comerciários de direito" assumiram a luta por melhores condições de trabalho e saúde.

Fundado em 29 de julho de 1908, por Turíbio da Rosa Garcia e outros quarenta trabalhadores do comércio, dentre balconistas, viajantes, guarda-livros e faxineiros, o SECRJ surgiu com nome de União dos Empregados do Comércio (UEC), numa época em que a organização sindical no Brasil dava os primeiros ensaios.

Em 1911, a instituição mudou de nome para Sindicato dos Empregados do Comércio, quando foi também pioneira na oferta de serviços aos associados. Foi por exemplo, o primeiro sindicato no Rio de Janeiro a abrir refeitórios com preços subsidiados para os sócios e a oferecer atendimentos descentralizados em delegacias sindicais em vários bairros da cidade e a ofertar serviços médicos e odontológicos de ponta para os padrões da época. (Jornal dos Comerciários, Edição nº 3, de março de 2015).

A luta pela redução da jornada de trabalho foi uma das primeiras e mais importantes causas destacadas nas lutas dos primeiros sindicalistas. A redução da carga diária de trabalho de dezesseis para doze horas foi conseguida em 1922, através de muita luta e suor de homens e mulheres que chegavam até a dormirem no estabelecimento no qual trabalhavam a época em regime análogo à escravidão.

Em 1932 houve uma grande manifestação no dia 29 de outubro, com mais de cinco mil comerciários que saíram às ruas do Rio de Janeiro e fizeram uma passeata em direção ao Palácio do Catete, onde residia o Presidente da República - Getúlio Vargas.

O pleito dos trabalhadores voltou-se, sobretudo, às reivindicações da jornada de trabalho de oito horas e descanso semanal remunerado. Getúlio atendeu ao pedido dos trabalhadores comerciários e transformou no mesmo dia o Decreto de Lei 4.042, determinando que o trabalhador comerciário trabalharia oito horas por dia, além do descanso semanal remunerado aos domingos. A publicação do decreto foi no dia seguinte, ou seja, 30 de outubro de 1932, data esta que ficou conhecida como o Dia do Comerciário.

Posteriormente, o direito das oito horas diárias de trabalho foi estendido a todos os trabalhadores do Brasil, mas é fundamental destacar que os precursores da luta pelas oito horas de trabalho por dia foram os comerciários.

Outras lutas históricas foram protagonizadas pelos trabalhadores comerciários brasileiros, entre as décadas de 1920 e 1940, como a Lei dos Dois Terços (Decreto 19.482 de 12/12/1930) que visava proteger o trabalhador brasileiro da ameaça do desemprego, uma vez que exigia que as empresas mantivessem em seus quadros 2/3 de trabalhadores brasileiros, a Lei de Férias em 1925 e a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões do Comércio - IAPC - em maio de 1934.

A Sede do Sindicato na Rua André Cavalcanti, no Centro do Município do Rio de Janeiro foi inaugurada no final da década de 1940, com a presença do Presidente da República, fato que marcou a história dos comerciários no Rio.

Entre as décadas de 1940 e 1950, ocorreram mudanças urbanísticas no Rio de Janeiro que atingiram a Rua da Alfândega e suas adjacências, como por exemplo: a construção da Rua Presidente Vargas (inaugurada em 1944), o que provocou o fechamento de centenas de estabelecimentos comerciais no Centro do Rio de Janeiro, área de maior concentração comercial da cidade.

Outro direito assegurado aos trabalhadores veio com a lei que prevê indenização para os empregados demitidos sem justa causa, assegurada pela Consolidação das Leis do Trabalho, consolidada pelo Decreto 5.452, de 1° de maio de 1943.

Em 1966, em plena Ditadura Militar, ocorreu a destituição do presidente eleito pelos comerciários e foi nomeado Luizant Mata Roma como interventor e o mesmo permaneceu no cargo até 2006 quando ocorreu o seu falecimento e, assumiu o seu filho, Otton Mata Roma que sucateou grande parte do patrimônio do sindicato.

Em 15 de outubro de 2014, ano em que ocorreu a intervenção do MPT e destituiu os Mata Roma devido às investigações iniciadas desde 2006, quando Otton Mata Roma assume a gestão da entidade sindical, rompendo os laços com os comerciários e se envolvendo em relações que privilegiavam os empregadores (patrões).

Para devolver o sindicato à categoria dos comerciários, a Justiça do Trabalho nomeou um interventor em 15 de outubro de 2014, o desembargador aposentado Dr. Aloysio Santos e coube a ele realizar uma auditoria nas contas do Sindicato e conduzir os sessenta primeiros dias de intervenção. O trabalho teve continuidade com o segundo interventor, o Dr. José Carlos Nunes dos Santos que teve como missão preparar o sindicato e devolvê-lo à categoria.

Assim, sob intervenção, foi organizada a primeira eleição democrática em quase cinquenta anos. Em 17 de junho de 2015, foi eleita a Chapa "A Hora da Mudança", composta por trabalhadores comerciários "de verdade" e na Presidência está o trabalhador comerciário de uma loja de material de construção situada no Rio Comprido, Márcio Ayer.

Para devolver o sindicato à categoria, a Justiça do Trabalho nomeou uma comissão eleitoral e garantiu com um forte esquema de segurança durante todo processo eleitoral, sem os Mata Roma como candidatos. E mesmo assim, houve uma invasão da Sede do SECRJ e vândalos depredaram o local com objetivo de não haver o processo eleitoral. Com mais de oitenta por cento dos votos dos comerciários sindicalizados, a Chapa 1 – "A Hora da Mudança" foi eleita.

A intervenção foi decretada pelo juiz Marcelo Antônio de Oliveira Alves de Moura, titular da 19ª Vara do Trabalho, através de uma Ação Civil Pública, uma vez que havia a informação de que a antiga diretoria era suspeita de atos de corrupção. Outro fato a ser destacado é que nenhum dos principais dirigentes do SECRJ era comerciário e sim empresários, donos de estabelecimentos comerciais diversos, sendo o presidente um milionário do ramo do táxi aéreo.

O presidente do sindicato, o vice, o secretário geral e o secretário de finanças foram impedidos de participar do processo eleitoral e tiveram os bens bloqueados. Foram afastados vários parentes dos dirigentes: mãe, esposa, irmãs, no total de dezoito pessoas que trabalhavam no sindicato com salários em torno de vinte e oito mil reais mensais.

Segundo os autos do processo, desde 2005 havia denúncias sobre a gestão do sindicato, alertando sobre o enriquecimento ilícito dos dirigentes.

A intervenção realizou novos cadastros dos trabalhadores comerciários e de mais de dez mil inscritos apenas três mil e duzentos tinham, inicialmente, o perfil de trabalhador comerciário, ainda empregados no comércio e com as mensalidades em dia podendo ser considerados como sócios ativos, na primeira limpeza na base dos cadastrados.

Num segundo momento, o recadastramento encontrou somente um mil e duzentos associados regulares e que poderiam permanecer associados e manter os direitos e benefícios que o SECRJ oferecia, além de poderem participar das eleições sindicais.

Com a intenção de agregar os comerciários foi lançada a campanha permanente de sindicalização. O YouTube e o Facebook foram ferramentas muito importantes para dar visibilidade aos fatos e aos desdobramentos que a intervenção estava realizando para devolver aos trabalhadores comerciários a gestão do SECRJ.

A campanha permanente permitiu a prestação de contas do Setor de Comunicação e Marketing do sindicato através pesquisas e publicações de dados do comércio que antes nunca haviam sido reunidos. O site www.secrj.org.br foi totalmente reformulado e foi criado um canal direto com os comerciários através de um número de WhatsApp (21) 96697-5260 com a finalidade de tirar dúvidas, fazer críticas e elogios.

Segundo o Jornal do Comerciário, edição 4, de abril de 2015 e que encontra-se disponível no site www.secrj.org.br, nas publicações, o cadastro do sindicato estava cheio de “fantasmas”, ou seja, pessoas que não trabalhavam no comércio e que não eram nem dependentes dos comerciários. Com esse quadro foi necessário fazer um “pente fino” no cadastro para resolver os problemas dos “fantasmas” e retirá-los da base dos beneficiários/associados ao SECRJ. Outro fator que dificultava a informação é que desde 2006 a divulgação das informações para os comerciários era falha e esporádica, permitindo um afastamento dos informes relevantes para os comerciários.

Outra informação importante, contida no Jornal do Comerciário anteriormente citado refere-se ao Departamento Jurídico, no qual muitas ações trabalhistas ficavam paradas no sindicato, por orientação dos dirigentes, evitando assim, conflito de interesses com os empregadores.

Já o setor de homologação acumulava centenas de atendimentos devido à falta de pessoal para realizar o trabalho, prejudicando os trabalhadores comerciários que necessitavam dar entrada no Seguro Desemprego e no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que eram obrigados a aguardar por mais tempo.

O setor de denúncias acumulava muitas reclamações e poucas respostas eram de fato produzidas que atendiam aos interesses dos comerciários.

O serviço de atendimento médico e odontológico ofertado estava com atendimento precário uma vez que as condições de trabalho também eram muito precárias e a demanda muito grande e com pouquíssima resolutividade, ou seja, os problemas de gestão estavam em todo sindicato e a categoria dos trabalhadores comerci-

ários era alijada das decisões e as informações não eram publicadas com a intenção de informar a classe trabalhadora do comércio.

Faz-se necessário lembrar que foi em 1968 que Luizant comprou a Fazenda Vila Rica em Paty de Alferes para que os associados pudessem ter um lugar de lazer e descanso, mas poucos comerciários tinham acesso, muito embora a fazenda tenha sido estruturada com a participação dos associados, em regime de mutirão.

A Fazenda Vila Rica estava em total abandono, segundo o processo de intervenção. O local estava sem manutenção como mostra o Jornal do Comerciário, 4ª edição, de abril de 2015.

Iniciado o processo de intervenção pelo MPT as mudanças foram rápidas, pois o propósito voltou-se a organização do sindicato para realizar o processo eleitoral e devolver "a casa aos verdadeiros donos".

A partir do reforço da equipe determinada pela intervenção judicial, o Setor de Denúncias do SECRJ tem realizado duas ou três saídas semanais para verificar os casos de desrespeito trabalhista, assédio moral relacionado ao trabalho, condições inadequadas de trabalho, descumprimento da carga horária, dentre outras denúncias, também têm sido resolvidas em ações diretas pelo próprio setor, em atuação direta com as empresas. Quando não há acordo e mudanças previstas há abertura de processo no Ministério do Trabalho pelo Departamento Jurídico do SECRJ.

Outra mudança na rotina do SECRJ refere-se ao agendamento da homologação das rescisões de contrato que passou a ser realizado diariamente no site do SECRJ, facilitando o acesso ao comerciário.

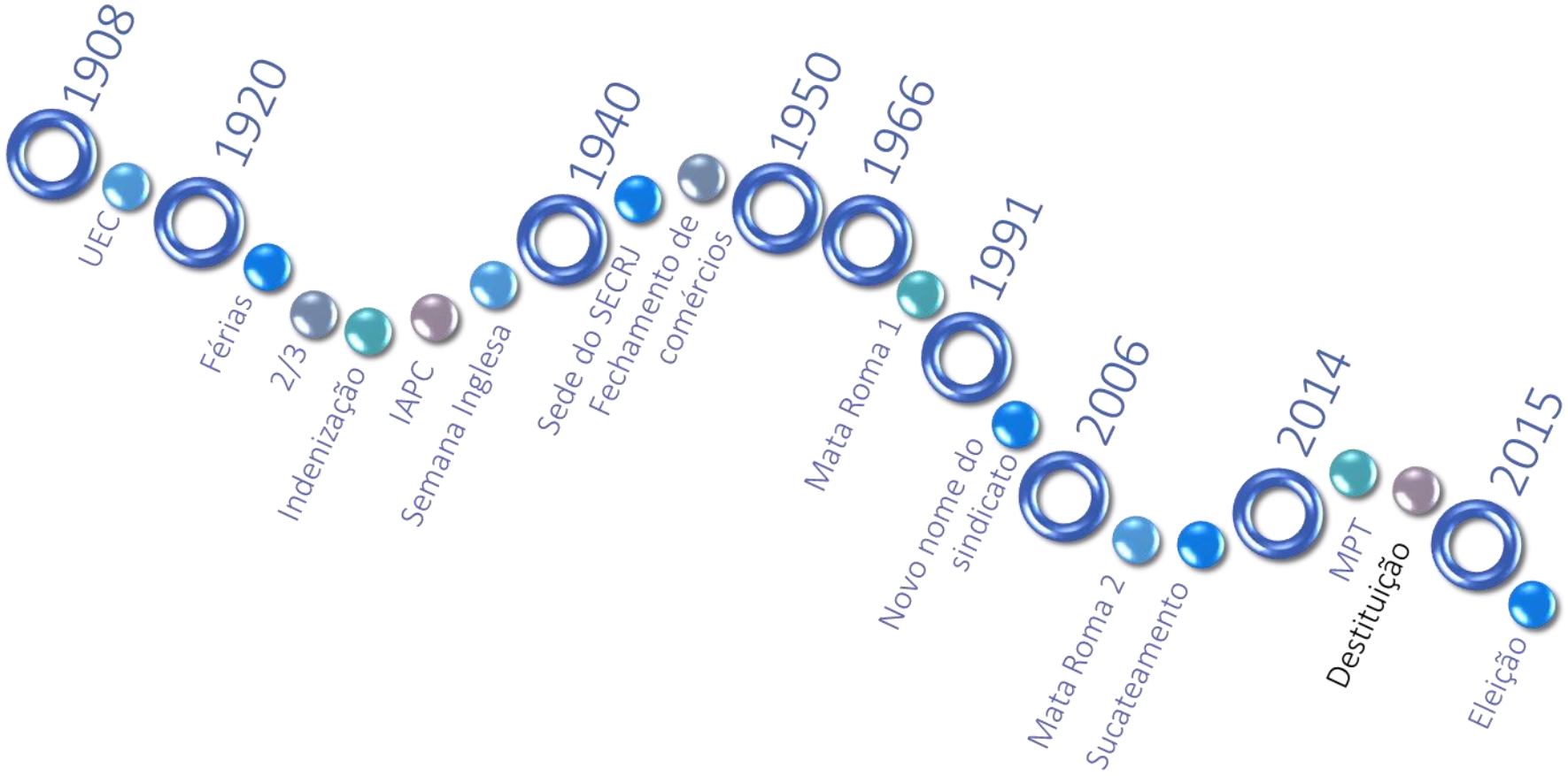
No entanto, com a Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017, versa que "o empregado e o empregador estarão desobrigados a homologação junto ao sindicato, podendo acordarem em formalizar o desligamento na própria empresa, independentemente do tempo de emprego".

E a partir da legislação acima o trabalhador pode não mais procurar o sindicato para homologação e outras orientações/serviços, e fica valendo a máxima do acordado sobre o legislado.

Abaixo segue a linha do tempo que permite ao leitor visualizar um resumo com as datas mais importantes na história do SECRJ, com destaque para as lutas em que os trabalhadores comerciários foram protagonistas na história do sindicalismo no Brasil, como por exemplo, a luta pela redução da jornada de trabalho em 1932, ga-

rantida no governo de Getúlio Vargas e publicada em 30 de outubro do mesmo ano, que ficou conhecido como O Dia do Comerciário.

Figura 1: Linha do tempo - Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro.



Fonte: A autora, 2019.

3 **O REFERENCIAL TEÓRICO**

3.1 A SAÚDE DO TRABALHADOR: DO QUE SE TRATA?

A Saúde do Trabalhador é um campo de conhecimento que se aplica às relações sociais de produção, tendo como objetivo assegurar a saúde daqueles que trabalham como um direito em sua plenitude. (Conceito construído coletivamente no Curso de Multiplicadores de VISAT em 31/01/17).

Minayo afirma que:

> (...) em síntese, por Saúde do Trabalhador compreende-se um corpo de práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas e interinstitucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum. Esta perspectiva é resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social Latino-Americana e influenciada pela experiência italiana (MINAYO, THEDIM-COSTA 1997, p. 25).

Para Minayo e Thedim-Costa (1997) a saúde do trabalhador está em permanente construção e constitui-se em uma arena de conflitos entre trabalhadores, empresas, instituições públicas que estabelecem relações de negociação onde os conflitos de interesse ocorrem entre o trabalho e o capital.

Enquanto um corpo de práticas teóricas interdisciplinares, o campo da Saúde do Trabalhador, no Brasil vem se constituindo como um compromisso de um agir ético-político, jurídico e profissional que se consolida com o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, ocorrido na década de oitenta. Esta perspectiva foi normatizada pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e consolidada na Lei Orgânica da Saúde - Lei 8080, de 19 de setembro de 1990 (PAIVA, VASCONCELLOS, 2011).

No entanto, a luta dos trabalhadores pela saúde, mesmo que ainda de forma não organizada socialmente, pode ser ratificada através dos autores (GAZE, LEÃO, VANCONCELLOS, 2011) que relatam sobre as lutas operárias relevantes por direitos no contexto internacional. Os autores citados dataram o século XVIII como o século que deu início à organização dos trabalhadores.

Historicamente, o século seguinte, foi influenciado pela evolução da consciência crítica dos trabalhadores, e certamente isto ocorreu devido ao desenvolvimento da filosofia política – anarquista, socialista e comunista que se opuseram ao Estado burguês.

No Brasil, o início da organização dos trabalhadores é datado na virada do século XIX para o século XX, por influência dos imigrantes que fomentaram o protagonismo da participação dos trabalhadores nas lutas contra o capital e a geração das desigualdades e injustiças que vinham a reboque, porém o próprio sistema capitalista de produção cria muitas desigualdades na busca pelo lucro incessante e de forma exponencial, colocando em risco o desenvolvimento do capitalismo industrial (MARX, ENGELS, 2003).

E com o capitalismo em risco, à medida que os trabalhadores não sobrevivem às condições de exploração em demasia foi organizado um equilíbrio pelo próprio sistema capitalista de produção e, no final do século XIX, com a Revolução Industrial, as condições de trabalho sofreram modificações em prol da manutenção da harmonia entre o crescimento do capital e a manutenção da vida do trabalhador explorado.

É importante destacar que o surgimento da figura do médico na fábrica, em 1830, na Inglaterra, advém do interesse direto do capitalista em manter os trabalhadores vivos através do controle das questões de saúde pelo médico que assumia o papel de ser o setor que mais dava lucro na empresa, segundo o texto de Mendes e Dias de 1991.

E com as questões referentes à produção e reprodução da força de trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919, e a preocupação internacional se volta à discussão dos serviços médicos ofertados aos trabalhadores. Em 1954, a OIT cria as diretrizes para a implantação de serviços médicos no trabalho. Em 1958 ocorre a Conferência Internacional do Trabalho que substituiu a nomenclatura de Serviços Médicos do Trabalho para Serviços de Medicina do Trabalho, com o foco essencialmente médico direcionado ao estudo da adaptação física e mental do trabalhador ao trabalho, essencialmente.

Mendes e Dias (1991) tratam da evolução da medicina do trabalho, passando pela saúde ocupacional à saúde do trabalhador no artigo descrito acima, e os dois autores abordam conceitualmente e historicamente a medicina do trabalho, já comentada acima, além de abrirem o debate para o conceito de saúde ocupacional, como sendo uma evolução da medicina do trabalho, por abrir espaço para outras disciplinas após a Segunda Guerra Mundial, para intervirem nos problemas de saúde causados pelo processo de produção, muito embora de forma focalizada no ambiente industrial.

No Brasil, foi criada a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), oficialmente em 1966, com a preocupação do Governo voltada para o aumento dos índices de acidentes de trabalho e das doenças do trabalho.

> Na legislação, a saúde ocupacional garante o seu espaço com o Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, reformada na década de setenta, principalmente na parte que versa sobre a obrigatoriedade de equipes multidisciplinares nos locais de trabalho, a atual Norma Regulamentadora n° 4, da Portaria 3.214 de 1978; na avaliação dos riscos ambientais e na adoção dos limites de tolerância NR´s 7 e 15, dentre outras. No entanto o modelo da saúde ocupacional não concretiza o seu objetivo porque ainda mantém como referência a Medicina do Trabalho, não consegue efetivar a incorporação do saber de outras disciplinas e continua a tratar o trabalhador como objeto das ações de saúde (MENDES, DIAS, 1991, p. 4).

"A saúde do trabalhador surgiu como fruto de uma crítica ao modelo trabalhista-previdenciário histórico, cuja identidade está fortemente vinculada aos campos técnicos da medicina do trabalho e da saúde ocupacional" (PAIVA, VASCONCELLOS, 2011, p. 406).

Mesmo que de forma resumida o conceito de saúde do trabalhador foi abordado nos parágrafos acima, com a contribuição de alguns autores que militam no campo, o Brasil busca através do Movimento pela Reforma Sanitária, o norte para formular o projeto do SUS como apontou o relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde, de 1986, onde as condições dignas de trabalho, bem como o conhecimento dos trabalhadores sobre os processos e ambientes de trabalho foram colocados como pré-requisito central ao pleno exercício do acesso à saúde (LACAZ, 2007).

Após a síntese acima, pode-se dizer que a proposta deste estudo consistiu em criar um cenário ou uma atmosfera com os comerciários enquanto protagonistas de uma construção coletiva a muitas mãos na qual as discussões sobre o campo saúde/trabalho/ambiente foram postas em prática no cotidiano dos homens e mulheres que vivem e sobrevivem diariamente sob a égide do capital no comércio com o objetivo de produzirem conhecimento de forma compartilhada, ou seja: trabalhadores, trabalhadoras, técnicos dos serviços públicos, movimento sindical e academia.

3.2 A SAÚDE DO TRABALHADOR À LUZ DO MOVIMENTO OPERÁRIO ITALIANO (MOI)

A Itália, como berço das principais iniciativas de luta por ampliação dos direitos à saúde no trabalho, a partir da década de sessenta, tem grande influência nos princípios que modelam o conceito de saúde do trabalhador em vários países, inclusive no Brasil (PAIVA, VASCONCELLOS, 2011).

O MOI teve influência no debate sobre o campo das relações saúde-trabalho entre as décadas de sessenta e oitenta, enquanto referencial metodológico para a construção de um modelo de controle da nocividade no ambiente de trabalho (ODDONE, 1986). As lutas pela ampliação dos direitos à saúde que ocorreram na Itália tiveram apoio do Partido Comunista Italiano, ou seja, foram lutas estruturadas pela organização operária, por intelectuais acadêmicos e atores políticos diversos.

O MOI preconizava que classe operária precisava se apropriar das descobertas científicas sobre os ambientes de trabalho, uma vez que a nocividade sempre esteve presente nos mesmos. E para que isso fosse possível, o trabalhador precisava ser o protagonista na luta contra as doenças, as incapacidades e as mortes no trabalho (ODDONE et al,1971, p. 17).

O manual intitulado – Ambiente Di Lavoro – la fabrica nel território – foi elaborado na Itália, a partir da experiência de colaboração entre um grupo de operários e dirigentes sindicais, e um grupo de técnicos da saúde, médicos, psicólogos e assistentes sociais que se debruçaram na construção de um primeiro modelo de sistema voltado para o controle da nocividade no ambiente de trabalho.

Assim, à luz do Movimento Operário Italiano, o presente texto tem como objetivo principal conhecer a realidade dos diversos locais de trabalho no comércio, através da experiência operária dos comerciários e das comerciárias, ou como eles e elas dizem: através do chão de loja.

Muito embora o universo do trabalho no comércio seja muito diversificado e que por mais que as entrevistas realizadas possam trazer o maior número de informações sobre o cotidiano vivenciado pelos comerciários e pelas comerciárias, admitimos que os destaques no texto foram realizados a partir das experiências dos trabalhadores entrevistados e dos relatos dos trabalhadores e das trabalhadoras que participaram do Grupo Focal realizado na Sede do SECRJ, em sete encontros, tal como descrito na metodologia.

Os sindicatos e outras representações significativas de trabalhadores são atores indispensáveis, não apenas porque encarnam o saber operário, mas porque contribuem para repensar estratégias de fortalecimento do campo da saúde do trabalhador e abrir o debate acadêmico de forma compartilhada é exercitar a democracia e, sobretudo uma forma de dar visibilidade às novas realidades locais (BRAGA, LEITE, ALVES, BORGES, NETO, OLON, 2018).

3.3 O FÓRUM INTERSINDICAL DE FORMAÇÃO EM SAÚDE, TRABALHO E DIREITO

A origem do FIS ocorre a partir da demanda do Sindicato dos Metalúrgicos, em 2012, sobre a necessidade de criar espaços de formação através da articulação do companheiro Jorginho com a Fiocruz (SANTOS, 2017).

O FIS é um espaço de diálogo que abarca os setores comprometidos com a defesa da saúde do trabalhador" (SANTOS, 2017). A referida autora fez um estudo sobre o FIS enquanto um instrumento de transformação através de uma análise dos encontros realizados pelo FIS durante o período de implantação deste, em agosto de 2015 até fevereiro de 2017, onde a fala dos participantes: trabalhadores, sindicalistas, profissionais de saúde de várias áreas, estudantes de graduação e pós-graduação, acadêmicos e outros atores, obteve voz e que buscou fugir dos encontros científicos tradicionais, onde o saber não é compartilhado e sim enlatado e distribuído sem a compreensão de todos os envolvidos.

A dissertação de mestrado de Santos (2017) merece destaque no texto ora apresentado, por ter sido a mola-mestra do estudo compartilhado com os trabalhadores e com as trabalhadoras comerciários, através do registro do primeiro contato com o SECRJ, no espaço do FIS.

O FIS é uma comunidade ampliada de pares, ou seja, um espaço onde os protagonistas/sujeitos-alvo da política, os acadêmicos legitimados pela ciência institucionalizada e os profissionais inseridos nas instâncias executivas de saúde se encontram.

Ainda no texto de Santos (2017) os conceitos de comunidade, comunidade ampliada de pesquisa e comunidade ampliada de pares são apresentados e o último conceito é o mais apropriado, segundo o estudo citado, para definir o FIS, pois busca a construção coletiva de novos conhecimentos que visam transformar e agir junto com os trabalhadores.

Os encontros do FIS são mensais e sempre ocorrem na última sexta-feira do mês. Geralmente acontecem no DIHS/ENSP/FIOCRUZ. Quanto ao formato, incialmente, há uma apresentação dos participantes, depois há um espaço para os informes apresentados pelo grupo. O terceiro momento abre-se um espaço para a discussão do Boletim do Fórum que funciona como um disparador de informações temáticas sobre os assuntos relacionados aos trabalhadores e às trabalhadoras, sempre mediado por um membro da coordenação do Fórum. E por último um convidado apresenta uma oficina temática e abre para o debate fértil de ideias entre os participantes.

O FIS utiliza a estrutura dialógica dos círculos de cultura propostos por Freire (1994) que tem como premissa que a relação entre o educador e o educado não é obtida através da transferência de conhecimento, mas sim através do ensinar/aprendendo.

Tendo sido a mola-mestra do estudo ora apresentado, o FIS não possui hierarquias entre os participantes, convidados e coordenadores. O FIS possui a intenção de abrir o diálogo sobre as questões que abordam a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

3.4 VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

O termo vigilância é originário do latim – *vigilantia* – *de vigilare* – que significa tomar conta. Em saúde pública é uma expressão muito utilizada para a prevenção e promoção de qualidade de vida.

A título de informação faz-se necessário destacar que a Portaria Normativa GM/MS 3.120 de 01/07/1998, conhecida como Portaria da Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) foi revogada e o seu conteúdo foi mantido na íntegra, na Portaria de Consolidação n° 1 de 28/09/2017, como Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS, definida como um conjunto de práticas sanitárias com os objetivos de: conhecer, analisar e divulgar os fatores condicionantes dos agravos relacionados às condições de trabalho.

Assim, a VISAT é uma forma de vigiar o trabalho, de modo a conhecer e compreender como o mesmo ocorre, pois somente através do conhecimento do trabalho é possível transformá-lo. E se o trabalho produz doenças e/ou acidentes é preciso vigiar, intervir, conhecer para projetar mudanças na organização, ou seja, para a tomada de decisões e ação.

Um dos pilares da VISAT é a participação do trabalhador durante todo processo de conhecimento e intervenção, pois somente àquele que vivencia o trabalho é capaz de ver e traduzir como o cotidiano acontece.

Sem a participação do trabalhador não há VISAT. Sem o comerciário participar da construção coletiva do texto apresentado, não há ‘saber compartilhado’ para atender à demanda que o SECRJ fez à Academia. Sem o ‘saber do trabalhador comerciário’, não há justificativa para toda energia depositada na confecção deste trabalho. Sem ‘a fala do comerciário’ o texto ora apresentado não existiria da forma como foi produzido.

> No processo de vigilância nenhum saber técnico substitui a contribuição do conhecimento dos trabalhadores. E esse conhecimento é gerado na experiência e com a reflexão sobre a prática deve se associar ao dos especialistas na discussão dos problemas e dos passos a serem dados para superá-los. (VASCONCELLOS, GOMEZ, MACHADO, 2014, p. 4622).

A VISAT não pode ser concebida de forma isolada, até porque o quadro epidemiológico de doenças, acidentes e mortes em decorrência do trabalho, no Brasil configura-se de forma complexa, principalmente se forem contabilizadas as mortes que aparentemente não teriam relação com o trabalho, mas que são difíceis de serem contabilizados, por exemplo, os acidentes de trânsito relacionados ao trabalho.

A VISAT não ocorre somente através de um agente público da vigilância sanitária através de uma ordem de serviço que visa verificar os ambientes de trabalho e os espaços físicos onde o trabalho ocorre. A VISAT tem movimento, ou seja, é um processo de vigilância complexo que exige preparação da equipe que fará a ação. E mais ainda, a VISAT possui os princípios: universalidade, integralidade das ações, intersetorialidade, controle social, hierarquização, descentralização, interdisciplinaridade, da pesquisa-intervenção e do caráter transformador das ações (BRASIL, 2017).

A VISAT é uma ação típica de saúde pública e o seu lugar de fala, no âmbito do SUS é legitimado pela Rede Nacional de Atenção em Saúde do Trabalhador (RENAST), através dos CEREST, que representam a base de conhecimento técnico legal, inclusive na formação de agentes e vigilância (VASCONCELLOS, GOMEZ, MACHADO, 2014).

4 **METODOLOGIA**

4.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para dar conta dos objetivos do estudo realizou-se a revisão bibliográfica do período de 1988 até 2017, utilizando as bases de dados: Scientific Eletronic Library Online (Scielo Brasil), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências Sociais da Saúde (Lilacs) e o Portal Brasileiro de Informação Científica de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes, com a expressão "saber operário", o descritor vigilância em saúde do trabalhador e as expressões trabalhador do comércio e trabalhador comerciário.

A expressão "saber operário" é muito conhecida entre os pares que estudam o campo da saúde do trabalhador, vinculando-a ao Movimento Operário Italiano, porém, pode-se afirmar que ela não é: descritor, palavra-chave ou termo indexado nas buscas das bases acima.

Ao contrário de vigilância em saúde do trabalhador que é um descritor clássico e vastamente indexado nas bases acima, tanto em português, como em inglês (surveillance of the workers health) e espanhol (vigilância de la salud de trabajador), porém quando realizou-se a busca nas bases já informadas e não foram encontrados resultados.

Na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nenhum registro foi encontrado.

http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Advanced

Na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde - BVS - nenhum registro foi encontrado)

(tw:(saber operário)) AND (tw:(vigilância em saúde do trabalhador)) AND (tw:(trabalhador do comércio)) OR (tw:(trabalhador comerciário))

https://pesquisa.bvsalud.org/repositoriobvs/advanced/?lang=pt

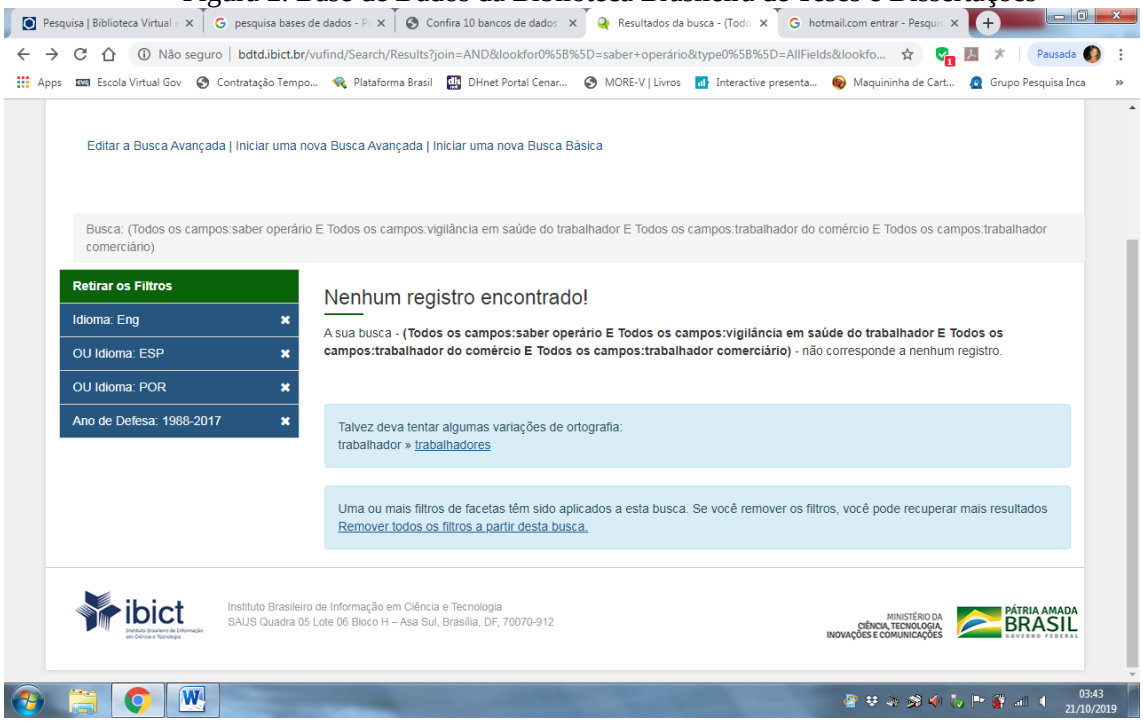
Na base de dados da Scientific Eletronic Library Online - SCIELO Brasil – nenhum registro foi encontrado.

https://search.scielo.org

Após a procura exaustiva por referência bibliográfica o caminho foi percorrido com o referencial teórico da vigilância em saúde do trabalhador, através de artigos, dissertações e teses indicados pelo orientador e através de busca por dissertações e teses sobre os comerciários disponíveis na internet embora não fossem exclusivos sobre o tema da dissertação ora apresentada.

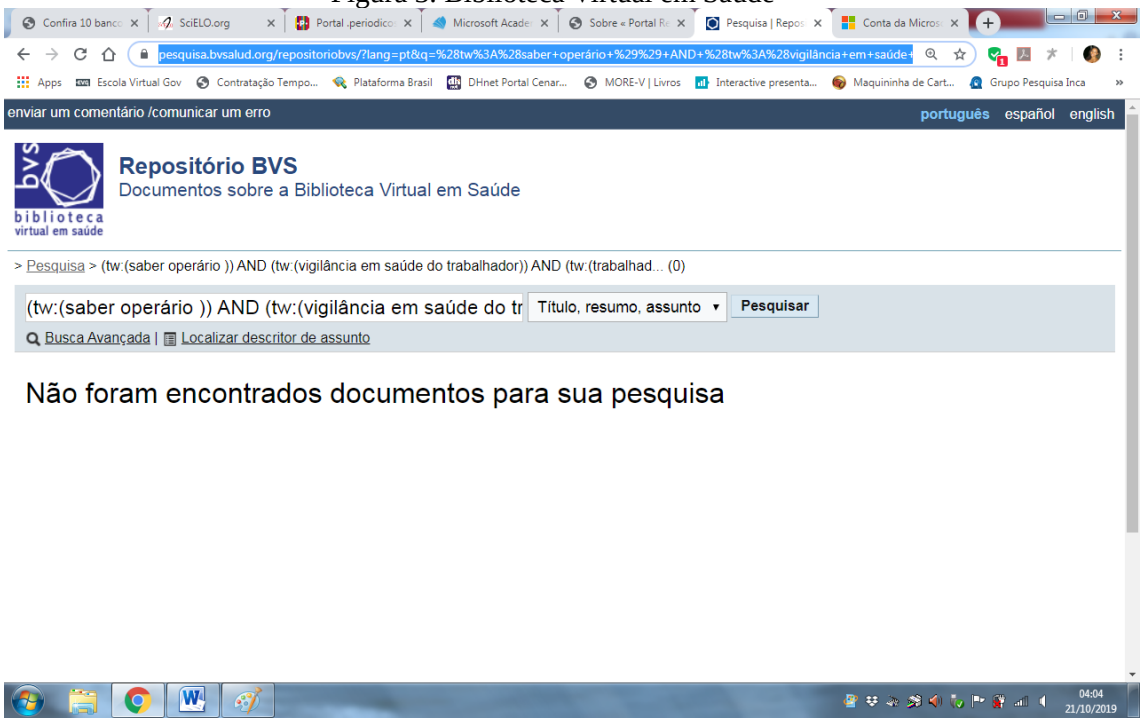
Na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nenhum registro foi encontrado.

Figura 2. Base de Dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações



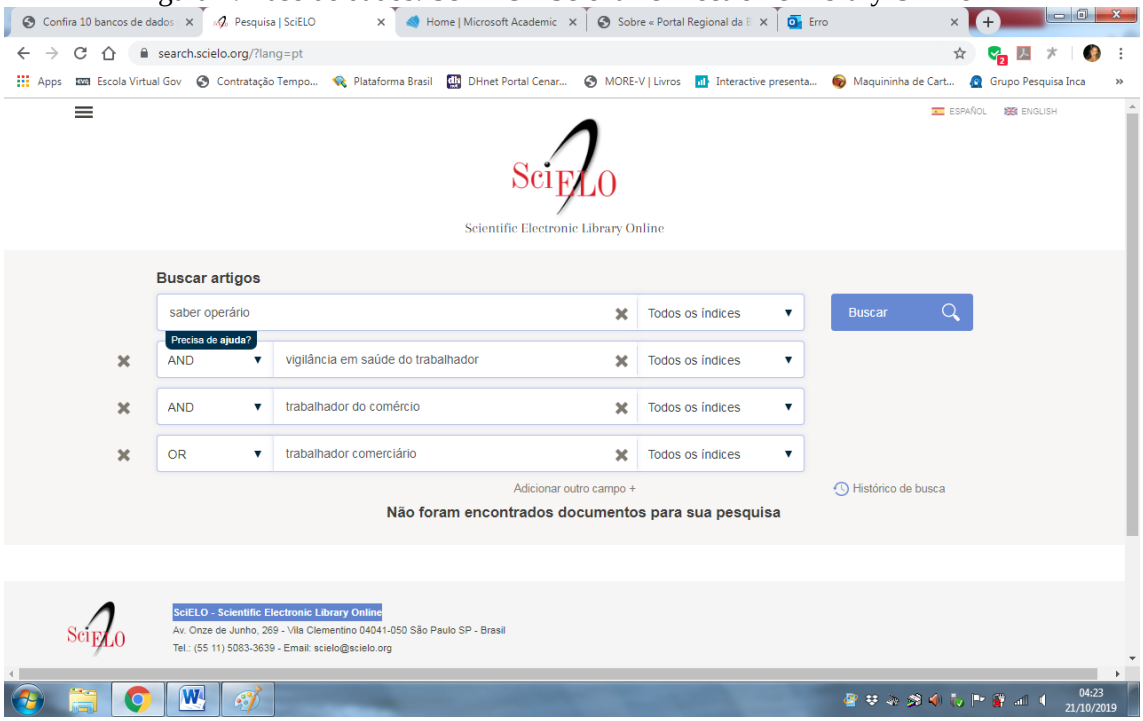
Fonte: IBICT, 2019.

Figura 3. Biblioteca Virtual em Saúde



Fonte: BVS, 2019.

Figura 4. Base de dados: SciELO - Scientific Electronic Library Online



Fonte: SciELO, 2019.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ABORDAGEM E A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em saúde, no qual foi utilizada a técnica de grupo focal (até dez participantes em cada encontro) com dirigentes do Sindicato dos Comerciários e com funcionários do sindicato responsáveis pelo atendimento direto aos trabalhadores comerciários, indicados pelos dirigentes sindicais.

Cecília Minayo (1996) aponta que a metodologia é o caminho e o instrumental próprios para abordar a realidade, ou seja, um conjunto de técnicas que possibilitam apreender a realidade em conjunto com a criatividade do pesquisador. E mais ainda, pesquisar é indagar sobre as descobertas da realidade.

Dito isto, sem adentrar nas discussões mais profundas levantadas por Minayo (1996), que é sem dúvida uma obra que os admiradores da pesquisa social e aos interessados em aprofundar a discussão do método em ciências sociais devam conhecer, o texto que se segue é do tipo pesquisa estratégica por ter sido demandado socialmente por um grupo que busca agir a partir da realidade que o grupo apresenta como problema.

A escolha do Grupo Focal (GF) como técnica de pesquisa para a coleta de dados ocorreu por ser uma forma possível de coletar informações de natureza

qualitativa, por meio das sessões com grupos reduzidos e homogêneos, com características comuns (LARA, ACEVEDO, BEREZON, 2004).

De acordo com Oliveira Neto (2001), a técnica do GF permite reunir no mesmo local e durante um certo período de tempo, uma determinada quantidade de pessoas que o autor acima denomina de público-alvo das investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate, informações acerca de um tema específico.

Outro destaque de Oliveira Neto et al (2001) diz respeito "à fala" dos participantes durante o desenvolvimento do tema em questão, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões e concepções sobre um determinado tema. E, em decorrência disso, as informações produzidas ou aprofundadas são de cunho essencialmente qualitativo.

Lima, Bucher e Lima (2004) corroboram com Oliveira Neto et al (2001) quanto ao aspecto de que a técnica do GF gera um ambiente de discussão que proporciona aos participantes revelarem suas experiências, seus sentimentos e suas percepções de um fato, prática, produto ou serviço. No entanto, os autores acima são contundentes ao afirmarem que a técnica ora discorrida não é adequada para estudar a frequência com que determinados comportamentos ocorrem.

É necessário informar que durante o texto serão apresentados gráficos e tabelas com a intencionalidade de dar visibilidade aos resultados, mas não houve uma preocupação de quantificação sem que a representação numérica fosse situada e de acordo com a proposta do texto.

Já Dall' Ágnol e Ciampone (2002) destacam a vantagem de que o GF é uma técnica considerada de baixo custo, com formato flexível e facilidade de obtenção de dados em um curto espaço de tempo e o ambiente de grupo.

Especificamente sobre o GF realizado no SECRJ torna-se importante destacar que a demanda do Sindicato dos Comerciários surgiu com a participação do mesmo em reuniões realizadas no Fórum Intersindical Saúde, Trabalho e Direito que se encontra localizado na Fundação Oswaldo Cruz, no prédio da expansão, no qual as reuniões ocorrem todas às últimas sextas-feiras de cada mês, desde agosto de 2015, com a presença de vários sindicatos, representantes dos Centros de Referência de Saúde do Trabalhador de vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, alunos de várias universidades, movimentos sociais diversos, dentre outros grupos que têm como tema de interesse a luta pela saúde do trabalhador.

Somente a título de informação temporal, a técnica de coleta de dados do GF foi utilizada pela primeira vez por Merton, Fiske e Kendall no campo das ciências sociais, na década de cinquenta. O estudo dos referidos autores abordou o potencial de persuasão da propaganda, no decorrer da Segunda Guerra Mundial (WESTPHAL, BOGUS, FARIS, 1996).

A partir de 1990 a 1994, ocorreu um significativo aumento de estudos que fizeram uso desta técnica, sendo utilizada em cento e vinte e duas publicações, segundo Guedes, Araújo, Andrade e Costa (2006). Estes dados revelam o avanço expressivo e o prestígio da técnica no campo da investigação científica.

O GF é conduzido por um moderador (mediador) que tem como papel promover a participação de todos, evitar a dispersão dos objetivos da discussão e a monopolização de alguns participantes sobre os outros.

Como se trata de uma proposta de desenvolver uma discussão centrada num assunto específico, recomenda-se a utilização de um roteiro contendo tópicos de dois a cinco, associados com as questões de investigação que o projeto precisa responder. Outra característica importante é que os tópicos devem ser expressos na forma de sugestões e não na forma de questionamentos, para estimular a introdução do assunto/tema. Rulio, Tyrrell, Rocha e Siqueira (2001) ratificam que os estímulos podem ser variados: por meio de filmes, de estórias, de figuras e cartazes.

Durante o processo de condução do GF, o relator/observador registra os debates com gravador ou filmagem e com as anotações: das falas, das expressões, da entonação da voz, das posturas e de tudo que puder acrescentar de informações não faladas. É um trabalho minucioso fazer o registro e transcrever todo material para realizar a análise das informações.

O contato sistemático com o material coletado faz com que o pesquisador possa realizar a escolha das categorias evidenciadas durante cada GF. É necessário olhar o material muitas vezes e chegar a um consenso no que deve ser mantido e o que deve ser eliminado. E no caso do GF em destaque o processo de análise ocorreu de forma concomitante com a coleta de dados e, através dos processos de orientação discente/docente e de forma compartilhada com os componentes do GF.

Adotando-se um processo indutivo, onde as categorias explicadas se elaboram a partir das informações, é comum na pesquisa qualitativa refletir e analisar resultados parciais, com o objetivo de adequar os procedimentos de coleta às metas da pesquisa, segundo Carlim-Cotrim, 1996.

O processo de coleta-análise da pesquisa ocorreu com a seguinte dinâmica: no primeiro GF, a pesquisadora/mediadora levou um roteiro preparado com o conhecimento que já tinha sido discutido no FIS e, posteriormente foi confeccionado um roteiro inicial para o GF com questões sobre a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras comerciários. Em paralelo, também foi apresentado um roteiro de entrevista que seria aplicado pela pesquisadora, mas que as perguntas seriam apresentadas e modificadas em todo conteúdo, se necessário fosse.

E assim, o GF ficou responsável por além de propor os temas especificamente relacionados às vivências dos protagonistas deste texto, os comerciários e as comerciárias, também realizaram a validação consensual dos roteiros propostos.

Segundo Oddone (1986) a validação consensual ocorre quando o grupo operário interessado, ladeado pela equipe de técnicos, participa ativamente como sujeito e é através do "não-delegar" que a solução dos problemas avança e busca modificar o os modos de produção, com o objetivo de intervir na solução dos problemas de nocividade no ambiente de trabalho (p. 28).

Diante do exposto, é inegável o valor da utilização da técnica do grupo focal para a coleta de informações em pesquisas qualitativas, uma vez que a técnica permitiu a pesquisadora uma maior aproximação e maior discussão relativamente rápida entre os participantes, e com isso, a interação do grupo, a troca de experiências, de ideias e valores, além de ter possibilitado um ambiente propício para a compreensão de percepções, crenças e atitudes sobre os temas abordados.

A riqueza de todo material coletado através dos sete encontros do GF foi algo que desafiou a pesquisadora a buscar mais conhecimento sobre a técnica, porém faz-se necessário destacar que a troca de experiências durante todo processo de pesquisa somente aconteceu porque todos os envolvidos estavam comprometidos com o resultado e com o registro do universo tão diverso que é o trabalho dos comerciários e das comerciárias.

4.3 LOCAL DE REALIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL E A CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA DO MÉTODO

Os encontros do grupo focal foram realizados na sede do SECRJ, em sala reservada para este fim, onde os participantes (até o número máximo de dez) discutiram durante uma hora e trinta minutos, aproximadamente, sobre temas

vinculados a área da saúde do trabalhador.

A divulgação dos temas no sindicato e os dirigentes que participaram do grupo ocorreu no próprio sindicato e, os dias e horários dos encontros foram divulgados previamente, sempre às quintas-feiras, durante os meses de dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019, totalizando sete encontros do GF.

Participaram dos encontros alguns funcionários do sindicato indicados pelos dirigentes sindicais e alguns dirigentes sindicais. No início de cada encontro foi realizada a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Grupo Focal, sendo assinado em duas vias pelos participantes, individualmente e entregue uma via à cada participante. A outra via ficava com a pesquisadora.

Os participantes do grupo focal discutiram temas relacionados aos comerciários e foi proposta a confecção de uma cartilha pelo GF que serviria como instrumento informativo e junto aos trabalhadores da base, de modo a dar visibilidade às relações saúde-trabalho no comércio.

4.4 ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO DURANTE O GRUPO FOCAL, A ESCOLHA DO REFERENCIAL TEÓRICO PARA TRATAR O MATERIAL GRAVADO E AS ANOTAÇÕES REALIZADAS DURANTE AS EXPOSIÇÕES DOS PARTICIPANTES

Escolheu-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) como referencial teórico para realizar a análise dos dados produzidos pelo grupo focal. Para esta autora, a comunicação faz parte da história do sujeito e o conteúdo das mensagens permite realizar inferências sobre o dito pelos atores sociais.

Segundo Bardin, a Análise de Conteúdo pode ser definida como:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento ou um leque de apetrechos; ou com maior rigor será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2016, p. 19).

A análise de conteúdo e a relação com outras ciências humanas se desenvolveu nos Estados Unidos, no contexto behavorista das ciências humanas e para responder interesses dos governos que tinha interesse nas orientações políticas da população e utilizava os documentos acessíveis da imprensa e do rádio. E o analista de conteúdo era visto como um detetive munido de instrumento de precisão.

No final dos anos 1940-1950, do ponto de vista metodológico é marcado pelas regras de análise elaboradas por autores influenciados por Durkheim, Bourdieu e Bachelard, que lutavam contra a compreensão da observação espontânea da subjetividade, tal como destaca Bardin (2016).

Para Bardin, os autores supracitados:

> [...] querem dizer não à ilusão da transparência dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. E igualmente "torna-se desconfiado" (grifos da autora) relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do "construído" (grifos da autora), rejeitar a tentação sociológica ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjetividade" (BARDIN, 2016, p. 18).

Na França, entre os anos 1973 e 1974 a análise soberba em relação ao modelo berelsoriano ainda resistia às análises que vinham destacando a linguística, a semântica, a semiologia, a documentação e até mesmo a informática, com a justificativa de que a verificação da fidelidade do rigor metodológico ainda se prendia às validações dos procedimentos e resultados.

Para Berelson a análise de conteúdo como método não possuía qualidades mágicas e que raramente se retira mais do que se investe e algumas vezes até menos. O que interessava era a validação das amostras reunidas de maneira sistemática e como se daria a fidelidade de uma prática com uma metodologia nascente, onde as exigências de rigor e de objetividade recebiam destaque à época (BARDIN, 2016).

Optou-se por dar um destaque a essa discussão do método justamente para que o leitor interessado em aprofundar o estudo sobre a discussão metodológica nas ciências humanas e sociais possa encontrar outros autores que aprofundaram o vasto volume de questões sobre a escolha do método abordadas no presente texto e que poderão ser facilmente encontradas nos autores já destacados como também em Deslandes, 1994; Minayo, 1996; Gil, 1999 e Creswell, 2014.

Assim, o destaque na escolha do método de análise de todo material foi o conteúdo das mensagens que permitindo as inferências de conhecimentos relativos à produção e à recepção das mensagens dos sujeitos a partir do vivido, ou seja, das experiências. Com isso, Bardin aponta que:

> [...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de

> descrição do conteúdo das mensagens indicadoras (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 25).
>
> [...] a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (BARDIN, 2016, p.13).
>
> [...] a análise de conteúdo trabalha a fala, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis (BARDIN, 2016, p.25).

Quanto aos encontros do grupo focal, os mesmos foram gravados e explorados, a partir de um roteiro, inicialmente proposto pela pesquisadora que foi modificado pelos participantes, através da "validação consensual e da não delegação" que aconteceram durante os encontros do GF, uma vez que o objetivo não era levar algo produzido pelo pesquisador e sim construído de forma compartilhada com a participação dos sujeitos/trabalhadores comerciários envolvidos e que conhecem com excelência o universo do trabalho no comércio e as questões relacionadas ao processo de saúde e adoecimento. O roteiro do GF encontra-se sob a forma de apêndice, no final da dissertação.

Após a transcrição literal do material gravado em áudio, procedeu-se à análise da enunciação, tal como consta em Bardin, 2016. A referida autora preconiza o tratamento de cada material gravado nos sete encontros de forma singular, ou seja, cada tema destacado por cada participante do GF é visto como um todo e, a partir das representações dos sujeitos. E a função do pesquisador/moderador do GF foi de garantir um espaço de fala para que todos os componentes pudessem expor a sua opinião.

4.5 COLETA DE INFORMAÇÕES POR MEIO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS COM DIRIGENTES SINDICAIS, COMERCIÁRIOS DIVERSOS E TRABALHADORES COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO SECRJ

Foram realizadas cinquenta entrevistas semiestruturadas com quarenta perguntas/temas desde informações sobre o início da vida laborativa, passando pela vivência dos trabalhadores/entrevistados que atualmente trabalham no comércio e, também com trabalhadores e trabalhadoras que já estão aposentados e que mantém um vínculo com o SECRJ, sendo oito entrevistas com os dirigentes sindicais que foram eleitos após o período de intervenção do Ministério Público do Trabalho, duas

entrevistas com trabalhadores com vínculo empregatício com o sindicato.

E também foram realizadas quarenta entrevistas com trabalhadores comerciários de diversos segmentos, como por exemplo: lojas de roupas localizadas em shopping center, como lojas de bijouterias localizadas em espaços comerciais fora da estrutura de shopping, as chamadas lojas “de rua”, lojas de tecidos, lojas que vendem máquinas de lavar, móveis e celulares, lojas que vendem produtos eletrônicos e demais acessórios, lojas de sapatos, pequenos mercados de bairro com poucos trabalhadores na folha de pagamento, porém foi utilizado o mesmo roteiro, com os trabalhadores comerciários que demandaram questões presencialmente na sede do sindicato.

Quanto às entrevistas cabe informar que foram realizadas na sede do sindicato, durante os meses de dezembro de 2018, de janeiro a março de 2019, tendo ultrapassado o cronograma apresentado ao CEP. A pesquisa foi aprovada no referido comitê em 29 de novembro de 2018, sob o n° 3.047.672. Foi realizada uma grande corrida contra o tempo para fechar o trabalho empírico com todo rigor que é exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.

Foi disponibilizada uma sala destinada a esse fim, onde somente participaram a pesquisadora responsável pelo projeto e o trabalhador entrevistado individualmente, sendo apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) /Entrevista - destinado especificamente aos trabalhadores entrevistados. As entrevistas foram gravadas e transcritas pela pesquisadora.

Algumas entrevistas com comerciários aposentados e com outros comerciários que são associados ao SECRJ foram realizadas na Fazenda de Paty do Alferes, em local reservado, pela pesquisadora, e com o sigilo que o TCLE da entrevista garante.

A Fazenda de Paty do Alferes é um local onde são realizados eventos diversos para os trabalhadores comerciários e seus familiares que podem participar de festas temáticas como: carnaval, shows com artistas convidados, dentre outros.

A festa do tomate que é uma das grandes atrações da região e a fazenda fica com os quartos lotados. Há vários quartos com acomodações confortáveis e os associados pagam uma taxa apenas para a manutenção do local. Horta, piscinas para adultos e crianças, espaço reservado para jogos, um restaurante onde são servidas as refeições por uma equipe organizada para fazer com que os hóspedes sintam o sabor de legumes e frutas que são cultivados na fazenda e sem agrotóxicos.

Os dados coletados durante dois eventos promovidos pelo sindicato tiveram duração de dois finais de semana em que a pesquisadora ficou hospedada na Fazenda de Paty do Alferes e teve a oportunidade de realizar várias entrevistas em local que respeitou toda a garantia de sigilo contida no termo de compromisso assinado pelos participantes que foram entrevistados.

O roteiro foi agrupado por tema gerador e identificado por um código alfa/numérico onde cada participante/entrevistado do estudo pudesse ser identificado somente pela pesquisadora, buscando assim, garantir a não identificação dos entrevistados no material escrito e/ou transcrito.

Após a transcrição literal do material gravado em áudio, procedeu-se à análise da enunciação, tal como consta em Bardin, 2016. A referida autora preconiza o tratamento de cada entrevista de forma singular, ou seja, cada entrevista é vista como um todo e, a partir das representações dos sujeitos.

Optou-se por inserir o roteiro da entrevista no corpo do texto da dissertação (abaixo) e não como apêndice como as normas preveem, porque a validação consensual torna-se parte central da pesquisa e o mesmo foi construído de forma orgânica como definido na metodologia proposta, respeitando o conteúdo do Ambiente Di Lavoro escrito por Oddone et al em 1977.

4.6 ROTEIRO DA ENTREVISTA VALIDADO PELO GRUPO

1.Nome: *apenas para o controle do pesquisador (não haverá identificação do comerciário no projeto ou em qualquer documento)

2.Idade:

3.Sexo:

4.Escolaridade:

5.Formação:

6.Função atual:

7.Nome do comércio onde trabalha atualmente:

8.Há quanto tempo trabalha nesta empresa?

9.Foi o primeiro emprego?

10.Renda:

11.Possui casa própria?

12.É a primeira vez que procura o SECRJ? Qual a razão?

13.Quantas horas trabalha por dia? Faz hora-extra? Recebe pelas horas ou a empresa

faz banco de horas?

14.Tem horário certo para almoçar?

15.A empresa oferece almoço/lanche?

16.Pode ir ao banheiro sempre que precisa?

17.Utiliza EPI? (Equipamento de Proteção Individual)

18.Há alguma orientação para o uso do EPI ou treinamento?

19.O EPI foi fornecido pela empresa e é utilizado somente pelo trabalhador?

20.Trabalha por comissão?

21.Trabalhou em quais empresas (comércio) e exerceu quais as funções?

22.Se identifica com o trabalho no comércio?

23.Pode falar um pouco sobre a sua rotina no trabalho?

24.Gostaria de trabalhar em outro local? Qual?

25.Acha que o atual local de trabalho é um ambiente que pode trazer riscos à saúde do trabalhador?

26.Quais os riscos?

27.Se você tem que "bater meta"?

28.Como é feita a cobrança? Há algum tipo de ameaça no ambiente de trabalho caso não consiga cumprir a meta?

29.Você sofre algum tipo de constrangimento no local de trabalho? (Tipo "apelidinho"). De qual tipo? Quem pratica os atos?

30.Você considera uma humilhação?

31.Como é o local onde trabalha atualmente?

32.Acha que o ambiente de trabalho atual é perigoso/insalubre?

33.Já teve afastamento por acidente/doença do trabalho?

34.A empresa fez a Comunicação por Acidente de Trabalho?

35.Precisou de afastamento? Quanto tempo ficou afastado?

36.Recebeu benéfico pelo afastamento? Qual o tipo de benefício?

37.Ficou com alguma sequela devido ao acidente? Qual?

38.Depois retornou para a mesma função? Se não retornou para a função anterior, qual a função após o retorno ao trabalho?

39.Faz algum tipo de tratamento médico/psicológico? Quais? Faz uso de medicação de uso regular?

40.Você acha que os problemas de saúde que possui têm relação com o trabalho?

Obs: as perguntas do roteiro de entrevista foram validadas pelo GF, evitando assim

que fossem inseridas perguntas que não estivessem de acordo com a realidade do trabalhador comerciário.

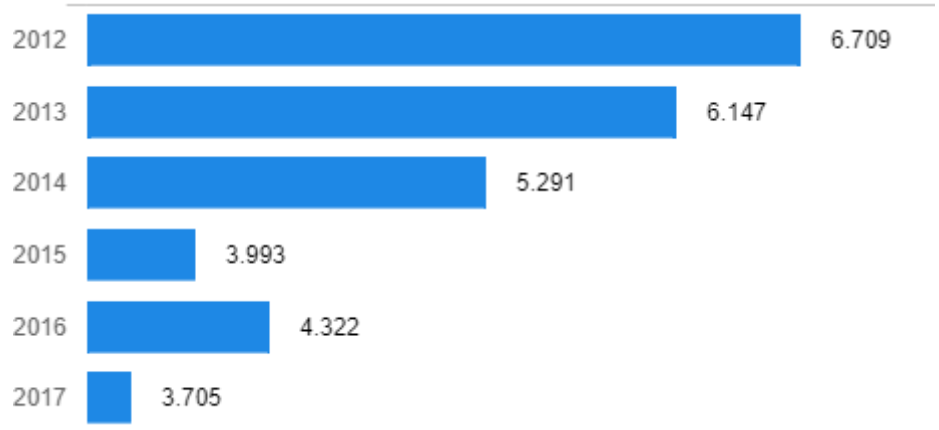
5 PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DOS TRABALHADORES COMERCIÁRIOS

Com a intenção de caracterizar o universo das trabalhadoras e dos trabalhadores que estão inseridos, como comerciários, no mercado formal de produção, nos municípios: do Rio de Janeiro, de Paty do Alferes e de Miguel Pereira, buscou-se no presente capítulo, dar visibilidade através de informações públicas e, assim, analisa-las com o referencial da Saúde do Trabalhador, explicitado no segundo capítulo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bancos de dados públicos que foram utilizados com o objetivo de obter informações sobre os trabalhadores nos três municípios destacados anteriormente, assim como os sites do Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho e o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) por permitirem a confecção de gráficos sobre: afastamentos por auxílio-doença por acidente de trabalho, acidentes de trabalho, doenças que mais acometem os comerciários, dentre outros temas que estão desenvolvidos ao logo do texto.

Entretanto, cabe informar que se fez a opção de colocar em anexo todos os gráficos e tabelas confeccionados, pois partiu da demanda do SECRJ que fosse produzido um material que o sindicato pudesse utilizar posteriormente, para a confecção de trabalhos futuros, porém destacam-se alguns e realizam-se as análises no corpo do texto que se segue.

Gráfico 1: Total de Afastamentos (auxílio-doença por acidente de trabalho - b91) por Ano. Município do Rio de Janeiro (2012-2017)

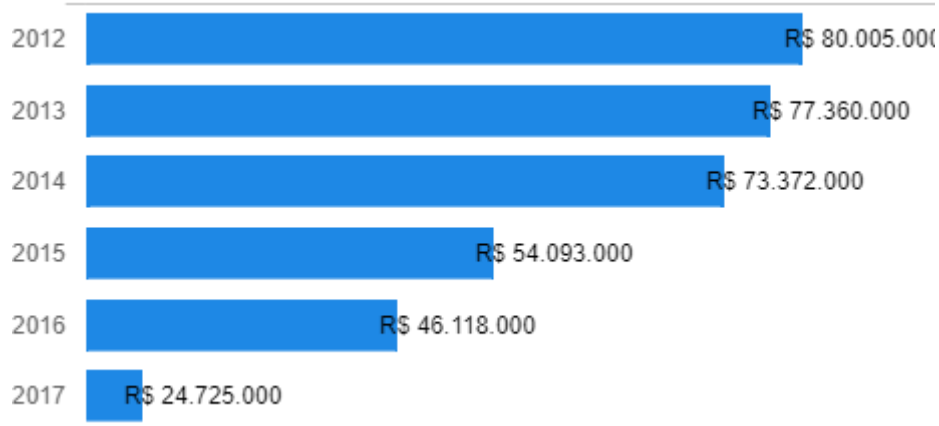


Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

A análise do gráfico 1 (acima) deve ser realizada com muita atenção, pois a partir dos números é possível afirmar que o afastamento dos trabalhadores que rece-

beram benefício por auxílio-doença/acidente de trabalho diminuiu ao longo do período de (2012/2017). É necessário incorporar as transformações econômicas que ocorreram no Município do Rio de Janeiro nos últimos cinco anos e verificar que o número de acidentes e doenças relacionados ao trabalho não esteve em decréscimo no período citado. Além de não relatar a realidade quanto aos números, pois somente foram computados os registros dos trabalhadores com vínculos formais de trabalho, e com a crise econômica iniciada em meados de 2013, os postos de trabalho foram drasticamente reduzidos no Município do Rio de Janeiro como também em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro. (Salienta-se, ainda, que o gráfico acima – gráfico 1- versa sobre o número de afastamentos de trabalhadores sem especificar, no momento, o setor produtivo em separado, ou seja, não faz referência ao setor comerciário somente).

Gráfico 2: Despesa com Afastamentos (B91) Iniciados em Cada Ano (Acumulado). Município do Rio de Janeiro (2012-2017)



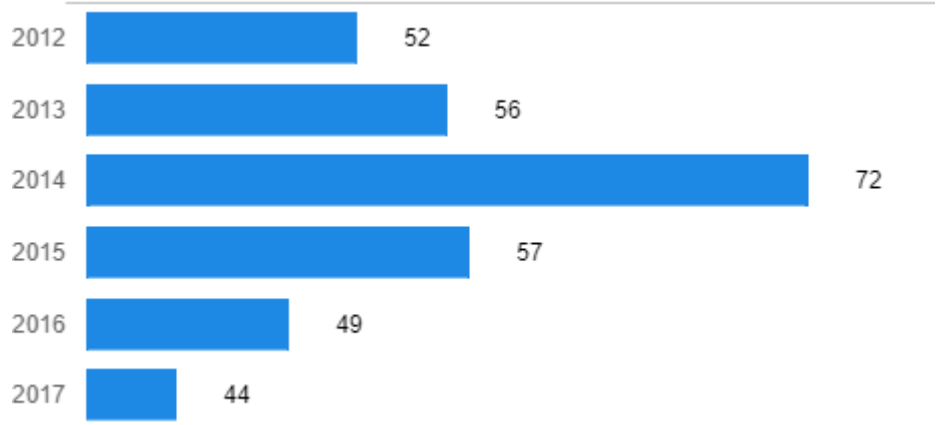
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

O gráfico 2 tem a mesma relação já explicitada anteriormente. Se houve uma diminuição dos postos formais de trabalho, a consequência foi uma diminuição dos gastos com benefícios do tipo B-91 responsável pela configuração da relação com o trabalho. O que ocorreu foi um aumento de pessoas que estão trabalhando sem vínculo empregatício formalizado e que agora "trabalham por conta própria", ou seja, sem os direitos trabalhistas garantidos.

E o mesmo raciocínio refere-se à diminuição do número de acidentes de trabalho com mortes, até porque além de o município do Rio de Janeiro ter diminuído os postos formais de trabalho, ainda há acidentes que são subnotificados, como os acidentes de trânsito que ocorrem a serviço da empresa, ou até mesmo quando o tra-

balhador possui vínculo precário e/ou trabalha por conta própria. As informações sobre a (in)visibilidade dos acidentes de trabalho pode ser confirmada no estudo realizado em Salvador, na Bahia, em que faz um recorte sobre os acidentes de trabalho fatais que aparecem nas estatísticas das causas externas e não nas estatísticas relacionadas com o trabalho e são totalmente invisibilizados (MIRANDA LACERDA, FERNANDES, NOBRE, PENA, 2014).

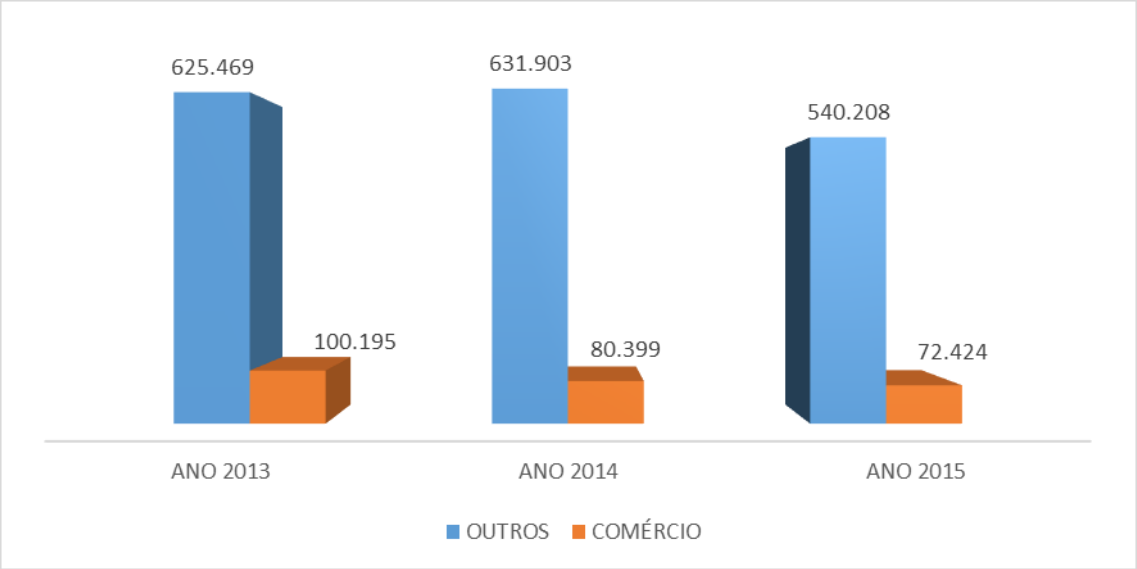
Gráfico 3 - Acidentes de Trabalho com Mortes. Município do Rio de Janeiro 2012-2017).



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

O gráfico 3 versa sobre os acidentes de trabalho fatais que ocorreram no Município do Rio de Janeiro e não faz relação alguma com as mortes de trabalhadores que ocorreram no deslocamento de casa/trabalho ou trabalho/casa (acidentes de trajeto). O que dificulta a qualificação do dado uma vez que os sistemas de informação não se comunicam, como por exemplo: Sistema de Informação de Mortalidade - SIM - e o Sistema de Informação Nacional de Notificação de Agravos - SINAN.

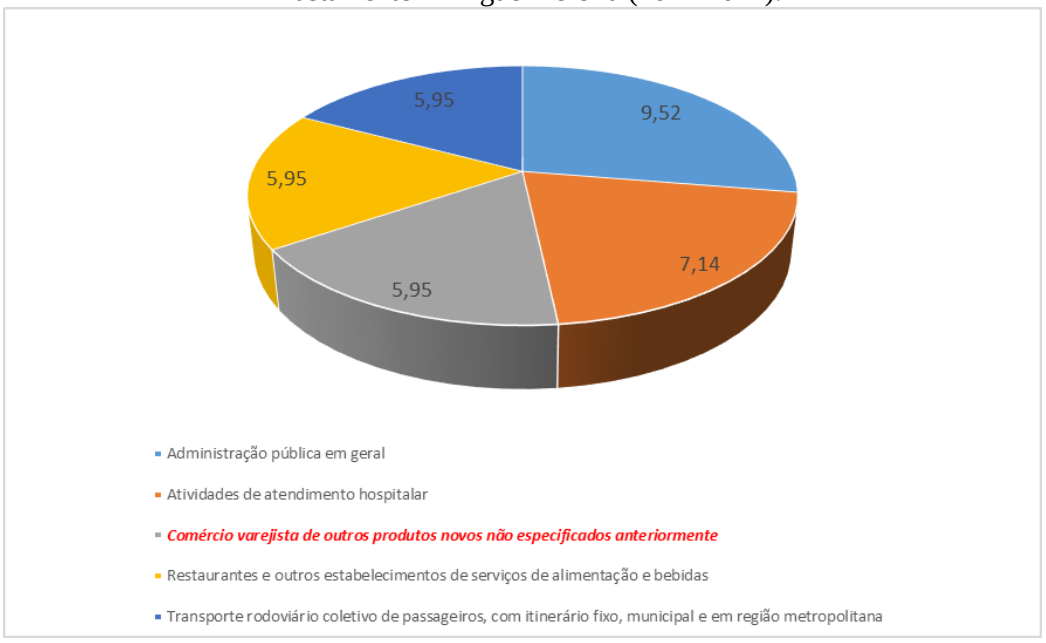
Gráfico 4 - Total de Acidentes de Trabalho do Setor de Comércio em Comparação com os Demais Setores. Brasil (2013-2015)



Fonte: DATAPREV, CAT, SUB.
Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/

No gráfico 4 verifica-se o universo do setor comerciário com outros setores. No período de 2013 a 2015 ocorre uma diminuição do total de acidentes de trabalho no comércio no Brasil. Cabe novamente uma análise do ponto de vista socioeconômico do período estudado, uma vez que o setor do comércio tem sido fortemente impactado com o fechamento de vários postos de trabalho. E, em compensação, o setor informal tem crescido drasticamente. Segundo o IBGE, através dos dados divulgados no Cadastro Central de Empresas - CEMPRE -, desde o início da crise econômica as empresas em atividade no país recuaram de 74,2mil e a população assalariada diminuiu em 3,2 milhões.

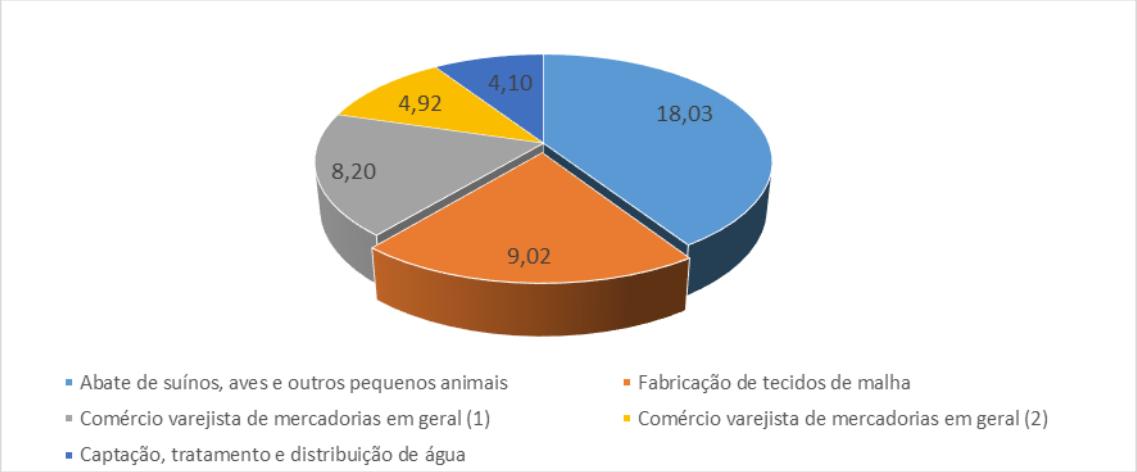
Gráfico 5 - Percentual das Cinco Atividades Econômicas com Maior Número de Afastamento - Miguel Pereira (2012-2017).



Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

O gráfico 5 corrobora que o comércio varejista (em cor cinza) é responsável dentre as cinco maiores atividades econômicas que afastam os trabalhadores em Miguel Pereira, ficando atrás dos afastamentos dos hospitais e dos transportes coletivos rodoviários.

Gráfico 6 - Percentual das Cinco Atividades Econômicas com Maior Número de Afastamento. Paty dos Alferes (2012-2017).

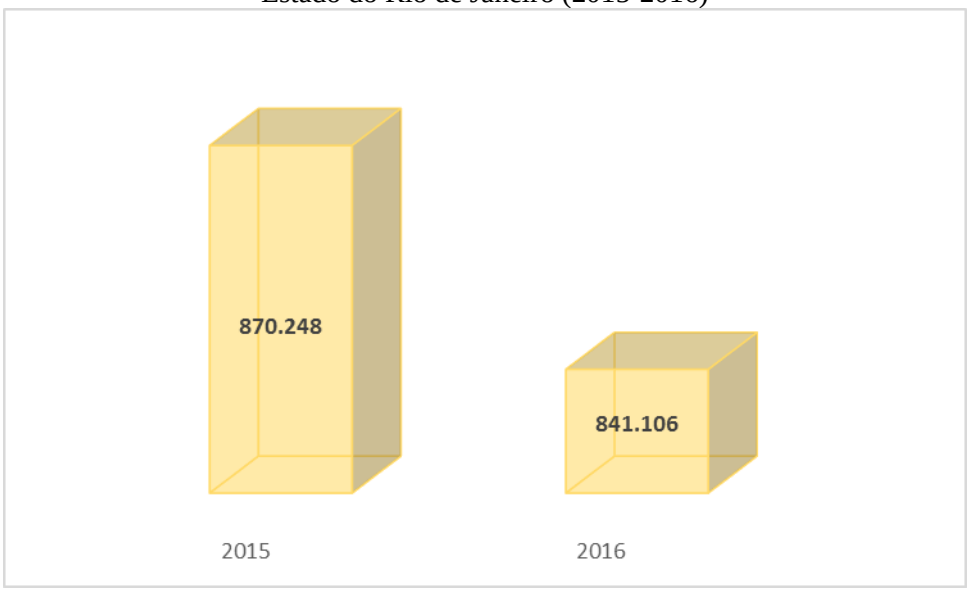


Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Nota: (1) com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados, (2) com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.

O gráfico 6 chama a atenção para o comércio varejista, nas cores cinza (com 8,20%) e amarela (com 4,92%) totalizando 13,12% dos afastamentos dos trabalhadores pelo INSS, ou seja, é a segunda atividade econômica que mais adoece os trabalhadores em Paty do Alferes.

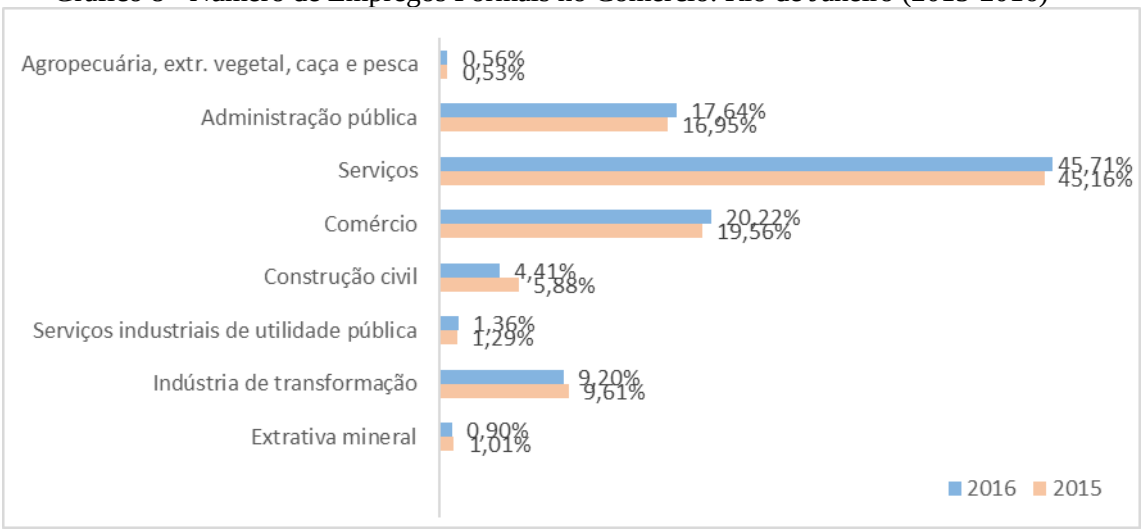
Gráfico 7 - Número de Empregos Formais no Comércio.
Estado do Rio de Janeiro (2015-2016)



Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

O gráfico 7 apenas confirma a diminuição dos postos de trabalho formal no setor comerciário com uma variação de um período de apenas um ano, o Relatório Anual de Informações Sociais contabilizou a perda de 29.142 empregos formais.

Gráfico 8 - Número de Empregos Formais no Comércio. Rio de Janeiro (2015-2016)



Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Considerando que o objetivo do capítulo foi de apresentar um panorama

epidemiológico sobre os trabalhadores que exercem atividade remunerada no setor do comércio, os gráficos retirados de fontes públicas permitiram o acesso às informações de forma facilitada porque os bancos utilizados foram baixados e transformados em planilhas e, posteriormente foram construídos os gráficos com o destaque direcionado ao setor comerciário.

6 **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

6. 1. GRUPO FOCAL SECRJ

A primeira reunião do grupo focal foi realizada em dezembro de 2018, na qual o TCLE das entrevistas foi apresentado, lido pelo GF e validado pelo mesmo grupo.

Após a leitura do termo, apresentou-se um roteiro de entrevistas com algumas perguntas sobre o trabalho dos comerciários, inicialmente elaborado a partir do conhecimento que a pesquisadora já tinha devido à participação no FIS, sobre as questões levantadas pelos comerciários sindicalistas que participaram da última aula do Curso de Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde do Trabalhador, no final do ano de 2017.

O roteiro da entrevista foi enviado com antecedência para que os participantes do GF pudessem ter o primeiro contato com o material e, assim, estimular o debate inicial.

Considerou-se na presente pesquisa, que para a efetivação do saber compartilhado e a construção de conhecimentos para a ação, todo processo fosse de fato construído junto com os trabalhadores. Com isso, a validação consensual de todo material produzido no GF, bem como os roteiros da entrevista semiestruturada e do grupo focal foram confeccionados e modificados pelos participantes do mesmo.

O desejo do GF direcionou-se à construção de um material para ser apresentado aos trabalhadores comerciários que estão na base, ou seja, aqueles que estão trabalhando no comércio, durante as ações de fiscalização e divulgação das ações e serviços do SECRJ.

Iniciou-se com a oitiva da demanda do SECRJ para discutir no GF como o saber compartilhado se desdobraria. A escuta cuidadosa foi fundamental para estabelecer com o GF a empatia necessária para que a condução da pesquisa caminhasse de modo a atender a demanda do sindicato. O contato anterior via participação no FIS e no Curso de Formação de Multiplicadores de VISAT com

alguns sindicalistas do SECRJ, em 2016, facilitou a empatia com os participantes e a confiança estabelecidas com os sindicalistas e trabalhadores do SECRJ.

Após a consideração inicial, seguem-se os destaques das falas dos trabalhadores/participantes e, posteriormente as considerações do GF, validando ou não os temas e perguntas em destaque. O roteiro da entrevista foi incluído no corpo do texto, por orientação dos professores que participaram da banca prévia, e não no apêndice como de costume e como as normas preveem. A justificativa se deu a partir da metodologia proposta na pesquisa, assim sendo, a validação consensual ocorreu de forma orgânica, em todas as etapas do projeto.

O primeiro encontro do GF:

Bom dia gente, hoje é o nosso primeiro encontro do GF, onde pretendemos pensar o roteiro da entrevista e começar a projetar como o nosso trabalho irá se desenrolar. A ideia é pegar o lápis e desenhar o modelo de entrevista que nós queremos e aí vocês precisarão fazer as considerações sobre o roteiro.

Algumas perguntas iniciais eu já fiz, até porque eu pesquisei vários modelos de cartilhas na internet sobre sindicatos diversos e, hoje, nós precisamos fechar o roteiro de entrevista para ser aplicado por mim junto aos trabalhadores com vivência no comércio de pelo menos um ano, tal como vocês informaram desde o início.

Cabe esclarecer que podem participar das entrevistas todos os trabalhadores: com vínculo formal no comércio, trabalhadores do sindicato que já tenham trabalhado no comércio, os aposentados que ainda estejam vinculados ao SECRJ e comerciários que procurem o sindicato durante o período destinado à realização das entrevistas.

E, eu preciso que antes de iniciarmos o GF, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Grupo Focal (TCLE/GF) seja lido e as dúvidas sejam apresentadas antes que qualquer tema seja discutido. Ainda sobre o TCLE/GF, eu preciso informar que em todos os nossos encontros do GF, eu trarei sempre duas vias, para cada participante assinar e rubricar conforme as orientações que se seguem no documento (Mediadora/Pesquisadora).

O termo foi lido pelo GF e assinado por todos os participantes. Cada trabalhador ficou com uma via original, com a data do encontro realizado e eu fiquei com a outra via.

Seguem algumas falas dos participantes:

> Eu acho que aqui no roteiro da entrevista faltou colocar a função que o trabalhador exerce. Porque não sabemos com quem estamos lidando: se é um operador de caixa, se é um atendente, se é açougueiro, se é vendedor e tipo: qual é a função dele? (Trabalhadora A que exerce função no SECRJ).

OBS: Quando a fala for de um trabalhador ou de uma trabalhadora com vínculo empregatício no SECRJ, a identificação ou código que o diferenciará de um participante sindicalista será de Trabalhador A, por exemplo. E se o participante do GF for sindicalista ou comerciário será identificado como Sindicalista A ou Comerciário A, se trabalhar somente no comércio e for associado ao SECRJ ou se não for associado também será identificado como Comerciário e com uma letra subsequente.

Após os esclarecimentos iniciais, seguem partes dos encontros do GF, com temas que surgiram durante os mesmos. Optou-se por colocar sob a forma de apêndice, o roteiro do GF e a discussão seguiu.

"Ali, você colocou há quanto tempo trabalha como comerciário, mas eu acho que devemos colocar há quanto tempo ele está na empresa atual ou neste emprego" (Sindicalista A).

> Perguntar para o comerciário se já trabalhou em alguma outra função antes de ser comerciário. Esmiuçar um pouco mais a vida dele. Muitas vezes a pessoa tem formação e não consegue emprego na área de formação dela e aí a pessoa vai parar no comércio porque a escolaridade exigida é menor (Sindicalista A).

> No meu trabalho há uma menina que é formada em psicologia e que trabalha no Supermercado e quer ficar lá. A função dela é na parte de roupas. Até porque foi o local que permitiu que ela pudesse criar a filha E ela disse que não se via longe daquele espaço. Ali ela ganhava dinheiro e tinha segurança (Sindicalista B).

> Gente, não é fácil você migrar não. Você tem duas alternativas. Colocar o curriculum e tentar participar de outro processo seletivo, o que é difícil até porque no comércio você não consegue ou continuar no comércio ou migrar para outro trabalho. Só que é complicado, pois a rotina no comércio é de segunda a segunda (Sindicalista C).

"Por que você foi para o comércio, Daphne?" (Sindicalista A fez a pergunta a mim).

O comércio foi o meu primeiro emprego e eu tinha dezoito/dezenove anos de idade, eu respondi. Eu estudava pela manhã e trabalhava no período tarde/noite. Eu entreguei curriculum e consegui emprego. Eu fazia faculdade e trabalhava no

comércio para ter o meu dinheiro (Mediadora/Pesquisadora).

> Não há como ficar sem renda. Você tem que se manter. Há um limbo entre migrar rápido e ter que ganhar dinheiro para se sustentar. Há muitos colegas no meu trabalho que são formados em letras, matemática e outras faculdades e que eles não saem do comércio porque hoje em dia está complicado. O emprego com garantia está difícil (Sindicalista C).

> Eu trabalhava na empresa B e fazia faculdade. E o dono liberava quarenta minutos antes para eu ir para a faculdade e precisava pegar a barca. Eu trabalhava em loja de rua, no Centro da Cidade do Município do Rio de Janeiro. Eu na época trabalhava no comércio porque conseguia estudar. E eu estudava longe. Quando trocou o gerente tive problemas para fechar a faculdade porque não tinha liberação para sair mais cedo. Eu fazia direito e precisei trancar a faculdade e só voltei depois de dois anos. E eu consegui concluir depois e com muito esforço (Trabalhador B).

"Já o meu trabalho não é de comissão. Eu tenho o meu salário. E aí eu não largo por causa da segurança" (Sindicalista B).

"Eu tive muitos amigos que foram parar o comércio porque dava para estudar e trabalhar. A faculdade era paga pelo trabalho no comércio. Hoje em dia as coisas não são mais assim. Hoje não é mais viável" (Trabalhadora A).

"Eu atendi uma trabalhadora aqui na segunda-feira que trouxe a Lei do Estudante Trabalhador e eu achei muito interessante, mas ela disse que fazer valer a lei no trabalho dela é que complica tudo" (Trabalhador B).

> Eu percebi que faltou falar sobre as metas e sobre o assédio moral. Tem que incluir isso. A pergunta dos riscos está muito aberta. Pode perguntar como é feita a cobrança por meta. E aí o trabalhador vai falar se há cobranças e se há metas e assédio. O trabalhador vai falar sobre as metas inatingíveis e aí tem a relação do adoecimento com o assédio moral. A maneira como a meta é cobrada também é importante (Trabalhador A).

No final do GF foram discutidas todas as perguntas contidas no roteiro e levantadas no GF se todas as questões poderiam fazer parte da estrutura da entrevista, ou seja, o material foi validado consensualmente, embora o roteiro esteja grande e com quarenta perguntas. Os participantes do GF propuseram perguntas, retiraram outras e discutiram o conteúdo da entrevista, a partir da vivência deles no comércio, sendo como trabalhadores comerciários e sindicalistas, no momento e, também com os trabalhadores com vínculo formal pelo SECRJ que participaram ativamente do GF, destacando as questões mais frequentes nos atendimentos que eles realizam, considerando que todos os participantes têm grande experiência nos ofícios

que desempenham.

“Eu não consigo entrar na loja se eu não for comprar. Até porque eu sou vendedora e aí eu sei o que o vendedor sente quando não vende e tem meta para cumprir. E o vendedor investe o tempo dele na venda” (Sindicalista A).

O relato acima refere-se ao tempo que a comerciária, no caso, a vendedora permanece na loja para vender e a relação com as metas. Até porque a grande maioria recebe por comissão e são raras as lojas que pagam o piso e um percentual sobre a venda para o vendedor.

Outra questão que o GF discutiu refere-se aos vendedores que trabalham em shopping e a perda da noção do tempo. Eles disseram que ali eles se desconectam do mundo lá fora, pois chegam cedo para trabalhar em determinado horário e, na maioria das vezes, extrapolam a carga horária e ficam “por conta própria” (não recebem hora extra) porque não bateram a meta do dia e decidem ficar após o expediente. Eles não têm a garantia do pagamento das horas-extras.

“O vendedor nem sabe o que acontece lá fora. E eu nem sei se está chovendo ou fazendo sol lá fora. Até porque eu estou no shopping desde cedo e não sei o que está acontecendo lá fora. É um outro mundo” (Sindicalista A).

Muitos vendedores só têm a informação de que está chovendo muito quando o cliente que passeia no shopping está com o guarda-chuva molhado. Apesar de ter uma carga horária entre seis e oito horas, o vendedor comissionista permanece na loja por um período de horas maior para fechar a meta. Até porque ele vive da venda, ou seja, se não vender o salário no final do mês será o piso do comércio e ainda escutará muitas piadinhas dos superiores porque o mercado está cheio de concorrentes a vaga dele.

> Uma informação importante é verificar com o comerciário entrevistado se há algum tipo de ameaça de demissão, caso ele não cumpra a meta. Até porque o ambiente pode trazer problemas que não são relacionados às metas. Há casos em que o superior faz piadinhas com os comerciários só para diminuir o outro, e muitas vezes o trabalhador não é nem vendedor e não tem metas para cumprir e sofre humilhação. É preciso conhecer as situações de assédio relacionados ao trabalho (Trabalhadora A).

> Eu acho que outra coisa que poderia ser dita é se o salário está relacionado a meta. Agora eu bato a meta e não consigo ganhar o prêmio que eu tinha incorporado pelos anos de casa porque a empresa colocou o tal de índice de rentabilidade e eu bato a meta e não consigo manter o meu salário. Aí eu perco as contas (Sindicalista C).

> Se há algum tipo de ameaça de demissão, caso não cumpra a meta. O ambiente pode trazer problemas que são não relacionados às metas, e sim fazer as piadinhas, por exemplo com a intenção de diminuir o outro. E muitas vezes o trabalhador não é vendedor e não tem meta e mesmo assim sofre humilhação. Nós precisamos saber quem pratica os atos (Trabalhadora A).

"A questão que caracteriza o assédio é a superioridade hierárquica, pois o conceito do assédio é muito específico e não está associado com os colegas do trabalho" (Trabalhador B).

O tema do assédio relacionado ao trabalho tem sido uma demanda atendida pela ouvidoria do SECRJ com um crescimento importante do número de trabalhadores que buscam conhecimento sobre a caracterização do assédio moral. E há um desconhecimento muito grande, segundo o GF, sobre o tema.

É importante salientar que o GF trouxe aos participantes um aumento da autoestima, pois o fato de eles levantarem uma demanda para a academia e estar participando do FIS aproximou os trabalhadores de uma realidade que ainda não tinha sido vivenciada por eles no sindicato, nas gestões anteriores.

No final do GF, o grupo resumiu o que havia sido discutido e fechou com o tema do próximo GF, como descreveu-se abaixo:

Hoje nós organizamos aqui no GF o roteiro da entrevista que será semiestruturada e aplicada somente pela pesquisadora, e segundo o TCLE da entrevista. Mais do que nunca nós precisamos entender que somente o trabalhador pode falar sobre a especificidade do trabalho realizado, pois somente ele vivencia o trabalho no dia-a-dia (Mediadora/Pesquisadora). Até breve!

Outro encontro do GF:

"O Sindicalista D informa que o Trabalhador C está com pneumonia e não participará hoje".

Eu pergunto se todos estão recebendo o e-mail e informo que os roteiros foram enviados por e-mail, após a aprovação do CEP/ENSP/FIOCRUZ.

Os sindicalistas C, D e E participam ativamente do FIS. E o debate começa em torno do desejo do GF em ter um material em mãos para quando forem realizar as visitas aos locais de trabalho. Eles querem um material pedagógico para fornecer aos trabalhadores do comércio da base, as informações sobre os direitos e sobre os temas relacionados à saúde dos comerciários.

Um tema que também surgiu no GF foi o adoecimento mental e a relação com o trabalho do comerciário. E um participante do GF relatou o problema da depressão e a dificuldade que ele teve em assumir o adoecimento mental.

O Sindicalista E informou que ficou dias afastado do trabalho por motivo de doença e disse:

"Eu tive preconceito em falar que eu estava com depressão. E não tive coragem de falar para o gerente que não estava bem, até porque ele não se vê como comerciário. Ele se vê como outra classe e não como trabalhador" (Sindicalista E).

> Eu já senti o meu peito palpitando, sentia um mal-estar quando não vendia. Eu penso que o caminho para a valorização do mundo do trabalho ocorre com a valorização do sindicato. E eu venho para o sindicato com muito prazer porque comecei a namorar com a demanda do sindicato. Eu estou feliz porque estou na luta (Sindicalista F).

A atmosfera do GF foi se transformando a cada encontro e o fato de a palavra circular e todos os participantes terem a fala garantida, somada a troca de conhecimento entre os participantes fez com que o GF desenvolvesse o interesse em ouvir as experiências socializadas naquele espaço. Muito embora as opiniões pudessem divergir, o saldo era sempre positivo e os temas relacionados ao trabalho e a saúde surgiam durante as falas, como por exemplo abaixo:

> A categoria é muito leiga. Tem trabalhador que não vê o que está acontecendo. Parece que só vê "o lado glamuroso" do trabalho. Se o trabalhador estiver empregado já está bom. Muitos não lutam. E eu estou falando por mim (Sindicalista C).

> Hoje nós temos que ir para a rua e sindicalizar. A estratégia de sobrevivência dos sindicatos é essa. Ainda mais agora que não temos mais o imposto sindical. Os NAS - Núcleos de Atendimento Sindical - estão descentralizados. Temos em Madureira, Campo Grande, em três Shoppings temos os restaurantes subsidiados pelo sindicato, onde as campanhas para sindicalizar acontecem diariamente. É esse o caminho. Ir para rua mesmo. Até porque tem muita gente que não conhece a nossa luta (Sindicalista F).

Ao final do GF fizemos uma reflexão sobre o papel do sindicato hoje e eu pedi ao grupo para pensar em estratégias para as questões apresentadas. Fizemos foto ao final e nos abraçamos.

Ratifica-se que os registros do GF não estão na íntegra, pois o texto ficaria cansativo para o leitor. E as gravações estão transcritas e sob guarda da pesquisadora/mediadora de acordo com o preconizado no TCLE-GF que seguiu

todos os requisitos preconizados pelo CEP/ENSP/FIOCRUZ.

Outro grupo focal:

A Sindicalista B informa que o colega Sindicalista D justificou a ausência porque teve uma reunião da CISTT - Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - Municipal.

É importante destacar que os participantes do grupo têm atribuições diversas no sindicato e que muitos não estão liberados para cumprir o mandato sindical de forma integral. Muitos sindicalistas trabalham como comerciários e participam das atividades do SECRJ após o expediente.

> Há tantos problemas nos locais de trabalho que eu nem sei por onde começar. Assédio sexual tem muito e não sabemos o porquê de as pessoas não falarem. Outro problema sério é o alcoolismo e o uso de outras drogas. E eu, por exemplo, não sei como ajudar o colega de trabalho (Sindicalista A).

A dependência química de drogas lícitas e ilícitas por trabalhadores comerciários também foi levantada como uma questão que merece atenção, uma vez que há muitos atendimentos no SECRJ tanto pelo departamento médico quanto pelo departamento de psicologia, mas é um assunto que precisa ser tratado de forma muito delicada, pois as condições de trabalho no comércio estão piores a cada dia, segundo o GF. A temática da dependência química requer profissionais especializados para a realização do atendimento.

O SECRJ possui um grupo de mulheres comerciárias conhecido como “As Margaridas”. É um grupo que tem como tema central: o papel da mulher comerciária e as múltiplas questões sobre gênero. Eu cheguei a participar de um evento promovido pelas Margaridas que buscou abordar a violência contra a mulher. Foi um evento que aconteceu no restaurante subsidiado pelo SECRJ, localizado em um grande shopping center, ou seja, um local que fornece comida de qualidade com um preço diferenciado para os trabalhadores comerciários que são associados ao sindicato.

“Há um tema que não é muito falado, mas abordar o significado do trabalho para a mulher trabalhadora comerciária é fundamental. A tal dupla jornada! Eu acredito que somos um extensor de casa para o trabalho. Se eu tiver mal eu não consigo vender” (Sindicalista A).

Na semana passada uma parte do GF, a mediadora e alguns dirigentes e

trabalhadores do SECRJ foram fazer uma campanha sobre a questão da violência contra a mulher, visto que o número de mulheres violentadas vem crescendo a cada dia. E o SECRJ tem um grupo de mulheres comerciárias que fazem parte do Grupo das Margaridas – um coletivo de mulheres que faz ações direcionadas às violências sofridas pelas mulheres tanto no trabalho como, por exemplo, o assédio moral e sexual no trabalho quanto no ambiente familiar. E eu confesso que eu gostei muito de ter participado.

A violência relacionada ao trabalho também apareceu no GF com destaque e o evento que o coletivo de mulheres do SECRJ abordou foi sobre a Lei Maria da Penha e sobre as diversas situações de violência que ocorrem no trabalho, principalmente quando a mulher ocupa uma função hierarquicamente inferior ao outro trabalhador ou trabalhadora, como por exemplo: caixa e fiscal de caixa, vendedor e supervisor ou gerente e vendedor.

No entanto, há diferentes vivências sobre a questão de gênero e a exploração da trabalhadora comerciária, como o relato abaixo:

> Eu sempre trabalhei com costura, em grandes fábricas e em grandes lojas de marca. E tive carteira assinada como costureira (fala com orgulho de que quando foi aposentada e a menina do INSS foi olhar a carteira de trabalho e falou que só tinha assinatura como costureira). E aí eu disse: graças a Deus eu aprendi a fazer. Eu gostava muito de costurar e não fica doente. E levava o filho doente para o trabalho. Podia levar os filhos quando eles estavam doentes (Comerciária Aposentada e que continuou a trabalhar após a aposentadoria, sendo que ficou como caixa em supermercado e que após sofrer um acidente vascular cerebral foi demitida).

Cabe aqui uma observação em relação “a visão romântica” sobre o trabalho, pois a trabalhadora que hoje é comerciária aposentada (destaque acima) disse o quanto o local de trabalho era bom, uma vez que ela até podia levar o filho doente para ficar com ela enquanto ela trabalhava. E durante o GF o termo “visão romântica” foi dito pela Sindicalista C, que após a fala anterior disse que a Comerciária Aposentada não percebeu que ela podia levar o filho doente porque a produção não poderia parar, segundo a Sindicalista C observou.

Outra trabalhadora fez um relato sobre a revista íntima realizada pelas fábricas de calcinhas e afins. E ao final a trabalhadora fez uma reflexão sobre a exploração que ela havia sofrido. Segue o fragmento do relato abaixo:

> Eu trabalhei em costura também, como aprendiz de costureira. Eu

> fazia o arremate. E na hora de ir embora passava pela revista íntima quando eu trabalhei em fábrica de produção de calcinhas. Eu me sentia mal. E a gente podia comprar com desconto. E tinha gente que pegava e colocava uma calcinha em cima da outra para roubar e era complicado. E é assim até hoje nas fábricas. Tem a revista da bolsa, e do corpo, também. Depois eu fui trabalhar em produção de bolsas e não fiquei muito tempo porque era uma exploração só (Sindicalista B).

E após as explanações riquíssimas acima, uma participante do GF fez uma reflexão que em especial despertou a minha atenção pela habilidade dela ao socializar que:

> Dá para fazer uma reflexão sobre a produção por peça e o que Marx fala sobre a mais-valia. E o despertar da consciência crítica do trabalhador é fundamental nos dias de hoje. O material que nós estamos produzindo precisa falar do lucro e da riqueza produzida pelo capital na relação de exploração do trabalhador. Eu muitas vezes estou na rua e escuto dos colegas que é para eu sair dali porque eles querem trabalhar e o sindicato não está deixando, acredita? (Sindicalista C)

O GF fechou com a seguinte questão que surgiu no final: quais os desafios em tempos difíceis, como atualmente vivemos no movimento sindical, sem a contribuição sindical obrigatória? As perguntas acima foram realizadas e respondidas durante o GF pelo Sindicalista F que completou: "há muitos desafios para o nosso sindicato. E o caminho é ser um multiplicador das ações do sindicato, pois há trabalhadores que ainda não conhecem a força do SECRJ".

Salva de palmas ao final do GF e um abraço coletivo com direito ao registro fotográfico pelo celular de um dos participantes.

Eu confesso que a cada encontro do GF o trabalho vai se transformando e até as falas dos participantes se modificam. E uma luz brilha sempre durante os encontros do GF. E eles relatam que se sentem importantes por estarem participando de algo que pode ajudar a categoria dos trabalhadores comerciários. E eu ainda me surpreendo com o potencial do GF a cada encontro. E não há incentivo financeiro para participar. Há somente o desejo dos participantes por uma troca que é compartilhada em sua essência, tal como Freire, 1994, aponta quando afirma que há uma relação de troca entre o educador e o educando. (Reflexões da pesquisadora somente registrada por escrito no presente texto).

Outro encontro do GF:

"Quando eu me formei no Rio Grande do Sul eu era gerente de uma churrascaria e fazia pedagogia e morava em cidade pequena com duzentas mil

pessoas. Foi em outra época e eu consegui" (Sindicalista D).

Outro encontro do GF:

Abriu-se a discussão sobre a questão da atividade preponderante, ou seja, como está na carteira de trabalho da trabalhadora que trabalha como costureira que trabalha com consertos na loja x do shopping? Tem que ver a questão da CBO e a atividade preponderante da trabalhadora. Ela desconta para o SECRJ, mas na carteira tem a profissão.

A representação do SECRJ fica de qual forma juridicamente, neste caso? É pelo sindicato do SECRJ ou pelo sindicato das costureiras? (Mediadora/Pesquisadora)

"Muitas vezes a trabalhadora é costureira e a carteira dela está assinada como fiscal de loja. Aí é para discutir isso, pois temos que ver para onde a trabalhadora está descontando e se a carteira está com a função do CBO". (Trabalhador B)

Um relato muito interessante do cotidiano laboral de uma trabalhadora com muitos anos no comércio e que relata ter problemas de saúde e somente quando ela entrou no SECRJ conseguiu entender que o adoecimento dela tinha relação com o trabalho.

> O INSS colocou como auxílio-doença e não relacionou com o meu trabalho, embora o meu médico tenha colocado no papel. E hoje eu não consigo segurar nada. Eu não tenho mão para nada. Eu deixo o celular cair porque fica tudo dormente e eu já fui costureira e não tive problema de saúde. Se fosse pela costura eu tinha que ter na outra mão e não na esquerda, assim eu sei que eu adquiri isso devido a máquina de fatiar frios e não na máquina de costura e eu não sou canhota. O movimento que eu faço para fatiar os frios é repetitivo (Sindicalista B).

Eu lembrei de uma entrevista e comentei com o GF que um vendedor de uma loja de eletrodomésticos em loja de rua fez uma avaliação do mercado de trabalho do comerciário atualmente com "o comerciário de uns anos atrás" (grifos do entrevistado abaixo).

> Vender hoje é mais difícil! Há muitas formas de comprar que você nem precisa ver o vendedor ou até mesmo sair de casa. Pode comprar pelo celular. E aí não tem comissão para o vendedor virtual. E ainda mais agora que o cliente tem a opção de comprar pela internet e vai até a loja com um boleto para buscar a mercadoria. O vendedor que atende faz as orientações e não ganha nada. É só a loja que ganha (Comerciário de loja de rua em Madureira).

Após eu ler para o GF o fragmento (acima) da entrevista realizada com um comerciário que fez uma análise sobre as transformações relacionadas ao trabalho do vendedor nos dias de hoje, o debate sobre o mercado de trabalho no comércio fechou o GF e o Sindicalista E pegou um texto que apontou as mudanças na sociedade.

> A chamada Revolução 4.0 está aí, batendo na nossa porta. Como competir com as vendas realizadas com um simples click no telefone? É o que temos hoje e nós precisamos criar alternativas para sobrevivência até porque as máquinas estão aí substituindo os trabalhadores (Sindicalista F).

Agora eu pensei no trabalho dos operadores de caixa. Outro dia eu entrei no supermercado perto da minha casa e notei um vazio no meio. Eu olhei e percebi que uma obra recente tinha retirado vários check-out (aquele espaço destinado ao posto de trabalho dos caixas) e no mesmo espaço foram colocadas oito máquinas de autosserviço. E eu fiquei parada por um bom tempo olhando os clientes que estavam fazendo compras e eles mesmos passavam as mercadorias com o código de barras e ao final passavam o cartão de débito/crédito e colocavam nas sacolas que já estavam no terminal e iam embora com as compras (Pesquisadora/Mediadora).

"E você não tinha visto isso, ainda? (Sindicalista C).

O GF fechou com uma reflexão do Sindicalista F: "(...) é uma realidade que nós precisamos discutir e o papel do sindicato e precisamos manter os pés no chão".

Outro encontro do GF:

O Sindicalista F trouxe as Cartilhas das Margaridas do SECRJ para mostrar no GF. Os temas são importantes e destacados aqui, pela própria equipe do sindicato, pelo coletivo de mulheres do SECRJ.

> Eu peguei o roteiro do GF e respondi até o item oito e anexei o material que eu pesquisei sobre cartilhas na internet. Eu penso que o material que será produzido para ser distribuído deve ser de linguagem tranquila. Tem que ser explícita e com palavras para que os trabalhadores possam entender. Não temos o objetivo de apresentar ao trabalhador que está na base? (Trabalhador D).

"A Vigilância Sanitária só se interessa quando é provocada. Ela não tem iniciativa própria" (Trabalhador D).

> É a RENAST – Rede Nacional de Atenção em Saúde do Trabalhador – que tem que funcionar. O acidente de trabalho tem que ser notificado. O médico tem que fazer isso. E quando eu sofri o acidente nada foi feito. E eu não sabia e não tinha a informação, mas já trabalhava há muitos anos (Sindicalista D).

“Lembrei agora de uma empresa de outro Estado que colocava fralda nas trabalhadoras do caixa para que elas não fossem ao banheiro. E eu não imaginava isso quando eu frequentava o supermercado como cliente. Só tive conhecimento através de processos” (Trabalhador D).

> A Sindicalista C volta-se para o Trabalhador D e fala: e o lanchinho? Fala do lanchinho. A gente acaba achando muito legal o lanche ir até o caixa para nós comermos. E ainda pensamos que a empresa está sendo muito legal em levar a bandeja. Não percebemos que é para que o trabalho não seja interrompido. E não nos damos conta que precisamos parar e lanchar (Sindicalista C).

> A Saúde do Trabalhador é um gancho pra tudo! Não é só salário! O trabalhador precisa ser reconhecido. Falta saúde, falta dignidade para tudo. Quando o empresário nos rouba a saúde, nos rouba a nossa dignidade. E aí começamos a ter um monte de doenças, não só as doenças da alma, mas cistite, lesão por esforço repetitivo (LER-DORT), problemas circulatórios por ficarmos por muitas horas sentados no caixa com os pés sem apoio, eles ficam dependurados. Vejo colegas usando as meias nas pernas. E onde está a ergonomia? (Sindicalista D).

> Segundo Francisco Lopes da Silva, os processos pedagógicos são intencionais. Então, nós precisamos explicar o que é a cistite e dizer ao trabalhador que não é algo natural. O objetivo é pegar a vivência do trabalhador e transformar em conhecimento e devolver ao trabalhador (Sindicalista D).

“O empresário entra com o capital e eu entro com a minha vida e com a minha saúde. Eu vendo a minha mão de obra. Eu vivo do meu trabalho” (Sindicalista D).

Eu penso que o grande desafio é provocar um movimento por dentro primeiro. O SECRJ conhece o trabalho do GF que estamos realizando? Como podemos contagiar os trabalhadores? Qual o papel do dirigente sindical nesse processo? Qual o papel da academia? Qual o papel do FIS? Lembro-me que a demanda do SECRJ por um estudo foi trazida por um dirigente sindical. E o que nós vamos fazer após o término do nosso trabalho aqui no GF? (Pesquisadora/Mediadora realizou uma reflexão de forma dialogada com os presentes com a intenção de preparar a temática para o próximo GF).

Outro encontro do GF:

Bom dia grupo! E aí? Como estamos trabalhando os temas que vocês têm destacado ao longo dos nossos encontros aqui no SECRJ? Os componentes se olham

e o debate inicia com as explanações dos participantes que se seguem abaixo:

> Eu penso que precisamos pegar a história e publicar. O trabalho também traz saúde, reconhecimento para o trabalhador. E o caminho é transformar tudo isso aqui em luta. E não lutamos sozinhos. Precisamos lutar junto com outros movimentos sociais. E quando pensamos por exemplo no movimento das mulheres, nós precisamos pensar que são mulheres trabalhadoras do comércio (Sindicalista A).

> Eu gostaria que acrescentasse sobre os EPI (Equipamentos de Proteção Individual). Se eles têm EPI. Pode colocar na entrevista a pergunta se a empresa fornece os EPI e se eles usam. Se o trabalhador tem treinamento. Até porque o EPI tem que ser individual e nós sabemos que muitas vezes há cinco trabalhadores ali no setor e um EPI, como por exemplo no caso da fatiadora de frios e que não tem o EPI e muitas vezes eu corto bacalhau e não estou com a luva de aço (Sindicalista B).

> E eu já me machuquei cortando peças de queijo, presunto e até cortando bacalhau. Eu tenho túnel do carpo e já operei. Eu não tinha o problema de saúde antes de trabalhar no supermercado e não consegui provar a relação com o trabalho na época (Sindicalista B).

A riqueza de detalhes que a Sindicalista B trouxe quando ela mesma verbalizou, durante o GF, que o problema de saúde que determinou a necessidade da realização da cirurgia do túnel do carpo e a relação que ela fez do adoecimento relacionado com o trabalho dela enquanto comerciária que exerce a função de fatiadora de frios em um supermercado, fazendo movimentos repetitivos fez com que ela pensasse de forma comparativa com a função de costureira que ela exerceu em outro momento da vida. Ela mesma fez no GF o nexo do adoecimento por Lesão por Esforço Repetitivo/Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho - LER/DORT - e concluiu informando que o médico já disse que ela tem que fazer outra cirurgia na mesma mão.

> Se pode colocar na entrevista alguma pergunta relacionada aos problemas de saúde que esteja relacionado ao trabalho, segundo a avaliação do entrevistado. Eu atendi uma moça que tinha pânico quando olhava para o gerente da loja dela e ela fez uma alergia relacionada ao trabalho (Trabalhadora A)

O roteiro da entrevista foi modificado e de acordo com as questões discutidas no GF, os temas direcionados ao cotidiano do trabalho no comércio desmembrou-se em várias perguntas, como as que seguem no texto e nas falas dos

participantes do GF. Abaixo a Sindicalista C relata que precisou ficar afastada do trabalho devido a uma urticária que não passava. Ela disse que fez uso por um longo período de remédios e que quando retornava para a loja e via o gerente, a urticária voltava.

> Quando a loja começou nós vendíamos produtos e não serviços e aí eu desenvolvi uma urticária crônica e só melhorava quando eu estava fora da loja. Eu tive um afastamento do local de trabalho e melhorei. Aí eu fui atendida por um clínico geral que fez muitas perguntas e me afastou do trabalho". (Sindicalista C)

"Eu posso pegar a entrevista e aplicar na loja ode eu trabalho? Aí eu uso uma folha para registrar tudo lá na loja" (Sindicalista B).

Sim, você pode. O material que vai ficar é do SECRJ e vocês podem utilizar como desejarem (Mediadora/Pesquisadora).

Outro encontro do GF:

Os participantes do GF chegaram e a discussão começou sem a interferência da Pesquisadora/Mediadora. Eu percebi que os trabalhadores comerciários e os trabalhadores do SECRJ estavam precisando falar sobre o conteúdo da cartilha e eu deixei o GF seguir. Tudo sendo gravado e anotado por mim, sem intervenção/mediação.

Então podemos dizer aqui que o GF quer uma cartilha ou outro material para a divulgação nas bases, certo? (Pesquisadora/Mediadora).

A gente quer captar as percepções dos trabalhadores comerciários sobre o fazer profissional deles e a relação do trabalho com a saúde? É isso? (Pesquisadora/Mediadora).

"Exatamente. A nossa cartilha precisa abordar o tema do assédio moral de forma clara para o trabalhador comerciário entender como acontece o assédio, pois muitas vezes ele não sabe identificar a situação. Ele fica com medo" (Sindicalista D).

"O conceito de Saúde do Trabalhador tem que estar na cartilha e deve ter destaque. Nós temos que pegar as falas dos trabalhadores comerciários e utilizarmos a linguagem do trabalhador do piso de loja" (Sindicalista D).

> Outro conceito que tem que estar na cartilha é o conceito de vigilância em saúde do trabalhador. Eu trabalho desde os dezesseis anos e eu nunca tinha escutado falar. Só fui conhecer no FIS, em 2015/2016, quando eu estava de férias e recebi um convite que

> divulgava o Fórum. Eu lembro da época da primeira campanha salarial que eu participei. Os trabalhadores apertaram a minha mão e agradeceram quando eu falei o quão era importante o trabalho do comerciário (Sindicalista D).
>
> Eu quero sentir orgulho do trabalho que eu realizo. E não quero que a loja em que eu trabalho seja fechada. Eu só não quero me sentir explorado e diminuído. Eu não quero sofrer assédio no local de trabalho por estar de uniforme. Uma vez uma cliente fez uma grosseria com uma colega de trabalho e eu fui conversar com a cliente (Sindicalista D).

Ok. Eu estou fazendo as modificações que o GF está sugerindo e repasso por e-mail para que vocês avaliem durante a semana e a gente valida, ou seja, organiza todas as perguntas com as modificações do GF (Fala da Pesquisadora/Mediadora).

6.2 ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES COMERCIÁRIOS

Realizou-se cinquenta entrevistas com trabalhadores comerciários sindicalizados ou não. Os locais nos quais as entrevistas foram realizadas: sede do SECRJ, a Fazenda de Paty do Alferes, os locais de trabalho, o NAS de Madureira (Núcleo de Assistência Sindical) e o restaurante que atende aos comerciários que trabalham em shopping e têm desconto quando apresentam a carteira de associado do SECRJ.

O sigilo foi garantido em todas as entrevistas. Somente a pesquisadora foi a responsável pela condução das mesmas, assim como a gravação e a transcrição dos conteúdos foram autorizados por todos os participantes do presente estudo.

Durante as entrevistas pôde-se alcançar uma troca imensurável e de tanta importância que em muitos momentos, ao término, eu perguntava como tinha sido a experiência e não foram poucos os registros em que “uma emoção tomava conta de todo ambiente”. A troca de energia entre “o pesquisador e o pesquisado” foi gratificante e as entrevistas se fechavam com um aperto de mão, um abraço forte e sempre com sorrisos, mesmo quando a emoção vinha sob a forma de choro, pois quando os trabalhadores e as trabalhadoras falaram sobre o trabalho e eu enquanto pesquisadora estava totalmente atenta a ouvir com atenção, registrar as emoções ou outras observações em que todo foco permanecia direcionado à atmosfera do local onde a entrevista acontecia.

Em Marx (1859) o conceito de trabalho vivo é definido como atividade útil

para a apropriação das matérias naturais, ou seja, quando os comerciários falam eles elaboram questões sobre o cotidiano do trabalho deles com elementos que somente quem vivencia o trabalho é capaz de fornecer.

Após a realização de todas as entrevistas individuais, as informações foram agrupadas por tema/assunto, ou pergunta realizada. E foi confeccionada uma planilha em excel e as quarenta perguntas semiestruturadas foram cuidadosamente identificadas, individualmente e com o critério metodológico já informado no capítulo três do texto.

Durante o período em que a pesquisadora iniciou a busca por entrevistados, a parte mais difícil foi a de realizar a escolha dos comerciários/comerciárias, ou seja, qual seria o público-alvo de trabalhadores/trabalhadoras do comércio que seria entrevistado. E o grupo focal foi desenhando ao longo dos encontros muitos problemas que ocorrem com as trabalhadoras dos mercados, supermercados e hipermercados, principalmente àquelas que exercem a função de caixa. Outro segmento de trabalhadores/trabalhadoras comerciários que também foi sinalizado pelo GF foi o dos vendedores do comércio varejista que trabalham em lojas de rua e em shoppings.

Somente a título de esclarecimento, faz-se importante diferenciar os estabelecimentos e não confundir mercado, supermercado e hipermercado e utilizá-los como se fossem sinônimos, pois não o são. O mercado é um estabelecimento de pequeno porte, com até cinco funcionários e que possui pouca variedade de produtos, e geralmente pertence a um único proprietário. O supermercado é um estabelecimento que vende uma grande variedade de marcas e possui padaria, hortifrúti, dente outros. E há um número grande de funcionários e os preços, geralmente são menores dos preços praticados nos mercados de bairro porque os mercados pertencem a uma rede de lojas e por isso têm melhor condição de preço para ofertar aos consumidores. E possui um estacionamento próprio. O hipermercado possui uma infraestrutura mais complexa e com várias filiais de lojas onde são ofertados além de produtos alimentícios, produtos eletrônicos, roupas, calçados e até casas e automóveis.

Após a explicação anterior, o texto trata a amostra empírica sob a forma de gráficos e tabelas com a intenção de traduzir os destaques encontrados durante a elaboração da pesquisa.

Assim, a primeira estratégia foi a de entrevistar aqueles que estivessem

trabalhando no comércio por pelo menos um ano, pois o trabalho no comércio é muito diversificado e requer algum tempo de experiência, segundo o GF apontou, para que o trabalhador possa fornecer as informações sobre o dia-a-dia no comércio. O GF propôs que a busca ativa poderia começar no SECRJ, através dos atendimentos pelo setor jurídico ou por indicação de algum dirigente, ou até mesmo através da informação a partir dos profissionais que realizam atendimento aos associados no sindicato e nos NAS.

Faz-se necessário considerar que a amostra apresentada é limitada às informações fornecidas durante as entrevistas, embora o universo dos trabalhadores comerciários seja extremamente diversificado, tanto que se encontram vinculados ao SECRJ em vinte e sete segmentos da categoria comerciários. E para maiores informações colocamos em anexo, a parte da CNAE que faz referência ao setor comerciário.

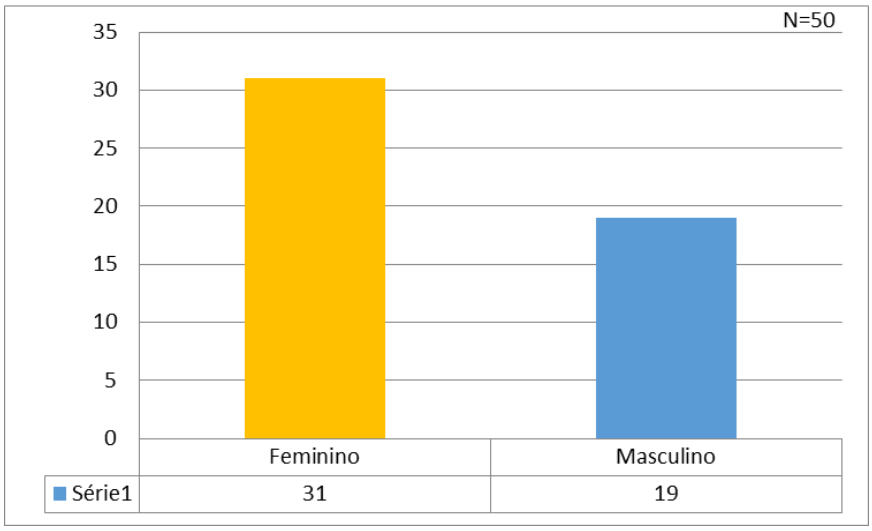
6.3 DISCUSSÃO A PARTIR DAS INFORMAÇÕES ENCONTRADAS NAS ANÁLISES DAS CINQUENTA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Optou-se por não incluir a planilha de excel, em anexo, mesmo sem a identificação nominal dos entrevistados para não haver possibilidade alguma de identificação dos trabalhadores que foram entrevistados.

Após a confecção da planilha das cinquenta entrevistas foram realizados gráficos e tabelas para sistematizar as informações e dar visibilidade aos resultados encontrados no campo empírico.

Assim, abaixo alguns gráficos foram cuidadosamente separados e analisados seguindo os critérios metodológicos acima, considerando “a fala” dos trabalhadores entrevistados e outros foram colocados em anexo para facilitar a leitura.

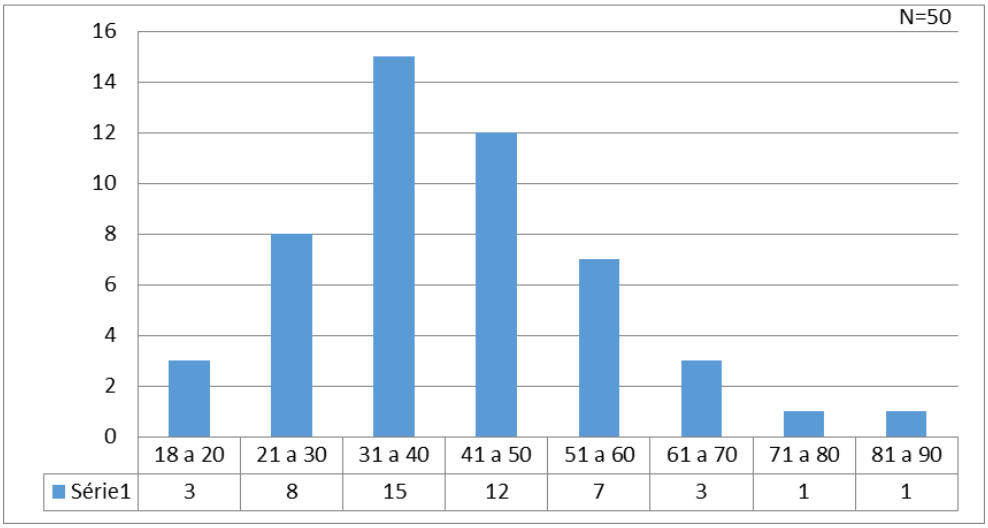
Gráfico 9 - Participantes da pesquisa por sexo



Fonte: A autora, 2019.

Quanto ao sexo dos entrevistados/entrevistadas observa-se uma predominância do sexo feminino na amostra tratada no texto. As mulheres estão em maior número (31) do que os homens (19), embora a amostra tenha sido aleatória.

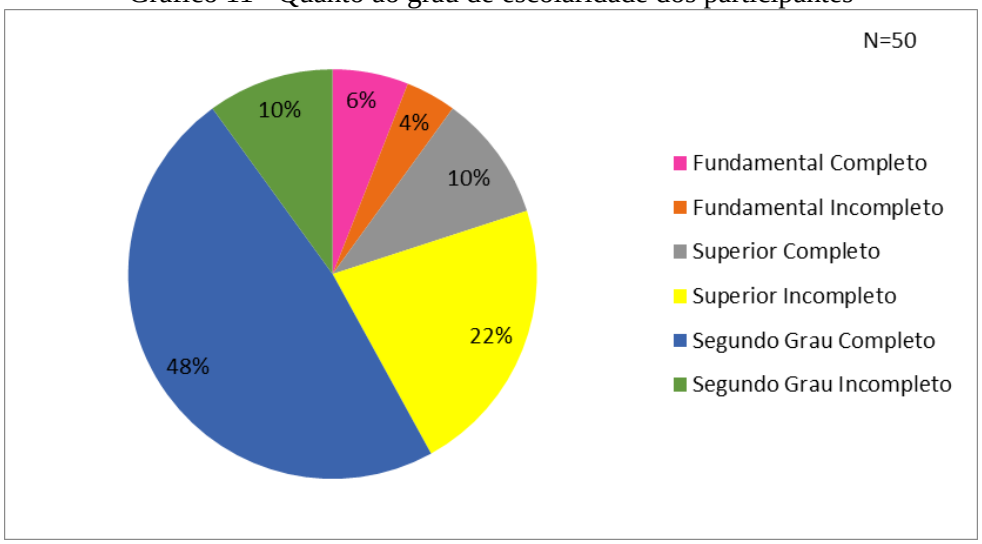
Gráfico 10 - Participantes da pesquisa por faixa etária



Fonte: A autora, 2019.

Quanto à faixa etária, a maioria se encontra entre 31 e 50 anos, totalizando 27 trabalhadores/trabalhadoras. E a segunda maior concentração está na faixa etária entre 21 e 30 anos, com 8 trabalhadores/trabalhadoras, seguida da faixa etária dos 51 aos 60 anos, com 7 comerciários/comerciárias.

Gráfico 11 - Quanto ao grau de escolaridade dos participantes



Fonte: A autora, 2019.

Sobre a escolaridade é preciso destacar, no gráfico 11, que a maioria possui o segundo grau completo (correspondente ao ensino médio), o que condiz percentualmente com um total de 48% da amostra, seguindo de 22% dos comerciários que iniciaram algum curso superior, mas não concluíram.

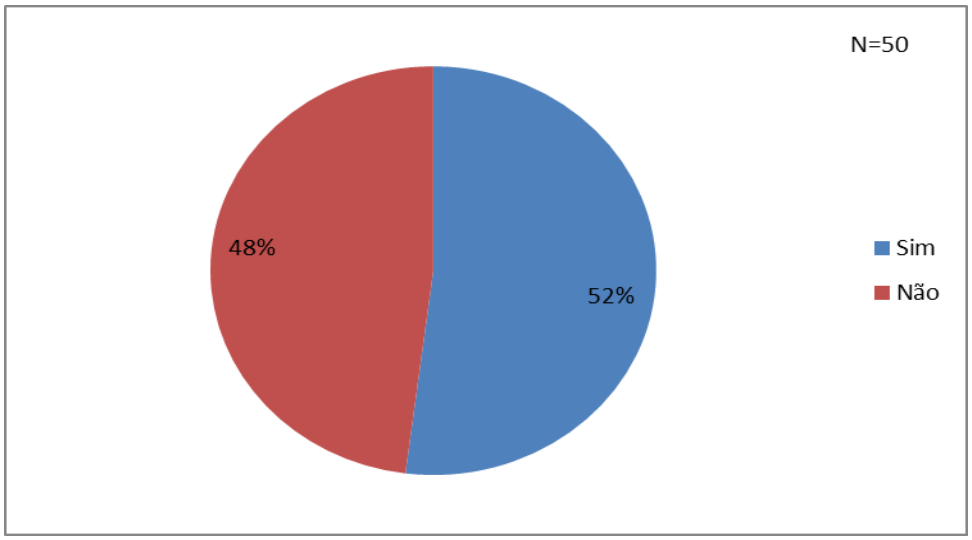
Tabela 1 - Vínculo atual do entrevistado/entrevistada

ASG	1
Assistente de Loja/Segurança	1
Balconista/Mercado	1
Caixa	3
Caixa de loja	1
Caixa de mercado	5
Caixa de Supermercado	2
Chefe de Equipe de Manutenção/Shopping	1
Copeira	1
Cota do PCD em Loja de Departamentos	1
Encarregado do setor de salgados	1
Cota do PCD - Caixa de Supermercado	1
Fatiadora de frios	1
Fiscal de Caixa/Mercado	1
FSECRJ	1
Gerente	1
Secretária de Loja de Departamentos Aposentada	1
Subgerente	1
Vendedor	22
Vendedor (aposentada)	1
Vendedor (aposentado por invalidez)	1
Vendedor na CTPS e Gerente na prática (aposentada)	1
Total	**50**

Fonte: A autora, 2019.

Na tabela 1, pode-se aferir que a metade da amostra é composta de vendedores e/ou vendedoras, totalizando 25 trabalhadores/trabalhadoras.

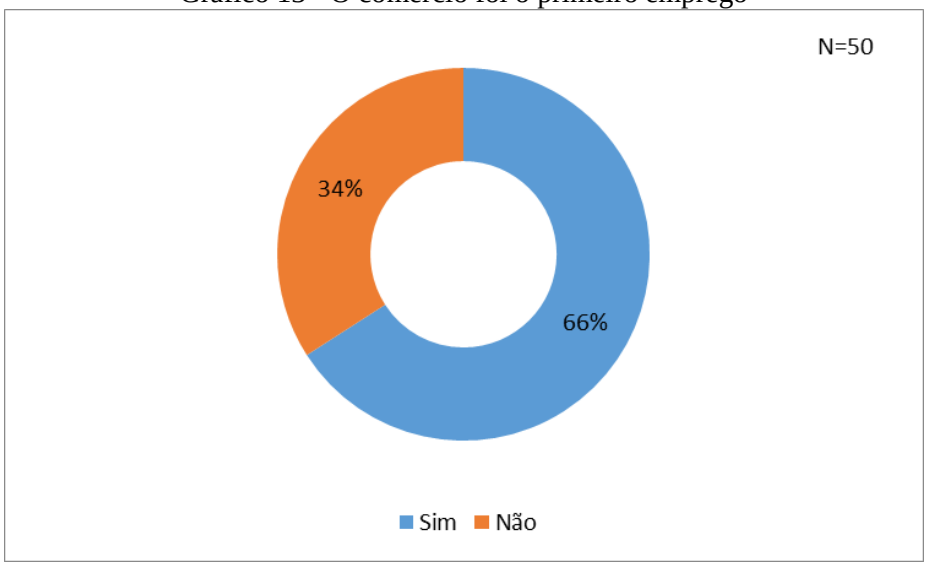
Gráfico 12- Só trabalhou no comércio



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 12 assinala que a maioria dos entrevistados só trabalhou no comércio totalizando um percentual da amostra de 52% que trabalha ou trabalhou somente no comércio.

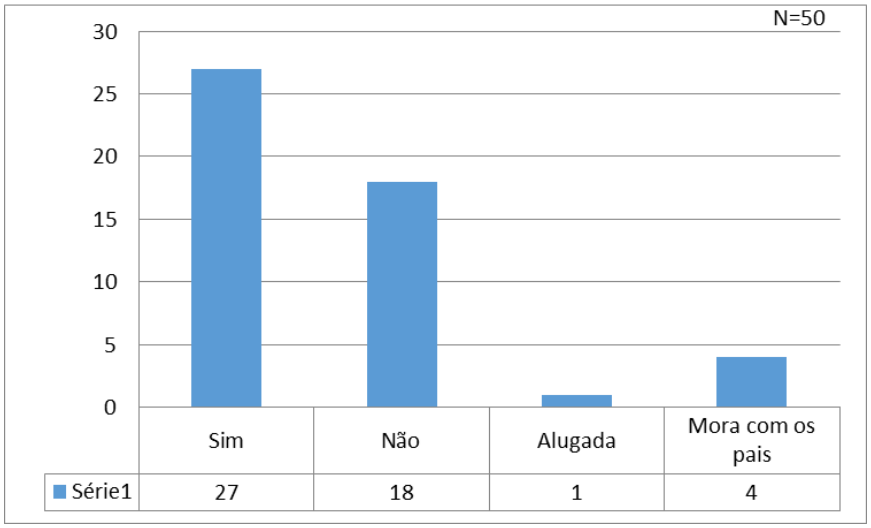
Gráfico 13 - O comércio foi o primeiro emprego



Fonte: A autora, 2019.

No gráfico 13 há uma indicação de que mais de 60% dos entrevistados/entrevistadas tiveram o comércio como o primeiro emprego.

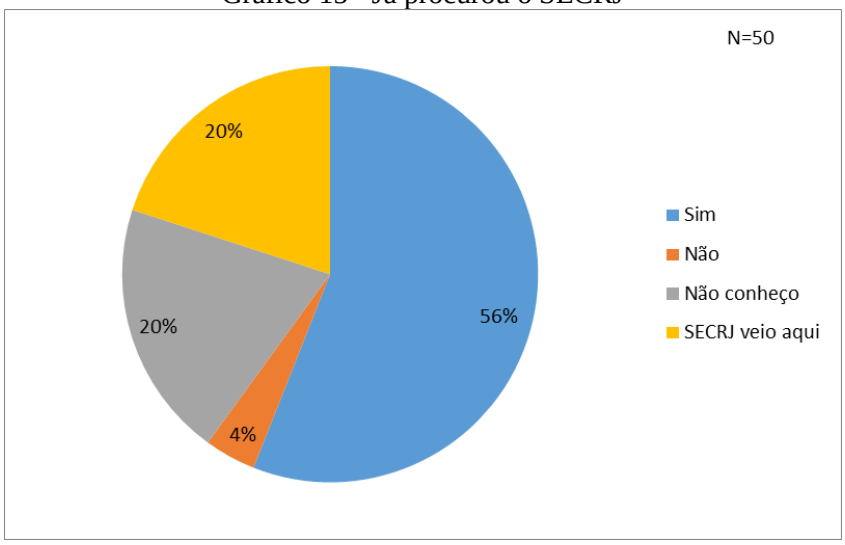
Gráfico 14 - Se o entrevistado/entrevistada possui casa própria



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 14 informa que mais de 50% da amostra relatou possuir casa própria.

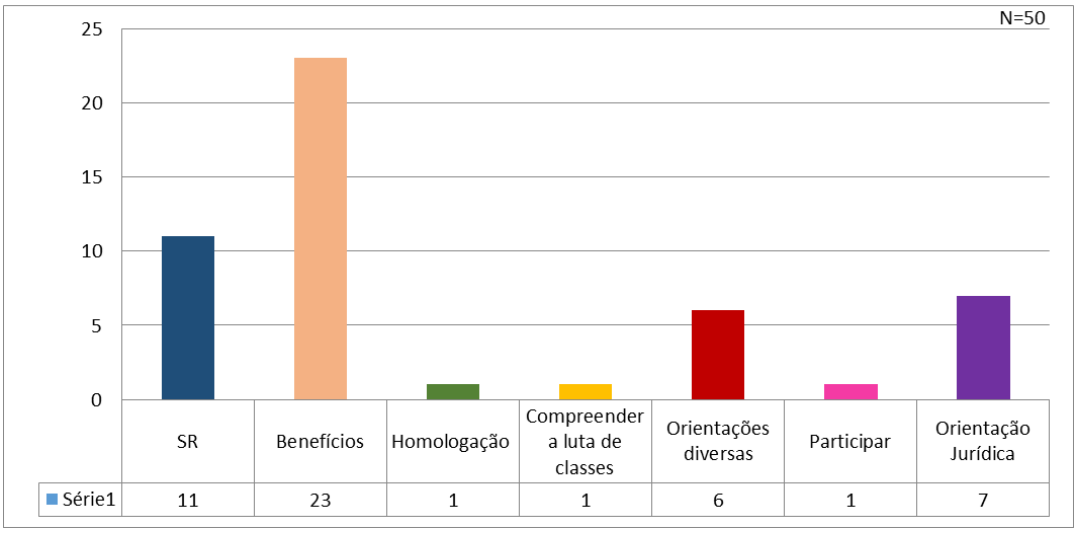
Gráfico 15 - Já procurou o SECRJ



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 15 demonstra que um percentual de 56% já teve contato com o SECRJ antes da entrevista, porém, cabe destacar que 24% não conhece o sindicato e encontra-se trabalhando em comércios menores, como por exemplo: os mercadinhos de bairro e lojas pequenas.

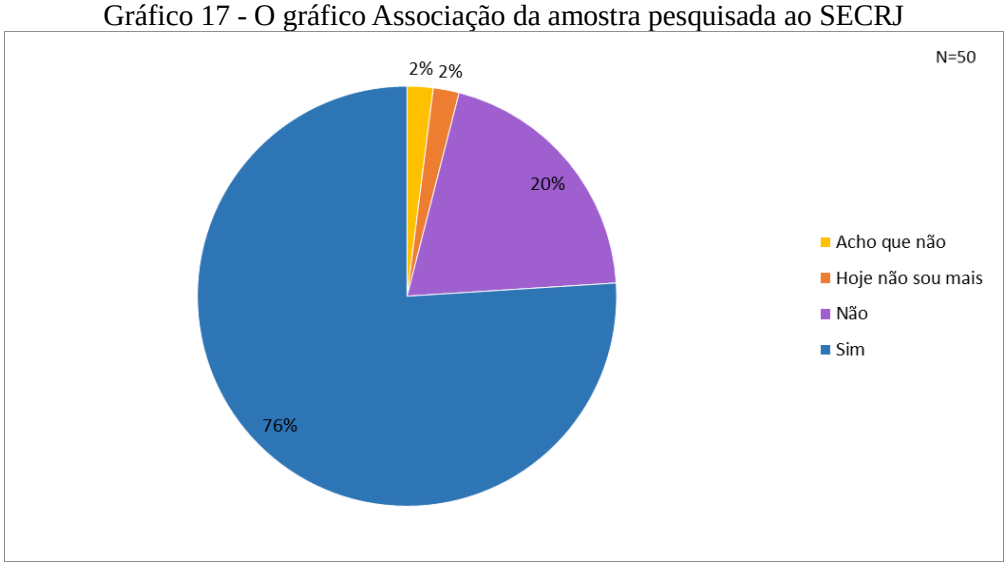
Gráfico 16 - Qual o motivo



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 16 admite que os benefícios ofertados pelo SECRJ são atrativos importantes para a associação uma vez que quase a metade da amostra relatou que procurou o sindicato por interesse em benefícios: acesso aos descontos em universidades, ao lazer, através da Fazenda de Paty do Alferes, atendimento médico e psicológico, dentre outros. Foram 23 entrevistados/entrevistados que sinalizaram que o sindicato é importante porque "oferece várias coisas". (Destaque de uma parte da entrevista que apareceu em muitas falas). Em segundo lugar, com 7 entrevistados/entrevistadas o interesse voltou-se a partir da necessidade de orientação jurídica.

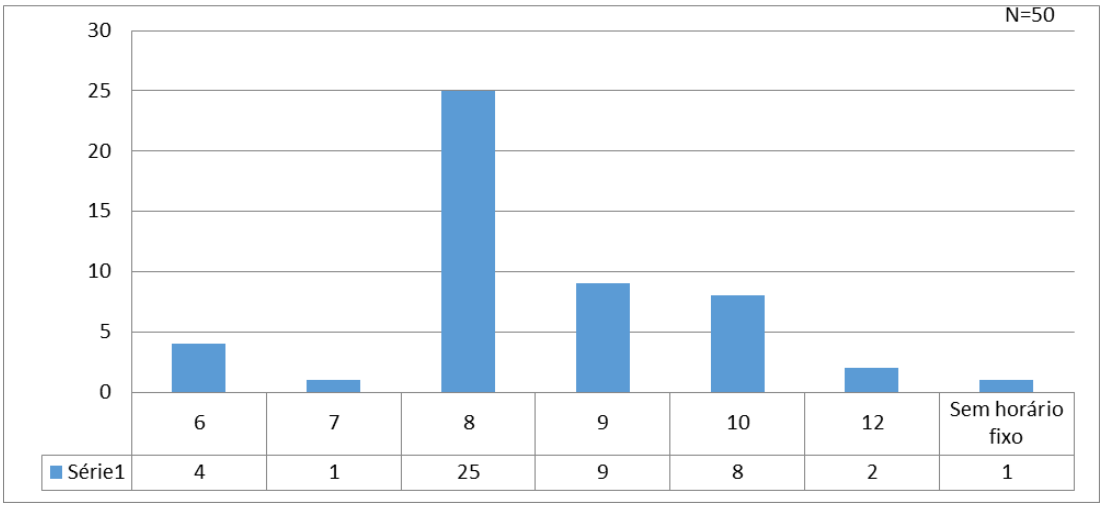
Gráfico 17 - O gráfico Associação da amostra pesquisada ao SECRJ



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 17 confirma que na amostra tratada a grande maioria é associada, com 76% dos entrevistados/entrevistadas. O que não deve ser considerado um percentual de destaque, uma vez que a pesquisa foi demandada e realizada no SECRJ, ou em locais vinculados ao SECRJ, como os NAS, os restaurantes em shopping que são subsidiados pelo sindicado e na Fazenda de Paty do Alferes, um local voltado ao lazer dos associados.

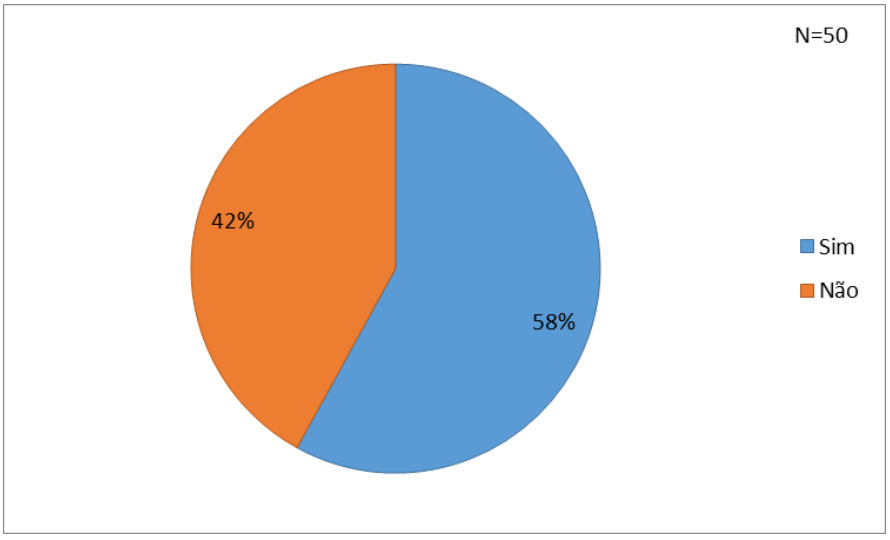
Gráfico 18 - Horas trabalhadas por dia



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 18 identifica que a metade dos entrevistados/entrevistadas trabalha 8 horas por dia.

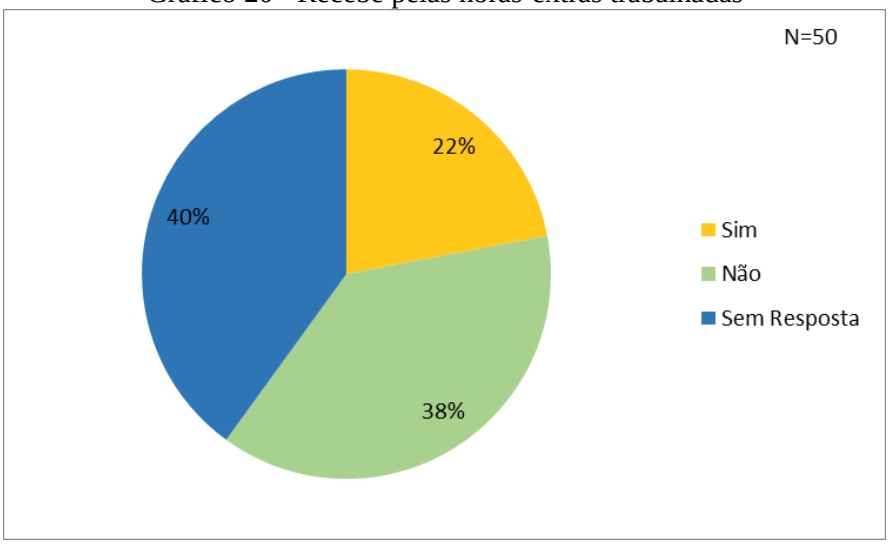
Gráfico 19 - Se as comerciárias e os comerciários entrevistados fazem hora-extra



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 19 informa que 58% dos entrevistados/entrevistadas faz hora-extra.

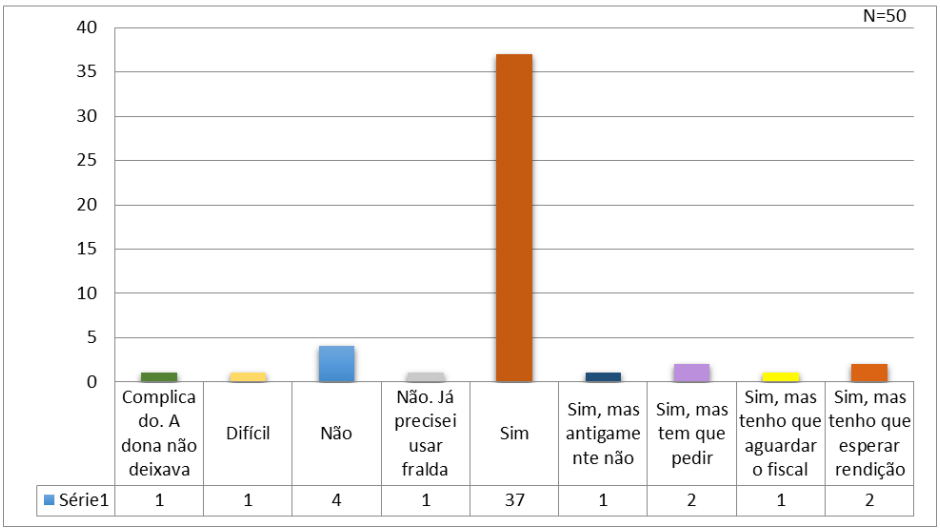
Gráfico 20 - Recebe pelas horas-extras trabalhadas



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 20 informa que somente 22% dos entrevistados/entrevistadas relataram receber pelas horas-extras.

Gráfico 21 - Pode ir ao banheiro quando precisa

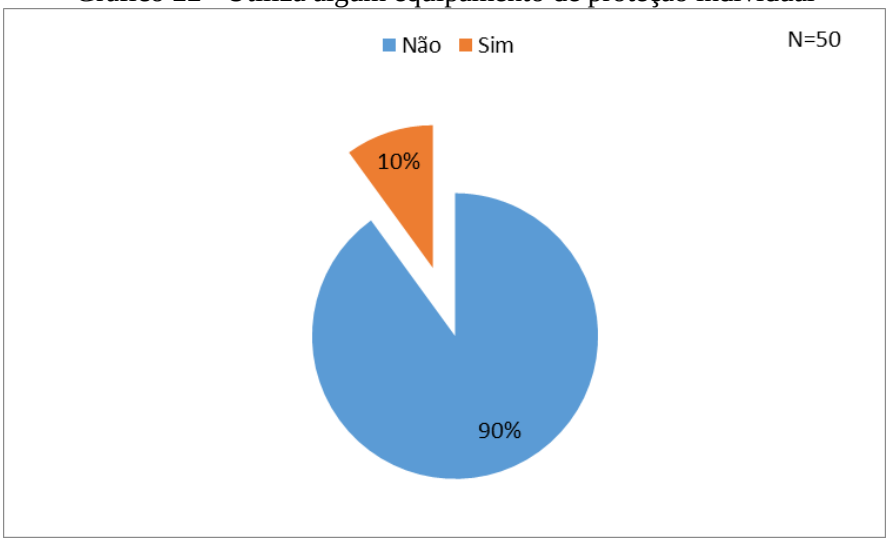


Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 21 foi confeccionado a partir de uma pergunta na entrevista que foi proposta pelo GF que versa sobre a impossibilidade de as trabalhadoras que exercem a função de caixa de terem direito de ir ao banheiro subordinado a substituição por outra trabalhadora no caixa. E na amostra que foi entrevistada teve um total de 37 que responderam que podem ir ao banheiro quando precisam, porém, após a resposta "Sim", várias trabalhadoras que exercem a função de caixa disseram que dependem da rendição, ou seja, não podem ir imediatamente quando desejam ir e há a subordinação do fiscal de caixa que determina quando elas podem ir ao banheiro. No caso de uma trabalhadora de um supermercado que tem várias lojas

pelo Rio de Janeiro e possui um grande movimento de clientes, a mesma informou que são 18 caixas trabalhando e tem somente uma para render. E quando ela fica cansada de esperar e vai assim mesmo, porque ela acha que é um absurdo ter que esperar tanto tempo para sair do caixa e ainda ter que pedir ao fiscal. (observação refere-se a entrevista da Trabalhadora 50). Ela trabalha há quase uma década no mesmo local que é um supermercado que possui filiais em praticamente todos os bairros do município do Rio de Janeiro. A trabalhadora em tela informou já ter recebido advertência por ter saído do caixa sem a substituição por outra trabalhadora.

Gráfico 22 - Utiliza algum equipamento de proteção individual



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 22 se refere ao uso do Equipamento de Proteção Individual pelos trabalhadores. E em mais de 90% do grupo de entrevistados da amostra disse que não usa porque não tem necessidade. É necessário informar que a maioria da amostra foi de vendedores/vendedoras de lojas de shopping, de lojas de rua, dentre outras funções no comércio, o que condiz com a resposta, pois para vender não é preciso um equipamento de proteção individual, a não ser em casos específicos como o caso dos comerciários que trabalham com o corte de alimentos como por exemplo: o açougueiro e o fatiador de frios; ou àqueles que trabalham entrando em câmaras frias, expostos a baixíssimas temperaturas e que necessitam de EPI.

Tabela 2 - Gostaria de trabalhar em outro local diferente do comércio

Lógico/Não seria no comércio	1
Não	24
Não sei	1
Restaurante	1
Restaurante e fazer sushi	1
Sim	8
Sim. De 2 a 6	1
Sim. Escola	1
Sim. Escritório	1
Sim. Fazer ENEM. Biologia	1
Sim. Perto de casa. Aqui não tenho chance de crescer	1
Sim. Quando me formar	1
Sim/Cabeleireira/Estética	1
Sim/Com bichos	1
Sim/Mecânico Industrial	1
Sim/Morista de ônibus	1
Sim/Portaria de prédio	1
Sim/Professor(a)	2
Talvez de babá	1
Total	**50**

Fonte: A autora, 2019.

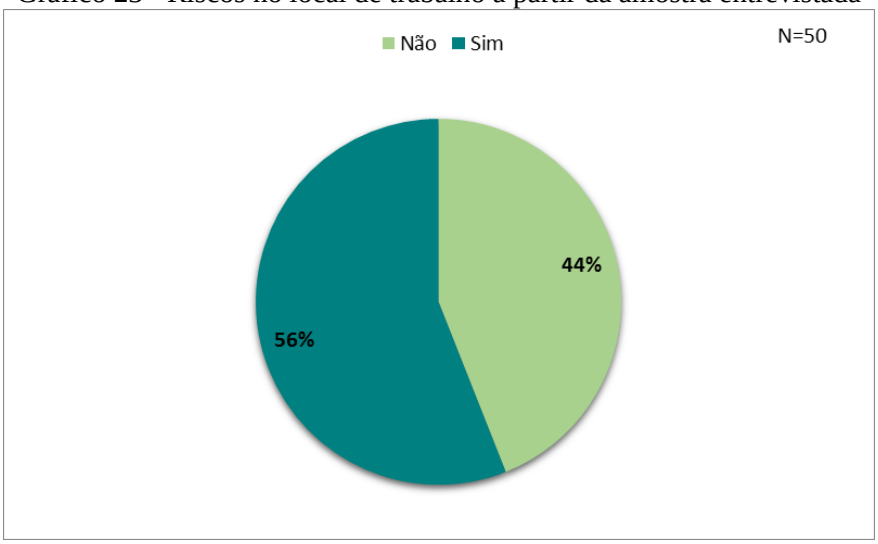
A tabela 2 faz um destaque dos entrevistados que desejam trabalhar em outro local e há 25 trabalhadores que desejam trabalhar fora do comércio.

Tabela 3 - Se gostaria de trabalhar em outro local no comércio, qual o local

Sem Resposta	28
Academia de Luta	1
Ainda não sei...	1
Artesanatos	1
Casa de Câmbio	1
Com os PCD	1
Em outro supermercado porque tem mais direitos	1
ENEM História	1
Gastronomia	1
Logistica	1
Loja de Antiguidades	1
Na mesma loja. Só que sair do local onde estou	1
No meu comércio	1
Onde tem público, gosto de pessoas	1
Recepção	1
Sem trabalhar sábado e domingo	1
Sim	1
Sim na administração	1
Sindicato	1
Um lugar normal. De segunda a sexta	1
Vendedora	1
Vendedora em loja	2
Total	**50**

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 23 - Riscos no local de trabalho a partir da amostra entrevistada



Fonte: A autora, 2019.

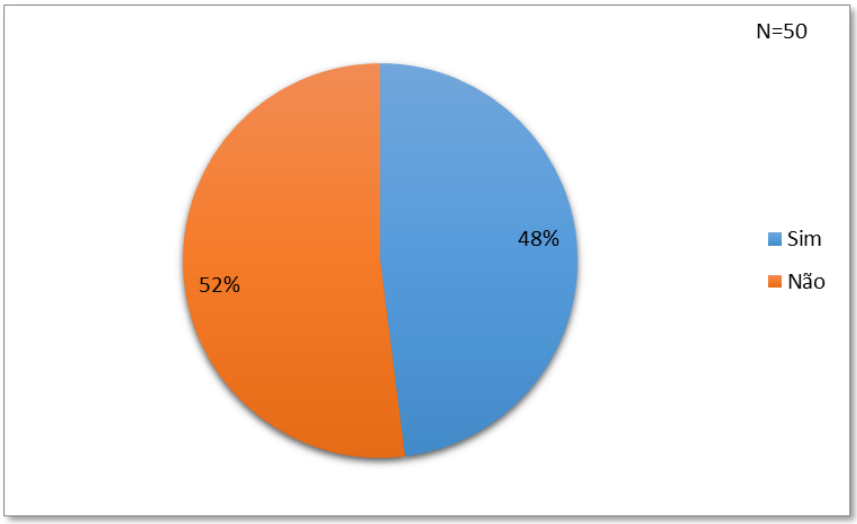
O gráfico 23 e a tabela 4 apontam que os trabalhadores comerciários entrevistados informam que há vários tipos de risco proporcionados pelo ambiente, processos e organização do trabalho.

Tabela 4 - Quais os riscos

Ansiedade devido às metas. O gerente geral diz que vem de cima	1
Bactéria do dinheiro	1
Bactéria no lixo	1
Calor/Mau cheiro/Exaustão do ar do Shopping inadequada	1
Calor/Queimadura	1
Coluna/Visão (queima a luz do monitor e não trocam) e muito mais	1
Cortes/Amputação	1
Estresse/Muita cobrança	1
LER/DORT	1
Lesão de membros superiores	1
Muitos: coluna lombar/lesão no ombro porque não tem esteira	1
Muitos: coluna/ carregar muito peso (mas tudo foi falado na contratação)	1
Muitos: queda/estresse/Infecção Urinária (a loja não dá água)/poeira/calor loja sem ar	1
Pode pegar fogo. Bombeiro já foi lá	1
Pressão para vender gera muito estresse/ansiedade/dor no peito começar o mês zerado	1
Pressão pra vender	2
Queda	3
Queda/Calor/Assalto	1
Queimaduras/Calor/Chapa	1
Radiação (xerox)	1
Ritmo estressante. Fazer tudo ao mesmo tempo. Registrar, conferir, dar troco, colocar na sacola	1
Ritmo muito corrido/Muita carga horária	1
Roubo/Furto/Violência/Carrega muito peso	1
Sem Resposta	21
Varizes nas pernas/Hérnia umbilical por pegar peso	1
Violência/Assalto	1
Violência/Estresse por meta	1
Total	**50**

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 24 - Você tem meta para bater



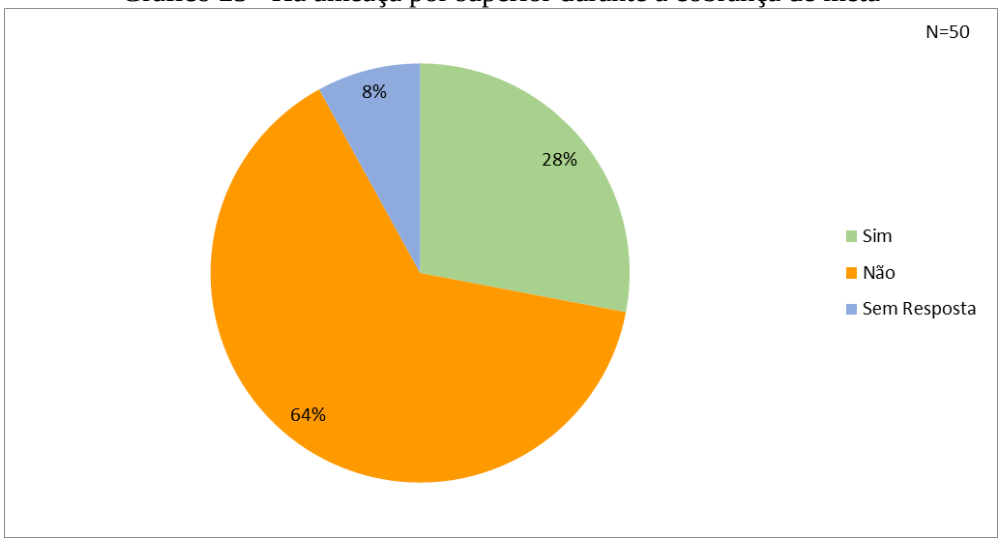
Fonte: A autora, 2019.

Tabela 5 - Ameaça por superior na cobrança de meta

Diretor	1
Não	19
Não aqui, mas já sofri pressão em outros locais	1
Não é ameaça por meta	1
Não é ameaça, mas o ritmo	1
Não é ameaça, o supervisor passa a meta	1
Não por meta	2
Não sinto. É normal	1
Não. Há reunião onde a meta é passada e dividida	2
No caixa não tem, mas o tratamento dos fiscais de caixa é complicado	1
No momento não	3
Prefiro não responder	1
Sempre	2
Sim	7
Sim, mas não pela meta e sim porque o gerente desconfia de tudo	1
Sim. A gerente é o capitão do mato	1
Sim. se não bater vou ter que desligar você	1
Sim. Somos obrigados a fazer venda casada. Seguros diversos	1
Sem Resposta	3
Total	**50**

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 25 - Há ameaça por superior durante a cobrança de meta



Fonte: A autora, 2019.

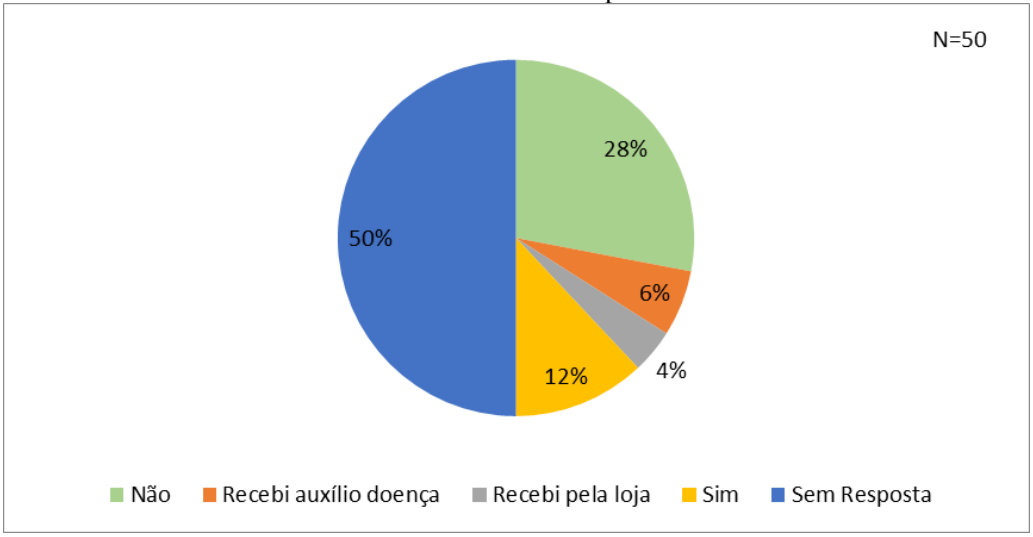
O gráfico 25 deve ser analisado junto com a tabela 5, pois se o gráfico for avaliado sozinho há a informação de que não ocorre ameaça de superior hierárquico na cobrança de metas no local de trabalho, pois há 64% que relata não sofrer ameaça. No entanto, quando a sequência da entrevista acontece e outras perguntas direcionadas as metas são realizadas, as respostas positivas sobre a cobrança de metas surgem de forma qualitativa de acordo com a tabela relacionada n° 5.

Tabela 6 - Você ficou afastado do trabalho

A colega ficou	1
Mandaram embora	1
Não	27
Não. Só no informal	1
Sim	13
Sim, deram férias	1
Sim, levei pontos	1
Sim, por 8 dias devido a queda. Acidente de trajeto. Eu estava de uniforme	1
Sim. Fiz cirurgia no útero	1
Sim. Tirei férias em comum acordo	1
Sem Resposta	2
Total	**50**

Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 26 - Recebeu benefício pelo afastamento



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 26 se refere a pergunta da entrevista sobre o recebimento de benefício relacionado ao ADRT (Agravo/Doença Relacionado ao Trabalho) que concedido pelo INSS. Apenas para explicar a legenda, o SR quer dizer (sem resposta, ou seja, não teve ADRT) assim, pode-se afirmar em 71% da amostra teve ADRT e somente 19% dos trabalhadores/trabalhadoras comerciários receberam o benefício auxílio acidentário, o B-91. É uma informação que se refere somente aos trabalhadores que são segurados do INSS.

Gráfico 27 - Houve reconhecimento da relação com o trabalho pelo INSS

Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 27 refere-se ao reconhecimento do afastamento do trabalho e a mudança do código B-31 (auxílio doença comum) em B-91 (quando o afastamento tem relação com o trabalho).

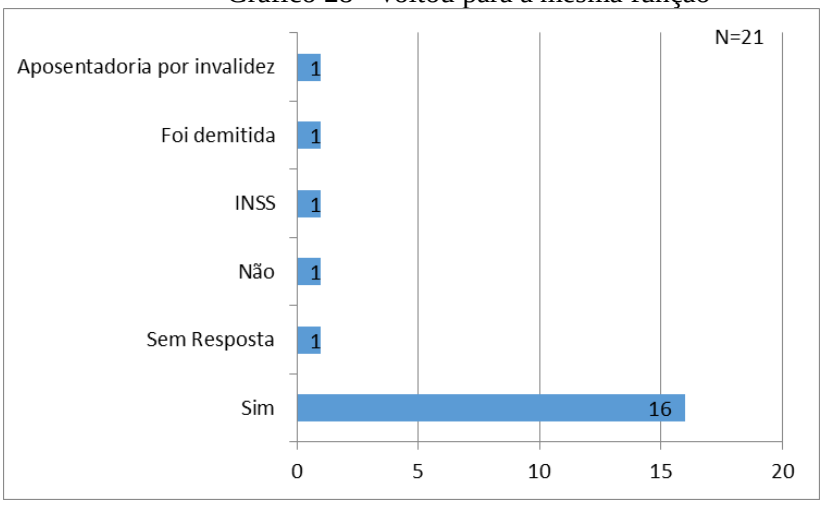
Tabela 7 - Você ficou com sequela do Acidente de Trabalho ou da Doença Relacionada com o Trabalho

Não	11
Sim	10
Total	**21**

Fonte: A autora, 2019.

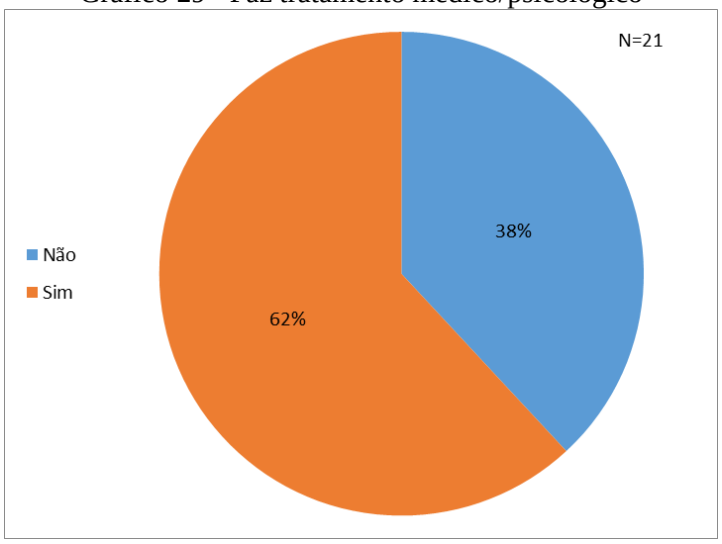
A tabela 7 informa que dos 21 trabalhadores que necessitaram de afastamento do trabalho e que nas entrevistas relataram que tiveram sequelas decorrentes dos acidentes de trabalho ou das doenças relacionadas ao trabalho, 10 disseram que tiveram sequelas, muito embora o INSS não tenha realizado o reconhecimento do acidente ou da doença com o trabalho, tal como consta no gráfico 27.

Gráfico 28 - Voltou para a mesma função



Fonte: A autora, 2019.

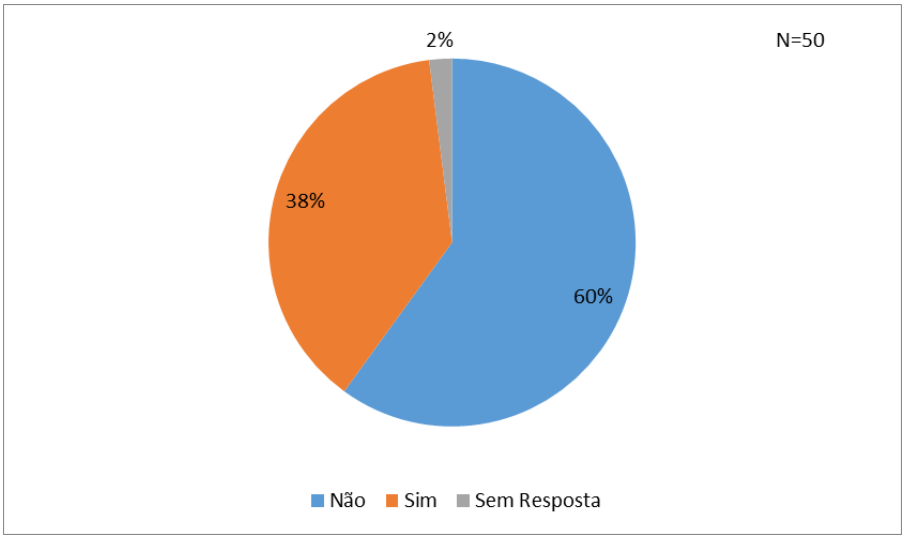
Gráfico 29 - Faz tratamento médico/psicológico



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 29 menciona que 62% dos trabalhadores comerciários que já sofreu acidente de trabalho ou que teve alguma doença relacionada ao trabalho faz tratamento médico/psicológico.

Gráfico 30 - Sobre o uso de medicação regular pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores entrevistados



Fonte: A autora, 2019.

O gráfico 31 faz referência ao total de trabalhadores entrevistados (50) que relataram fazer uso de medicação regular, e 38% informou fazer uso de vários medicamentos.

Tabela 8 - Você considera que tem problemas de saúde que podem estar relacionados ao trabalho

Não	25
Sim	19
Sem Resposta	6
Total	**50**

Fonte: A autora, 2019.

A tabela 8 se refere a pergunta da entrevista em que o trabalhador comerciário relata se considera que os problemas de saúde que possui podem ou não ter relação com o trabalho. E de um total de 50 entrevistados, 25 comerciários disseram que não relacionam os problemas de saúde com o trabalho, porém durante as entrevistas vários trabalhadores responderam que ficam estressados quando no início do mês há um desânimo por começarem "zerados" porque são comissionistas e não sabem como será o mês.

Tabela 9 - Como você se sentiu após a entrevista

Acolhido	3
Bem	29
Cansado e exausto	2
Desabafado	2
É bom falar	1
Esperança	2
Feliz	2
Muito emocionada	4
Vim porque o gerente falou	5
Total	**50**

Fonte: A autora, 2019.

A tabela 9 refere-se a última pergunta da entrevista e que tem a intenção de identificar como os trabalhadores entrevistados se sentiram após o término da entrevista. E se fossem dizer uma palavra sobre a experiência vivida naquele momento, qual seria a palavra.

7. **CONCLUSÃO**

Sabendo que ao concluir um trabalho de pesquisa de dois anos, a sensação é de incompletude, restam duas constatações. Uma é a conclusão da dissertação propriamente dita, cujo itinerário desde o início, compartilhado com os trabalhadores comerciários, ratifica a marca conceitual do campo da saúde do trabalhador (ST): não se faz saúde do trabalhador sem os trabalhadores. E, para que não dê a impressão de que se trata de um simples jargão, é preciso ressaltar que neste trabalho é deles o protagonismo da pesquisa. Coloquei-me mais como mediadora de um diálogo fértil, cabendo a eles o papel de pesquisadores. Ficou muito clara a passagem dos trabalhadores da condição de objetos pesquisados para sujeitos da pesquisa em que todos os dias o saber compartilhado era exercitado. O tema da dissertação, invocando o saber operário como piloto da condução de um novo conhecimento, ao que tudo me parece, foi alcançado. E que na realidade deve ser visto através dos olhos dos trabalhadores, os reais conhecedores do fazer laboral. Enquanto mediadora da pesquisa, a riqueza de suas observações, tanto no grupo focal quanto nas entrevistas, colocou-me num degrau acima de conhecimento sobre suas vidas, seus sofrimentos e suas esperanças, ainda que eu mesma tenha sido uma comerciária. A outra constatação é mais simples e óbvia: ainda há muito o que fazer em matéria de pesquisa da vigilância da saúde dos trabalhadores comerciários. Trata-se, portanto de uma conclusão ainda por ser continuada ... indefinidamente.

Quando o SECRJ, a partir de sua inserção no Fórum Intersindical, no Curso de Formação Intersindical e no Curso de Multiplicadores de VISAT, demandou uma pesquisa sobre a saúde dos comerciários e a eventual confecção de uma cartilha de ST para ser trabalhada com a categoria, imediatamente me entusiasmei e deixei guardado (com carinho) o meu tema de pesquisa original.

A própria demanda do SECRJ foi exaustivamente debatida, já comigo na condição de mestranda. Construção do objeto integralmente coletiva.

Ao fazer a pesquisa bibliográfica inicial constatamos que não havia trabalho similar em que o saber operário dos comerciários fosse protagonista de pesquisa acadêmica, no Brasil.

A escolha da metodologia, compreendendo a realização de grupo focal, entrevistas e confecção da cartilha, também foi fruto de trocas de saberes e camaradagem, típicas de pesquisas não muito ortodoxas no mundo acadêmico. Mais aprendizado para subir o degrau.

No grupo focal, realizado em 7 (sete) sessões, com a participação de 10 (dez) pessoas, entre dirigentes sindicais e trabalhadores, a realidade do trabalho no comércio mostrou-se de forma objetiva e crua, para não dizer cruel.

Ficou evidente que a transição do trabalho comerciário de anos atrás e o atual, em que a reestruturação produtiva, a reforma trabalhista, a competição entre os colegas comerciários na busca pelo atingimento de metas e, entre outras questões, a automação, diminuiu o grau de identificação laboral do comerciário com o comércio. A ausência quase que predominante em todos os estabelecimentos de treinamento dos trabalhadores foi enfatizada, especialmente pela busca de vagas no comércio de trabalhadores com distintas formações, inclusive de nível superior, que não conseguem inserção no mercado para suas funções originais. Do grupo focal emergiram questões que afligem a saúde e também a dignidade dos trabalhadores comerciários. A questão de gênero é uma tônica, inclusive pela grande participação da mulher no setor. Assédio moral e, mais especificamente no caso da mulher, o assédio sexual é mais comum do que podemos imaginar quando entramos numa loja, num supermercado, num shopping. Grave, ainda, é a questão das trabalhadoras quanto ao acesso a banheiros durante a jornada de trabalho. Não há autonomia, a substituição no posto de trabalho para ir ao banheiro, quando existe, é inadequada e não atende a urgência. Devido ao fato, é comum mulheres terem problemas diversos de trato urinário. Sem deixar de destacar a relação de submissão entre o superior hierárquico que faz os controles dos tempos e movimentos, pois o capital está ali, roubando a vida e a saúde de todos que não são donos dos meios de produção. Em muitos estabelecimentos é desrespeitado o intervalo para lanches, muitas vezes obrigando o comerciário a lanchar em seu posto de trabalho durante a atividade. A ocorrência de acidentes de trabalho, sem emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é extremamente comum. Lesões por Esforços Repetitivos (LER), Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT), riscos de assalto, desvios de função, falta de treinamento e adequação do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), irregularidades com o banco de horas, carregamento excessivo e inadequado de peso, foram relatos recorrentes no grupo focal. As 50 (cinquenta) entrevistas realizadas com trabalhadores em distintos segmentos do comércio, reiteraram, às vezes com depoimentos dramáticos, de viva voz, todas essas situações.

Fruto desse gerenciamento empresarial do comércio, que poderia ser

rotulado de gestão direcionada à perda da saúde, tem como resultado evidente, e cada vez mais abundante, o sofrimento psíquico do trabalhador comerciário. Muitas vezes ocasionado pelo assédio desrespeitoso de clientes, em que a gerência do estabelecimento se alinha ao assediador, ora pela expansão desmedida da exigência de metas de produtividade, ora pela incompreensão, muitas vezes perversa da chefia que em muitos casos utiliza máscaras e não se vê como trabalhadora. Não foram poucos os relatos de trabalhadores, digo "colaboradores ou associados", pois estes são os nomes dos cargos em várias identificações dos que fazem tudo acontecer e pelas mãos de homens e mulheres visivelmente explorados, as condições de vida e trabalho são metamorfoseadas. O trabalhador pode ser comparado a uma bomba relógio prestes a explodir em sofrimento psíquico cujas consequências são sempre imprevisíveis.

Certamente, dada a diversidade do setor comerciário, cuja variação de atividades é grande, essas questões também variam em maior ou menor intensidade. Todavia, podemos dizer que essa é a realidade do setor.

A dissertação possibilitou essa constatação, pela voz dos sujeitos que, de todo modo, não focalizaram somente nos problemas da categoria, mas também nas suas soluções.

Foi com esse sentido que a voz dos trabalhadores comerciários se traduziu num roteiro estruturado na pretendida Cartilha que acompanha a pesquisa. Um dos primeiros passos desta conclusão não concluída é continuar com o SECRJ o seu refinamento e, mais adiante, sua impressão e colocação em rede virtual.

Como ex-comerciária e "pesquisadora adjunta" de companheiros de minha ex-categoria chegar aqui, num degrau acima de meus conhecimentos, "empurrada" por eles, é alegria e honra.

REFERÊNCIAS

BARDIN, F. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Almedina Brasil, São Paulo, 2016.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 05/12/2012.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 3.120 de 1ºde julho de 1998. **Aprova a instrução normativa de vigilância em saúde do trabalhador no SUS**. 1998. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3120_17_12_2013.html Acesso em: 13 mar. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017
Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_1_28_SETEMBRO_2017.pdf em: 13 mar. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf. Acessado em: 13 ago 2013.

_____. Ministério da Saúde. Portaria de consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017. **Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html Acessado em: 13 ago 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Manual Técnico do Curso Básico de Vigilância em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Brasília : Ministério da Saúde, 2017, p. 11.

_____. Senado Federal. Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a**

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf Acessado em: 13 set 2017.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa: revisão técnica: Dirceu, -3ª ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CARLIM-COTRIM, B. **Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias**. Rev. de Saúde Pública 30(3):3-15, 1996.

DALL'AGNOL, C. M.; CIAMPONE, M.H.T. **Avaliação de desempenho:** diálogos e representações de um grupo de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, 55(4): 363-369, 2002.

DESLANDES, S.; NETO, O. C. GOMES, R ;MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DUARTE, F. J. C. M.; FEITOSA, V. C. R. Linguagem e trabalho. Rio de Janeiro: Lucena, 1998. p. 37.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança.** Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GAZE, R.; LEÃO, LH.C.; VASCONCELLOS, L.C.F. Os movimentos de luta dos trabalhadores pela saúde. In: VASCONCELLOS, L.C.F.; OLIVEIRA, M.H.B.O. (Org.). **Saúde, trabalho, direito**: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

GUEDES, B.N.; ARAÚJO, D. V. de; NÓBREGA DE ANDRADE, M.; COSTA, S. F. G. da. **Grupo focal:** Método e Aplicação em pesquisas qualitativas. Rev. Bras. De Ciências da Saúde. Vol 10, n°1, pág.87-92. 2006 UFPB

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 5ª edição, 1999.

JORNAL DO COMERCIÁRIO. N° 21, janeiro de 2019. Disponível em: www.secrj.org.br Acessado em: 22/01/2019.

JORNAL DO COMERCIÁRIO. Edição Nº 3, de março de 2015. Disponível em: www.secrj.org.br Acessado em: 22/08/2017.

LACAZ, F. A. de Castro. **O Campo da Saúde do Trabalhador:** resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(4):757-766, abr, 2007.

LARA, M. A.; ACEVEDO, M.; BEREZON, S**. La depressión feminina vista desde**

la subjetividade de las mujeres. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(3): 818-828. 2004.

LIMA, M. T.; BUCHER, J. S. N. F.; LIMA, J. W. O. **A hipertensão arterial sob o olhar de uma população carente:** um estudo exploratório a partir de conhecimentos, atitudes e práticas. Cadernos de Saúde Pública. 20 (4): 1079-1087, 2004.

MARX, K. (1859/1972). **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Éditions Sociales, 1859.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo, Martin Claret. (2003)

MENDES, R.; DIAS. E., 1991. **Da Medicina do Trabalho à saúde do trabalhador**. Revista de Saúde Pública, 25: 341-349.

MINAYO-GOMEZ, C. ; THEDIM-COSTA, S. M. da F. **A construção do campo da saúde do trabalhador:** percursos e dilemas. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2): 21-31, 1997.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec-Abrasco, São Paulo-Rio de Janeiro, Ergonomie. Paris, Techiplus1996.

NETO, O; MOREIRA, M. R; SUCENA, M.L.F.2001**. Grupos Focais e Pesquisa Qualitativa:** o debate orientado da técnica de investigação. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002

NOULIN, M. **Ergonomie**. Paris: Techniplus, 1992.

OLIVEIRA NETO; C, MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M., MARINS, R. S.. **Grupos Focais e pesquisa social:** o debate orientado coo técnica de investigação. Rio de Janeiro: CCS/ENSP (Mimeo, 2001).

ODDONE, I. et al. **Ambiente de Trabalho:** a luta dos trabalhadores pela saúde. Tradução de Salvador Obiol de Freitas. Hucitec, São Paulo, 1986.

Paiva, M. J.; VASCONCELLOS, L. C. Movimento operário italiano: o surgimento do campo da saúde do trabalhador. In: VASCONCELLOS, L. C. de; OLIVEIRA; M. H.B.de (Org.) **Saúde, trabalho e direito:** uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

SANTOS, A. P. M. B. dos. **Implementação de uma comunidade ampliada de pares:** o Fórum Intersindical de Formação Saúde-Trabalho-Direito – para a ação em saúde do trabalhador. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

TAMBELLINI, A. T. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador**: análises e perspectivas**.** I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Rio de Janeiro:

Abrasco/Fiocruz, 1986.

VASCONCELLOS, L. C. de; OLIVEIRA; M. H.B.de (Org.) **Saúde, trabalho e direito:** uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

VASCONCELLOS, L. C. DE; GOMEZ, C. M., MACHADO, J. M. H. Entre o definido e o por fazer na vigilância em saúde do trabalhador. Revista: Ciência & Saúde Coletiva, 19(12): 4617-4626, 2014

WESTPHAL, M.F.; BOGUS, C.M.; FARIA, M.M. **Grupos Focais:** experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. Bol. Oficial Saint Panam. 120 (6): 472-482, 1996.

RUBIO TYRRELL M.A.; ROCHA, C. R.; SIQUEIRA, P.R.A. **O cotidiano da assistência ao recém-nascido:** propostas e bases operacionais. Rev. De Enf. Da Escola Ana Nery, 5(3): 315-324, 2001. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias.html Acesso em: 23 de outubro de 2019.

MIRANDA LACERDA, K.., PEREIRA FERNANDES, RC, COELHO DA COSTA NOBRE, L., LOPES PENA, P. G. **A (in)visibilidade do acidente de trabalho fatal entre as causas externas**: estudo qualitativo. Rev. bras. saúde ocup. vol.39 no.130 São Paulo July/Dec. 2014 Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572014000200127. Acessado em: 23 de Octubre de 2019.

FIS. **[Boletim] Informativo [do] Fórum Intersindical Saúde-Trabalho- Direito**, Rio de Janeiro, ano IV , n. 44, abr. 2019.

FIS. **[Boletim] Informativo [do] Fórum Intersindical Saúde-Trabalho- Direito**, Rio de Janeiro, ano IV , n. 45, mai. 2019.
FIS. **[Boletim] Informativo [do] Fórum Intersindical Saúde-Trabalho- Direito**, Rio de Janeiro, ano IV , n. 46, jun. 2019.

BRAGA, D. ;LEITE, E.;.ALVES, F.N.; G, BORGES; R.,NETO e S.,OLON – (IN) **Visibilidade em Saúde do Trabalhador**. In: Cadernos de Relatos de Experiências em Saúde do Trabalhador. Saúde do trabalhador e controle social. (Org. por Renata Vasconcelos Neto et al. Rio de Janeiro – RJ. ENSP/CESTEH (2018)

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO GRUPO FOCAL

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA ENSP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO GRUPO FOCAL

Prezado,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: "Trabalhadores Comerciários: uma experiência do 'saber operário' na construção de conhecimentos sobre vigilância em saúde do trabalhador", desenvolvida por Daphne Braga, discente de Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde do Trabalhador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação do Professor Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos.

O estudo em questão tem como objetivo central identificar e descrever os passos para a produção de instrumento/s pedagógico/s para a Vigilância em Saúde do Trabalhador, a partir da articulação entre 'o saber operário' e o saber acadêmico.

Esta pesquisa tem a intenção de construir conhecimentos sobre a categoria (comerciário) para o exercício da Vigilância em Saúde do Trabalhador, buscando assim, compreender as possíveis relações entre saúde/doença e a relação com o trabalho. As informações adquiridas durante a pesquisa poderão auxiliar em novas reflexões sobre o tema.

Propomos utilizar a técnica de grupo focal onde serão realizados de seis a oito encontros com duração de uma hora e trinta, cada encontro, no próprio sindicato, em sala reservada, com alguns dirigentes sindicais do SECRJ, alguns funcionários do sindicato que são responsáveis pelo atendimento direto aos comerciários, indicados pelos dirigentes sindicais (até dez participantes) e a pesquisadora discente do mestrado, como moderadora do grupo.

O critério de escolha para participação no grupo focal será o desejo do trabalhador participar da discussão sobre saúde e trabalho, sendo facultado ao participante se retirar, a qualquer momento, sem prejuízo algum. Haverá a divulgação da pesquisa no sindicato e os dirigentes sindicais que optarem participar do grupo focal serão informados previamente sobre temas voltados às questões propostas pelo grupo. Com isso, a ideia é construir um roteiro de perguntas sobre o conhecimento do trabalhador comerciário sobre o trabalho e a possível relação do mesmo com a saúde e/ou adoecimento.

Um roteiro confeccionado previamente pela pesquisadora será apresentado ao grupo focal no primeiro dia com vistas a apresentação do mesmo aos participantes e, se acordado pelo grupo poderá ser modificado. O grupo focal também fará uma cartilha com temas vinculados a saúde do trabalhador comerciário com a intenção de divulgação nos comércios visitados pelos dirigentes sindicais. Todos os temas abordados durante o grupo focal serão submetidos a aprovação dos participantes. A pesquisadora será apenas a moderadora do grupo, onde os temas serão transcritos no texto da Cartilha. Quanto às discussões do grupo focal, cabe informar que as mesmas poderão ser gravadas, a critério da autorização de todos os participantes do grupo.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Grupo Focal (TCE-GF) será assinado pelo participante e pela pesquisadora em duas vias, sendo que uma via ficará com o participante e a outra via será entregue à pesquisadora. Em caso de desistência da participação no encontro a gravação será interrompida, caso tenha sido iniciada, sem prejuízo ao participante.

A pesquisadora garantirá o anonimato dos participantes na divulgação dos resultados e quanto ao cuidado do material produzido durante a pesquisa uma vez que somente a pesquisadora e o orientador terão acesso. No entanto, quanto aos temas discutidos pelo grupo, o sigilo não poderá será garantido devido à natureza do estudo, uma vez que outras pessoas estarão presentes.

O presente estudo pode não apresentar benefícios diretos para você na participação do mesmo, porém, as informações que você fornecer poderão contribuir para que o SECRJ fortaleça às ações com os trabalhadores que compõem o diversificado setor comerciário e possa realizar iniciativas compartilhadas com os trabalhadores que estão na linha de frente do setor comerciário.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados em momento devolutivo, com previsão de apresentação para o mês de maio, do ano de 2019, dirigida ao público participante, na Sede do SECRJ. Também será apresentada a Cartilha produzida pelo grupo focal que será utilizada pelo sindicato com o objetivo de disseminar informações sobre a saúde do trabalhador.

Em caso de dúvidas ou considerações os participantes poderão entrar em contato com a autora da pesquisa através do telefone do CEREST 2: 2088-0559 e do e-mail: bragadaphne@gmail.com

Ao final da pesquisa, todo material (gravações, imagens e documentos) será mantido em um banco de

dados da pesquisa com acesso restrito sob a responsabilidade do pesquisador coordenador, para a utilização exclusivamente na produção de artigos científico e material de divulgação relacionados à presente pesquisa, obedecendo o prazo de cinco anos. Ao final de cinco anos o material poderá ser destruído total ou parcialmente.
Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.
Tel do CEP/ENSP: (21) 2598-2863
Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo - Rio de Janeiro – Manguinhos. E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br http://www.ensp.fiocruz.br/etica

Rio de Janeiro,_____ de _____ de 2019.

_____ _____
Nome do pesquisador Assinatura do pesquisador

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada Trabalhadores Comerciários: uma experiência do 'saber operário' na construção de conhecimentos sobre Vigilância em Saúde do Trabalhador e concordo em participar.

☐ Autorizo a gravação do grupo focal
☐ Não autorizo a gravação do grupo focal

☐ Autorizo o registro de imagem por foto do grupo focal
☐ Não autorizo o registro de imagem por foto do grupo focal

_____ _____
Nome do participante grupo focal Assinatura do participante do grupo focal

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ENTREVISTA

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA ENSP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ENTREVISTA

Prezado,

Você está sendo convidado (a) a participar, na condição de entrevistado, da pesquisa: "Trabalhadores Comerciários: uma experiência do 'saber operário' na construção de conhecimentos sobre vigilância em saúde do trabalhador", desenvolvida por Daphne Braga, discente de Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde do Trabalhador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação do Professor Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos.

O estudo em questão tem como objetivo central identificar e descrever os passos para a produção de instrumento/s pedagógico/s para a Vigilância em Saúde do Trabalhador, a partir da articulação entre 'o saber operário' e o saber acadêmico.

Esta pesquisa tem a intenção de construir conhecimentos sobre a categoria (comerciário) para o exercício da Vigilância em Saúde do Trabalhador, buscando assim, compreender as possíveis relações entre saúde/doença e a relação com o trabalho. As informações adquiridas durante a pesquisa poderão auxiliar em novas reflexões sobre o tema.

A participação se dará ao responder, em local reservado, no sindicato (sala específica para este fim), sem ser interrompido, às perguntas formuladas pela pesquisadora, onde o entrevistado/participante poderá se expressar livremente, sendo facultado ao entrevistado parar em qualquer momento a entrevista, sem prejuízo algum. Serão realizadas quarenta entrevistas, sendo vinte com os dirigentes sindicais e, vinte entrevistas com outros comerciários que procurarem o sindicato para atendimentos diversos de orientação. O roteiro da entrevista será o mesmo utilizado com os dirigentes sindicais, confeccionado previamente pela pesquisadora e validado pelo grupo focal.

O critério de escolha do entrevistado/participante será aleatório, a partir da divulgação da pesquisa pelos dirigentes sindicais e pelos funcionários participantes do grupo focal. A entrevista somente será gravada se houver a autorização do entrevistado. O tempo de duração da entrevista será de aproximadamente uma hora.

O presente estudo pode não apresentar benefícios diretos para você na participação do mesmo, porém, as informações que você fornecer poderão contribuir para que o SECRJ fortaleça às ações com os trabalhadores que compõem o diversificado setor comerciário e possa realizar iniciativas compartilhadas com os trabalhadores que estão na linha de frente do setor comerciário.

Ao final da pesquisa, todo material (gravações, imagens e documentos) será mantido em um banco de dados da pesquisa com acesso restrito, sob responsabilidade do pesquisador coordenador, para a utilização exclusivamente na produção de artigos científicos e material de divulgação relacionados à presente pesquisa, obedecendo o prazo de cinco anos. Ao final de cinco anos o material poderá ser destruído total ou parcialmente.

Cabe informar ao participante/entrevistado que o projeto está em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde n°510 de 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Quanto aos riscos, o pesquisador estará atento aos riscos mínimos, como por exemplo se o entrevistado não desejar responder qualquer pergunta do roteiro da entrevista, se o mesmo avaliar que a pergunta foi inadequada ou reportou algum fato que tenha ocorrido no local de trabalho e que tenha causado constrangimento que seja necessário interromper a entrevista no

momento e, se necessário for um profissional psicólogo do sindicato poderá realizar atendimento, posteriormente, ao entrevistado, como uma forma de evitar danos atenuar os efeitos. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer dado resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização. Em caso de dúvidas ou considerações os participantes poderão entrar em contato com a autora da pesquisa através do tel.: 2088-0559 (CEREST2) e do e-mail: bragadaphne@gmail.com

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - ENTREVISTA - será redigido em duas vias, sendo fornecida uma via ao participante e outra via ficará com a autora da pesquisa. Todas as páginas do termo deverão ser rubricadas/assinadas.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.
Tel. do CEP/ENSP/FIOCRUZ: (21) 2598-2863.
Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo, Rio de Janeiro – Manguinhos.
E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br e http://www.ensp.fiocruz.br/etica
Rio de Janeiro,

_____ _____
Nome do pesquisador Assinatura do pesquisador

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada Trabalhadores Comerciários: uma experiência do ‘saber operário’ na construção de conhecimentos sobre Vigilância em Saúde do Trabalhador e concordo em participar na condição de entrevistado.

☐ Autorizo a gravação da entrevista
☐ Não autorizo a gravação da entrevista

☐ Autorizo o registro de imagem por foto
☐ Não autorizo o registro de imagem por foto

_____ _____
Nome do participante da pesquisa Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA ENSP

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Eu, Marcio Ayer, Presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, abaixo assinado, autorizo a realização do estudo "Trabalhadores Comerciários: o 'saber operário' na construção de conhecimentos sobre vigilância em saúde do trabalhador, desenvolvido por Daphne Braga, discente do Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde dos Trabalhadores da Escola Nacional de Saúde Púbica Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob a orientação do professor Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos.

Declaro que fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como da utilização do acervo documental do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro para a realização do estudo.

Declaro ainda que parte do estudo será desenvolvido na Sede do SECRJ, onde serão realizadas reuniões com os dirigentes sindicais participantes do grupo focal e com alguns funcionários do sindicato e entrevistas com comerciários que acessam os serviços na sede do sindicato.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2018

_____

Márcio Ayer
Presidente do Sindicado dos Comerciários do Rio de Janeiro

APÊNDICE D - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

1. É importante ter instrumentos pedagógicos em Saúde do Trabalhador para o Sindicato dos Comerciários?
2. O que é um instrumento pedagógico? (Ou o que vocês compreendem como instrumento pedagógico?)
3. Para que servem os instrumentos pedagógicos?
4. Quais os conteúdos devem ser destacados num instrumento pedagógico? Por exemplo: dados de adoecimento sobre os comerciários?
5. Quais as doenças que mais acometem os trabalhadores comerciários na percepção do grupo? Quais os acidentes de trabalho mais incidentes em comerciários?
6. O conceito de Saúde do Trabalhador deve estar em destaque no instrumento pedagógico?
7. Conceito de Vigilância em Saúde do Trabalhador deve ser abordado? Como? Quais as sugestões do grupo focal?
8. Quanto ao formato do instrumento pedagógico, vocês já pensaram em algum? Cartilha?
9. Temas sugeridos pelo Grupo Focal que podem ser abordados: assédio moral, riscos para os trabalhadores comerciários, condições de trabalho, acidentes de trabalho, entre outros.
10. Percepção dos trabalhadores comerciários do comércio varejista – descrição da rotina de trabalho dos componentes do grupo focal que desejarem abordar o dia-a-dia.
11. Percepção dos trabalhadores comerciários do comércio atacadista – descrição da rotina de trabalho dos componentes do Grupo Focal que desejarem abordar o dia-a-dia.

OBS: serão realizadas de seis a oito encontros com duração entre uma hora e trinta e duas horas.

Obs: outras questões sobre saúde do trabalhador poderão ser acrescentadas durante os encontros do grupo focal.

ANEXO A - A CARTILHA DA SAÚDE DO TRABALHADOR COMERCIÁRIO

Apresentação

Esta cartilha pretende divulgar aos dirigentes sindicais, militantes, cipeiros, trabalhadores e trabalhadoras que estejam trabalhando como comerciários, os temas relacionados à saúde dos trabalhadores.

A pauta que se deseja discutir é a saúde dos trabalhadores que estão no “front line” do comércio, ou seja, os comerciários que estão “na frente de loja”.

A intenção é informar para a ação, ou seja, nós acreditamos que acidentes de trabalho, doenças do trabalho e mortes no trabalho precisam ser evitados. O trabalho não deve ser fonte de adoecimento e morte.

A reestruturação produtiva, as crises econômicas e os projetos que retiram direitos trabalhistas estão massacrando os comerciários e as comerciárias diariamente, principalmente através da diminuição dos postos de trabalho, do consequente aumento da exploração, colocando em risco a vida e a saúde dos trabalhadores que laboram em pleno século XXI em ambientes análogos à escravidão, como por exemplo a pauta do trabalho intermitente aprovada recentemente pela Reforma Trabalhista aprovada em 2017.

O assédio moral e o sexual relacionados ao trabalho também são temas em destaque durante a pesquisa que realizamos de forma compartilhada com o Grupo Focal e com os trabalhadores e as trabalhadoras/entrevistados que responderam às questões abordadas.

A temática referente à queda nos salários dos comissionistas que vivenciam todos os dias a pressão para alcançarem metas inatingíveis nos dias de hoje é um tema importante para traçarmos estratégias de negociação. É evidente que o comércio mudou nos últimos anos. Fato este descrito pelos trabalhadores em muitas entrevistas e que chegaram a se emocionar, principalmente aqueles que já estão aposentados e vivenciaram “outros tempos” e que hoje sofrem assistindo várias lojas fecharem no Centro do Rio.

É necessário abordar que o trabalho dos comerciários está em transformação e que nos últimos anos a venda não é mais a mesma. Estar de frente com o cliente e explorar a abordagem “olho no olho”, hoje é disputada com as vendas pela internet e com o preço na loja, na maioria das vezes diferente do preço da venda pelo site. Sem

contar que em muitos casos o cliente pesquisa na internet, vai até a loja, verifica a mercadoria, tira as dúvidas com o vendedor comissionista e diz que está apenas "olhando" e que vai pesquisar e comprar outro dia. E o trabalhador ali, no "front line" com os desafios advindos das transformações no mundo do trabalho e como você já é um vendedor antigo e aplicou todas as técnicas dos treinamentos recebidos ao longo da sua vida no comércio porque você sempre viveu do comércio e tudo que você tem se deve ao comércio, você "falha" por não reverter a venda ali, naquele momento. E aí, você carrega a frustração da perda da venda para o seu dia.

Outro destaque importante refere-se ao cotidiano do trabalho do vendedor que ao ouvir do gerente que você "sempre foi ponteira de loja" e o gerente ainda perguntar se você vai deixar o fulano (outro vendedor) passar você nas vendas, não é algo incomum nos dias de hoje. E a observação do superior na frente dos outros vendedores acaba deixando você com um sentimento de fracasso mesmo e que o problema é com você que não está bem para vender.

Não é para qualquer um estar "no front line", aliás não é para ninguém ultrapassar os seus limites, em pé por seis, oito, doze horas ou até mais quando você "quer bater" a meta. Trabalhar em condições precárias: sem água para beber, pois muitas vezes você precisa trazer de casa porque o local de trabalho não disponibiliza água potável muito embora esteja garantido por lei, não é uma exceção de um determinado local de trabalho.

E a alimentação precária dos trabalhadores comerciários? Em muitos locais de trabalho a alimentação é trazida de casa pelo trabalhador que não tem disponível no local de trabalho uma geladeira para manter a comida em condições ideais de refrigeração. Ou outras vezes, quando a empresa oferece alimentação o local não é adequado e nem tem uma cadeira e uma mesa para realizar a refeição. E horário disponível para realizar a alimentação? Nem todos os locais de trabalho que eu estive visitando como pesquisadora, as condições estavam adequadas.

Ir ao banheiro quando o trabalhador precisa também merece atenção até nas perguntas da entrevista proposta. Parece constrangedor falar sobre isso? Será que é a realidade de todos os locais de trabalho há possibilidade de ir ao banheiro quando necessita? Infelizmente não é a realidade. Muitas trabalhadoras já relataram que tiveram infecção do trato urinário mais de uma vez porque seguravam "a vontade de ir ao banheiro" por não poderem ir naquele momento por não haver outra para substituição ou por ter que aguardar a anuência da ida ao banheiro por um superior.

As condições de trabalho relatadas acima podem causar adoecimento físico? Podem causar sofrimento psíquico? Imagina não conseguir segurar e sair totalmente molhada do caixa de um supermercado? E também podem causar sofrimento psíquico nos trabalhadores por não conseguirem atingir as metas individuais e/ou do estabelecimento e, também por não oferecerem as vendas dos serviços de garantia estendida, por exemplo.

Será que as reuniões realizadas diariamente quando inicia a jornada de trabalho, falando da meta da loja e a missão do colaborador ou do associado (nomes dos cargos dos comerciários em vários estabelecimentos) e que o emprego dele/dela está diretamente relacionado às vendas da loja? Em muitas entrevistas os relatos sobre as ameaças de perda do emprego ocorrem diariamente e muitas vezes é uma situação tão comum que muitos trabalhadores chegaram a relatar que *"a fila lá fora tá crescendo"*, ou seja, muitos repetem o que é repassado pelo supervisor/gerente como se fosse "uma culpa do indivíduo que não consegue atingir a meta".

Os trabalhadores vivenciam problemas que julgam serem pessoais e que não estão relacionados ao trabalho, como por exemplo a fadiga por excesso de trabalho e cobranças que os próprios trabalhadores relatam que "são de casa" e acaba escondendo dos outros colegas de trabalho e não discutindo as questões que estão relacionadas a forma como o trabalho está organizado.

A discussão dos temas inicialmente em destaque por um grupo de trabalhadores e trabalhadoras que são comerciários hoje e que participaram do Grupo Focal da pesquisa em tela é apenas um estalo para o debate iniciar na base, ou seja, levar algumas discussões para que a categoria possa se fortalecer, até porque não temos como esgotar o debate sobre "a categoria comerciários" porque são vinte e sete segmentos segundo o Cadastro Nacional de Empregados (CNAE), e assim há questões muito específicas e diferenciadas, como por exemplo: o universo de trabalho de um vendedor de uma loja de sapatos de um shopping e de uma trabalhadora comerciária de um supermercado que é operadora de caixa e que um dia é desviada de função para a padaria, para usar um maquinário que ela não conhece e que nunca teve treinamento, mas que não se opõe ao desvio de função no momento porque tem medo de perder o emprego e porque a chefia que solicitou a troca fez a operadora acreditar que era necessário para a padaria não interromper a produção.

A luta por melhores condições de trabalho e em defesa da vida no trabalho é de todos nós. Vamos lutar em defesa dos trabalhadores! A pauta que nos une é a

saúde dos trabalhadores!

Temas em destaque pelo GF:

Conceitos: Saúde do Trabalhador, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiente de Trabalho, Processo de Trabalho, Organização do Trabalho, Revolução 4.0, etc.

Assédio Moral/Sexual – relacionado ao trabalho – conceito/legislação/ exemplos nos locais de trabalho/ o que fazer? / Como o SECRJ pode ajudar? Ouvidoria (alguns exemplos). Impacto na Saúde dos Trabalhadores.

Estafa/Estresse/ relacionados ao trabalho: alguns exemplos discutidos no GF – como identificar?

Saúde Mental e Trabalho: cobrança por metas e vendas (subjetividade e a saúde do trabalhador que "não vende ou deixa de ser a ponteira de loja" (estímulo ao individualismo e à competitividade com os outros vendedores) e outros assuntos desenvolvidos pelo GF.

Acidente de Trabalho – conceito, cobertura legal, estabilidade, CAT (o que é?, Quem faz? Como o Jurídico do SECRJ atende aos comerciários? CIPA: o que é? Como ocorre a participação do trabalhador e como o SECRJ atua nos casos em que realiza a fiscalização?

Direitos do Trabalhador após a Reforma Trabalhista de 2016: confira o que mudou e como fazer para pleiteá-los.

Dependência Química e os impactos na Saúde dos Trabalhadores: como o SECRJ atua? Absenteísmo dos trabalhadores e os serviços oferecidos pelo SECRJ.

Estratégias de luta do SECRJ atualmente: prioridade zero/zero: dar visibilidade (como?) Sindicalizando.

Convenção Coletiva e Cláusulas Sociais /Acordo Coletivo – (data/base: maio de

2019) – Desafios para 2019. Como fazer para garantir direitos sem o repasse da contribuição sindical (não é mais obrigatória). Classe trabalhadora pulverizada em 26 categorias.

Outros temas que a cartilha poderá conter, segundo o GF:

Dados da OIT/INSS sobre o trabalho/acidentes de trabalho/doenças que mais acometem os comerciários: LER/DORT – perícia (maior dificuldade de nexo causal pelo perito que geralmente nega a relação com o trabalho); EPI (fornecimento pela empresa e treinamentos);

Destaque para os Supermercados e hipermercados – despontam como os campeões em acidentes de trabalho na categoria do comércio varejista. Foram 25 mil ocorrências em 2013 (INSS).
Datas importantes para o comerciário
Cartilha deverá ser de linguagem simples para atrair a leitura dos trabalhadores comerciários do “chão de loja”.

ANEXO B – CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS 2.0/ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (CNAE/IBGE)

Seção G	Divisão	Grupo	Classe	COMERCIO
	45			**COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS**
		45.1		**Comércio de veículos automotores**
			45.11-1	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores
			45.12-9	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
		45.2		**Manutenção e reparação de veículos automotores**
			45.20-0	Manutenção e reparação de veículos automotores
		45.3		**Comércio de peças e acessórios para veículos automotores**
			45.30-7	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores
		45.4		**Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios**
			45.41-2	Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios
			45.42-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios
			45.43-9	Manutenção e reparação de motocicletas
	46			**COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS**
		46.1		**Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas**
			46.11-7	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos
			46.12-5	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos
			46.13-3	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens
			46.14-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
			46.15-0	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico
			46.16-8	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem
			46.17-6	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
			46.18-4	Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente
			46.19-2	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado
		46.2		**Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos**
			46.21-4	Comércio atacadista de café em grão
			46.22-2	Comércio atacadista de soja
			46.23-1	Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja
		46.3		**Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo**
			46.31-1	Comércio atacadista de leite e laticínios
			46.32-0	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas
			46.33-8	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros
			46.34-6	Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado
			46.35-4	Comércio atacadista de bebidas
			46.36-2	Comércio atacadista de produtos do fumo

Seção G	Divisão	Grupo	Classe	COMERCIO
			46.37-1	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
			46.39-7	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
		46.4		**Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar**
			46.41-9	Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho
			46.42-7	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios
			46.43-5	Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem
			46.44-3	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário
			46.45-1	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico
			46.46-0	Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
			46.47-8	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações
			46.49-4	Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
		46.5		**Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação**
			46.51-6	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática
			46.52-4	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
		46.6		**Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação**
			46.61-3	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
			46.62-1	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças
			46.63-0	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças
			46.64-8	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
			46.65-6	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças
			46.69-9	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
		46.7		**Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção**
			46.71-1	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
			46.72-9	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
			46.73-7	Comércio atacadista de material elétrico
			46.74-5	Comércio atacadista de cimento
			46.79-6	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral
		46.8		**Comércio atacadista especializado em outros produtos**
			46.81-8	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP
			46.82-6	Comércio atacadista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)
			46.83-4	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
			46.84-2	Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos
			46.85-1	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção
			46.86-9	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens

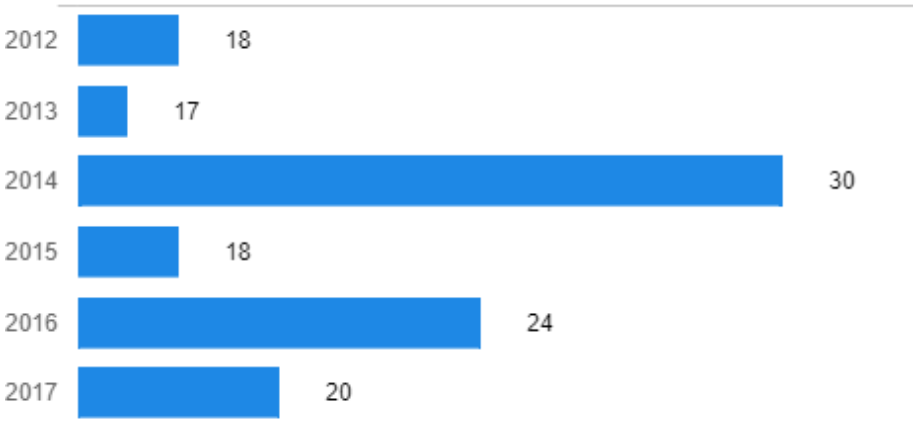
Seção G	Divisão	Grupo	Classe	COMERCIO
			46.87-7	Comércio atacadista de resíduos e sucatas
			46.89-3	Comércio atacadista especializado de outros produtos intermediários não especificados anteriormente
		46.9		**Comércio atacadista não-especializado**
			46.91-5	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
			46.92-3	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários
			46.93-1	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários
	47			**COMÉRCIO VAREJISTA**
		47.1		**Comércio varejista não-especializado**
			47.11-3	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados
			47.12-1	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
			47.13-0	Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios
		47.2		**Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo**
			47.21-1	Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes
			47.22-9	Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias
			47.23-7	Comércio varejista de bebidas
			47.24-5	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
			47.29-6	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo
		47.3		**Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores**
			47.31-8	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
			47.32-6	Comércio varejista de lubrificantes
		47.4		**Comércio varejista de material de construção**
			47.41-5	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
			47.42-3	Comércio varejista de material elétrico
			47.43-1	Comércio varejista de vidros
			47.44-0	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção
		47.5		**Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico**
			47.51-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
			47.52-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
			47.53-9	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
			47.54-7	Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação
			47.55-5	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho
			47.56-3	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
			47.57-1	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
			47.59-8	Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente
		47.6		**Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos**
			47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria
			47.62-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
			47.63-6	Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos
		47.7		**Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos**
			47.71-7	Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário

Seção G	Divisão	Grupo	Classe	COMERCIO
			47.72-5	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
			47.73-3	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
			47.74-1	Comércio varejista de artigos de óptica
		47.8		**Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados**
			47.81-4	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
			47.82-2	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem
			47.83-1	Comércio varejista de jóias e relógios
			47.84-9	Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)
			47.85-7	Comércio varejista de artigos usados
			47.89-0	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente
		47.9		**Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista**
			47.90-3	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista

Fonte: CNAE. Estrutura detalhada da CNAE 2.0: Códigos e denominações.

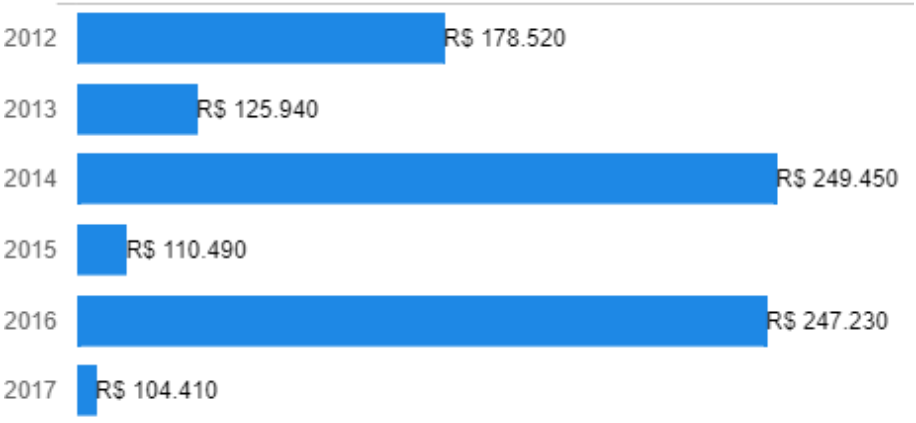
ANEXO C – GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de Afastamentos (auxílio-doença por acidente de trabalho - b91) por Ano. Município de Paty do Alferes (2012-2017)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

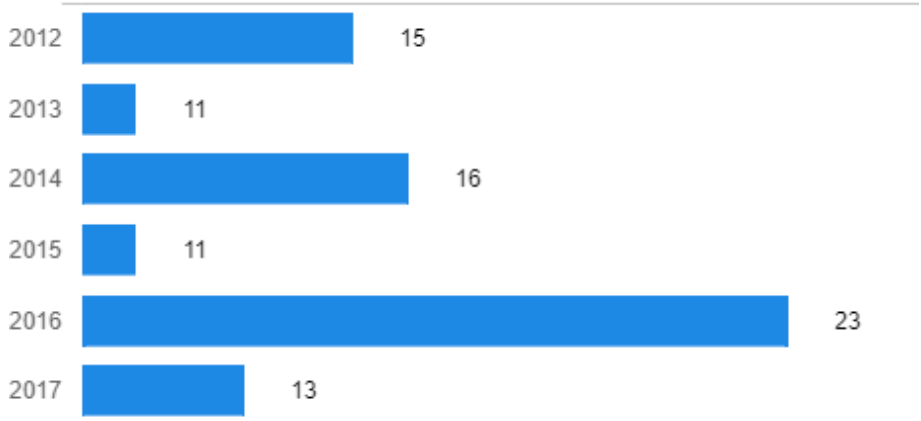
Gráfico 2 - Despesa com Afastamentos (B91) Iniciados em Cada Ano (Acumulado). Município de Paty do Alferes (2012-2017)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

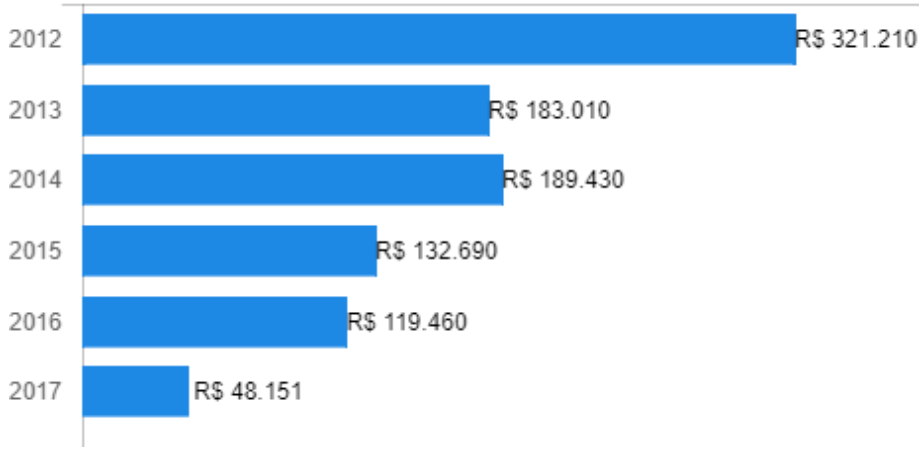
Os gráficos 1 e 2 referem-se ao município de Paty do Alferes evidenciam o total de afastamentos pelo auxílio-doença B-91 que relaciona o afastamento com o trabalho e o gasto em reais com o pagamento dos benefícios, respectivamente. E entre os anos de 2012 e 2017 ocorreu uma diminuição da concessão deste tipo de benefício pelo INSS, apesar do crescimento importante no ano de 2014, porém não foi encontrada a justificativa do aumento dos casos de afastamento pelo trabalho nos anos de 2014 e 2016, nos bancos pesquisados.

Gráfico 3 - Total de Afastamentos (auxílio-doença por acidente de trabalho - b91) por Ano. Município de Miguel Pereira (2012-2017)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

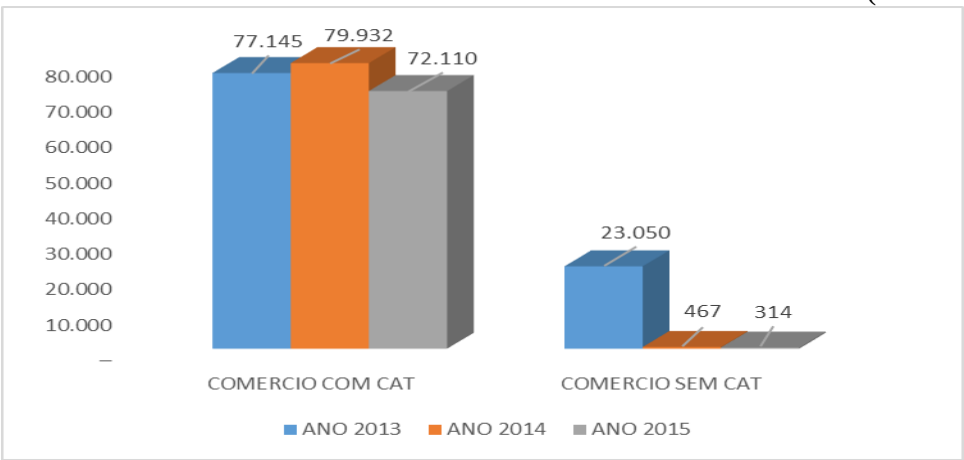
Gráfico 4 - Despesa com Afastamentos (B91) Iniciados em Cada Ano (Acumulado) Município de Miguel Pereira (2012-2017)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Os gráficos 3 e 4 (acima) fazem menção ao mesmo período avaliado no município de Miguel Pereira que apresentou um aumento dos afastamentos dos trabalhadores por acidente ou doença relacionados ao trabalho no ano de 2016, porém no gráfico 4 há uma diminuição das despesas com os afastamentos pelo código B-91, o que confirma uma inconsistência dos dois gráficos.

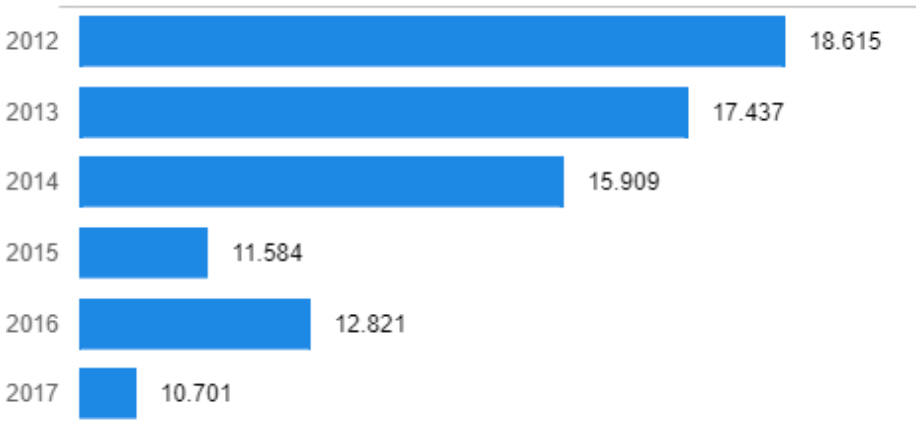
Gráfico 5 - Total de Acidentes no Setor do Comércio com e sem CAT. Brasil (2013-2015)



Fonte: DATAPREV, CAT, SUB.
Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/

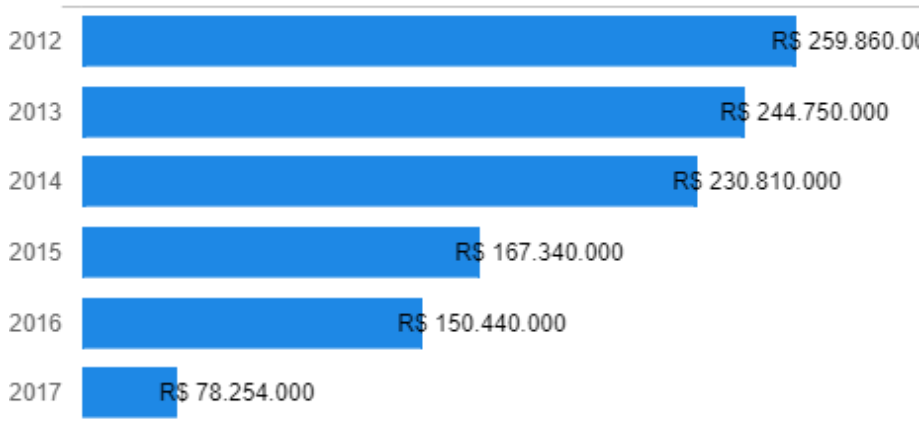
O gráfico 5 aponta um aumento dos registros dos acidentes de trabalho com CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) no ano de 2014, ano em que já esteve em gráficos anteriores, e em que houve um expressivo aumento no número de trabalhadores acidentados, como também ocorreu em 2015 uma diminuição dos registros de acidentes de trabalho em trabalhadores comerciários, através da CAT.

Gráfico 6 - Total de Afastamentos (auxílio-doença por acidente de trabalho - b91) por Ano. Estado do Rio de Janeiro (2012-2017)



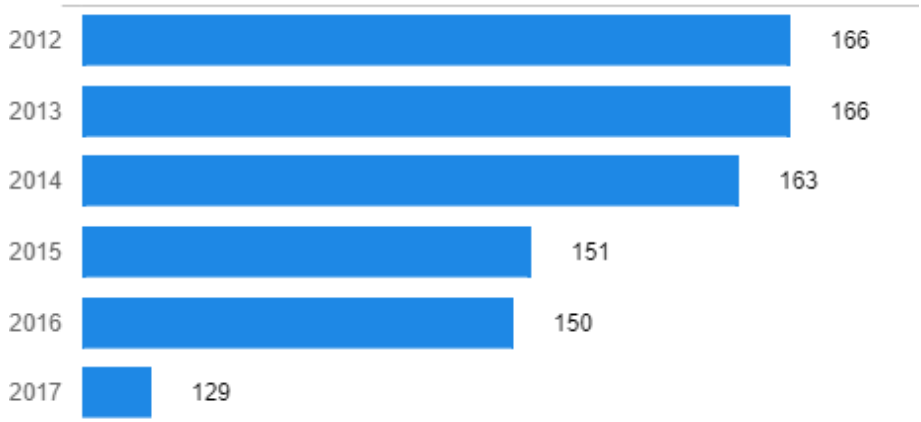
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 7 - Despesa com Afastamentos (B91) Iniciados em Cada Ano (Acumulado). Estado do Rio de Janeiro (2012-2017)



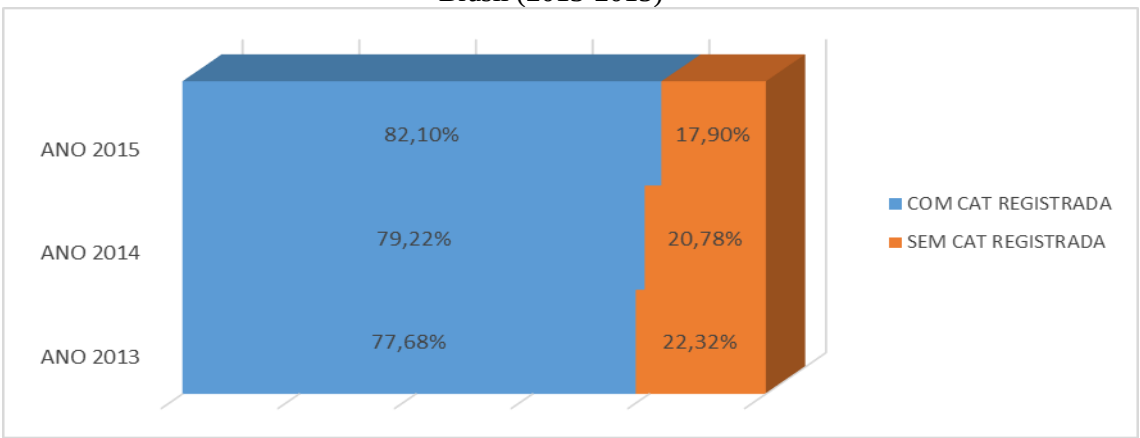
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 8: Acidentes de Trabalho. Estado do Rio de Janeiro (2012-2017)



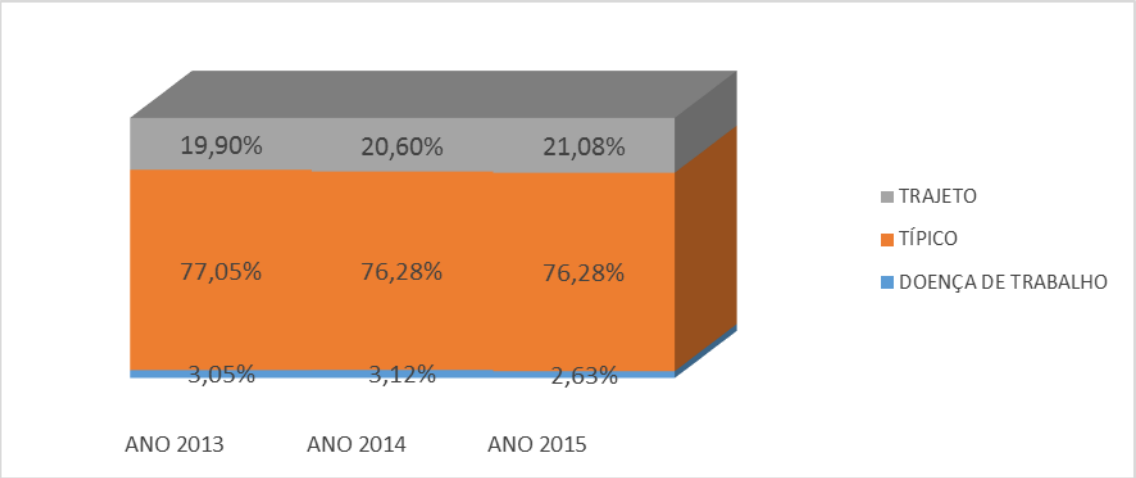
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 9 - Percentual de Acidentes do Trabalho, por Situação do Registro. Brasil (2013-2015)



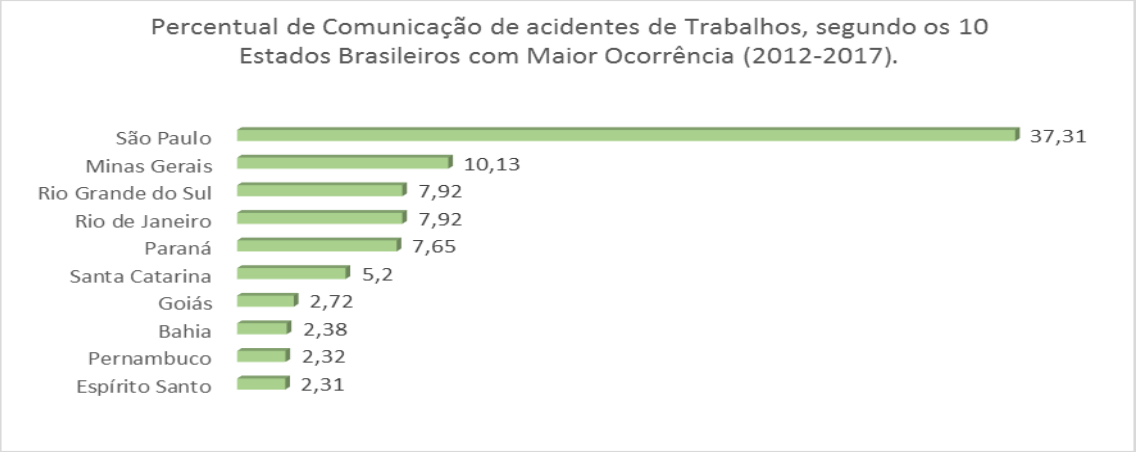
Fonte: DATAPREV, CAT, SUB. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/

Gráfico 10 - Percentual de Acidentes do Trabalho, por Motivo do Registro. Brasil (2013-2015)



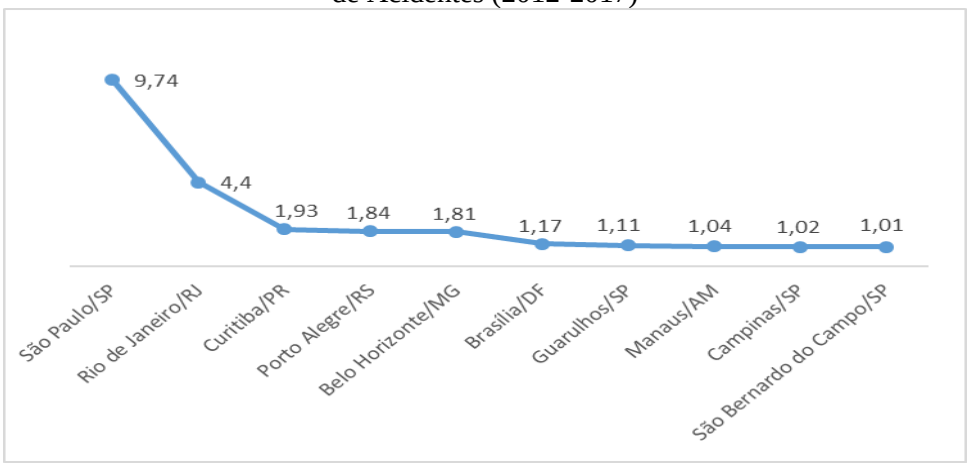
Fonte: DATAPREV, CAT, SUB. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/

Gráfico 11 - Percentual de Comunicação de acidentes de Trabalhos, segundo os 10 Estados Brasileiros com Maior Ocorrência (2012-2017).



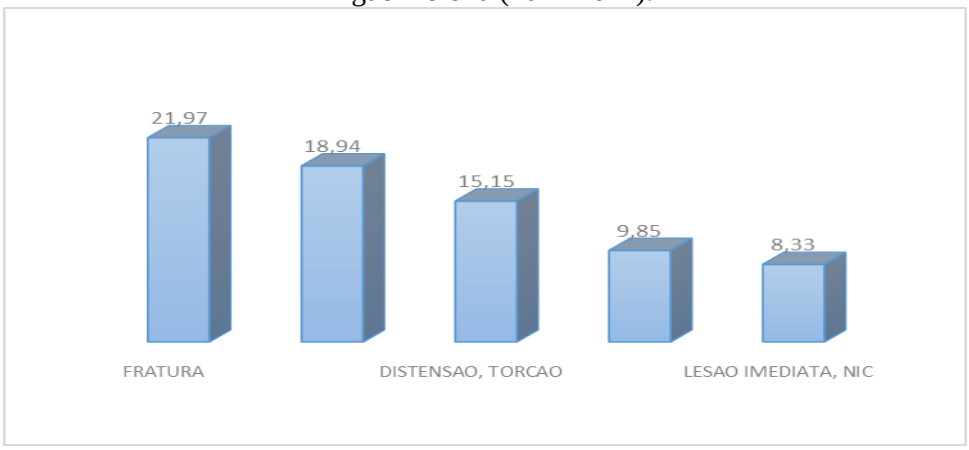
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 12 - Percentual dos 10 Municípios Brasileiros com Setores com Mais Comunicação de Acidentes (2012-2017)



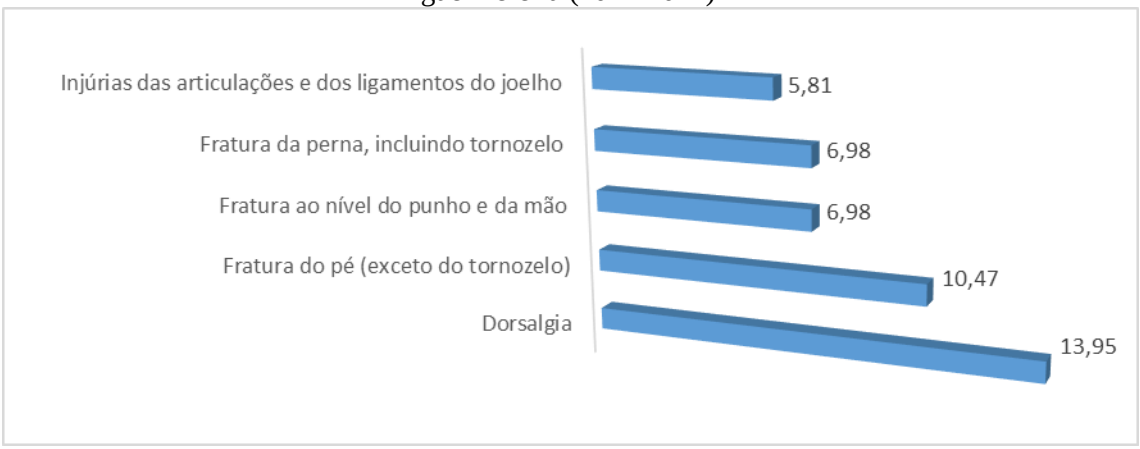
Fonte: Observatório Digital de Saúde de Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 13 - Percentual de Acidente de Trabalho, Segundo a Natureza.
Miguel Pereira (2012-2017).



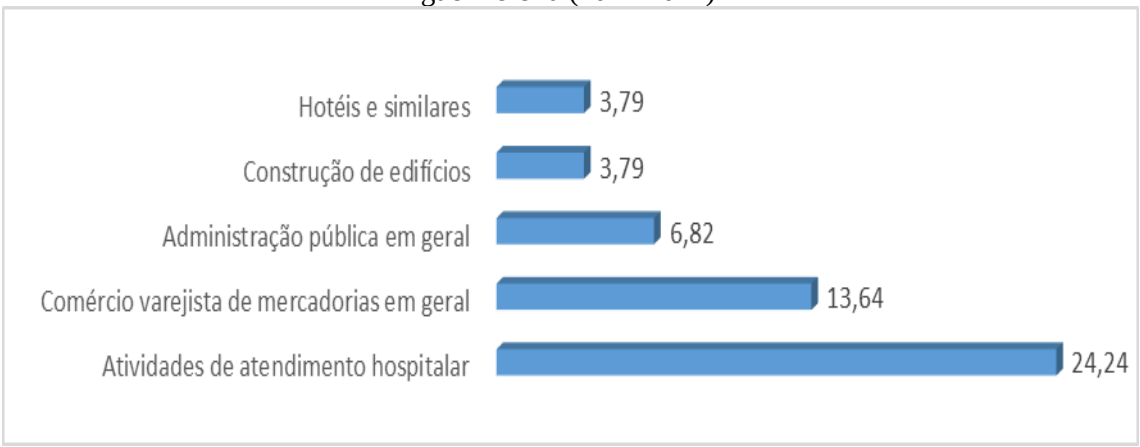
Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 14 - Percentual de Motivos Mais Frequentes para Acidentes e Doenças.
Miguel Pereira (2012-2017)



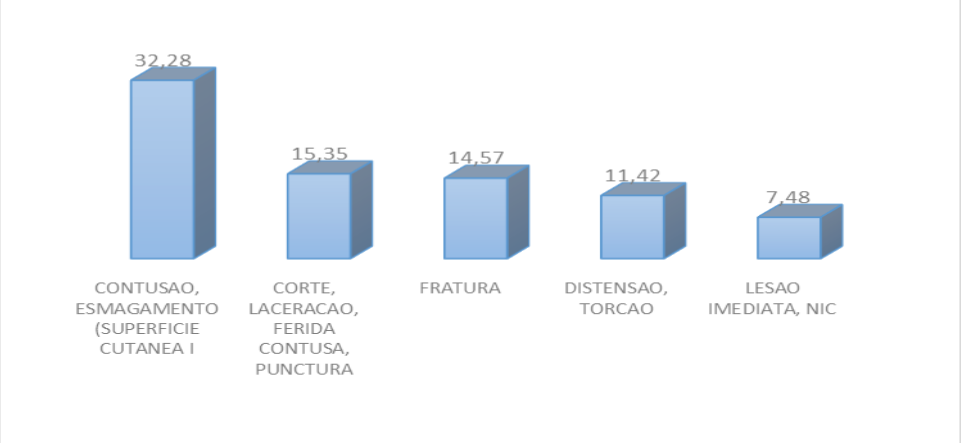
Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 15 - Percentual dos Cinco Setores com Mais Comunicação de Acidentes.
Miguel Pereira (2012-2017)



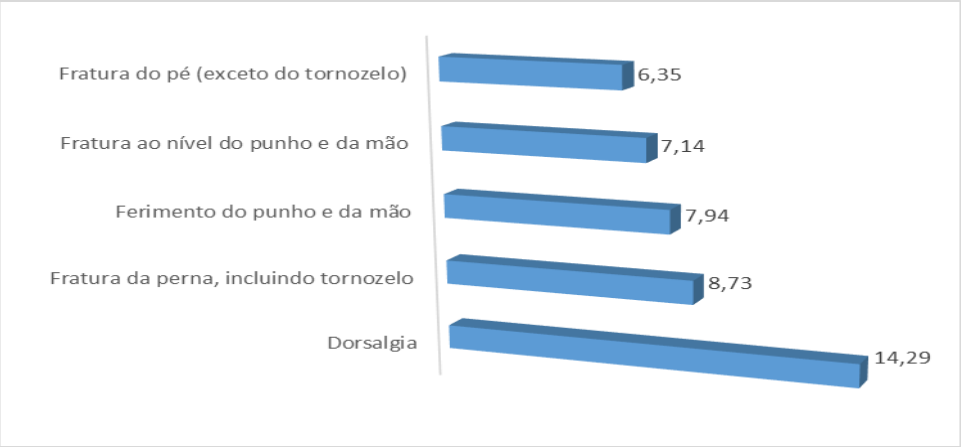
Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/
Nota: Comércio varejista com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados.

Gráfico 16 - Percentual de Acidente de Trabalho, Segundo a Natureza.
Paty do Alferes (2012-2017)



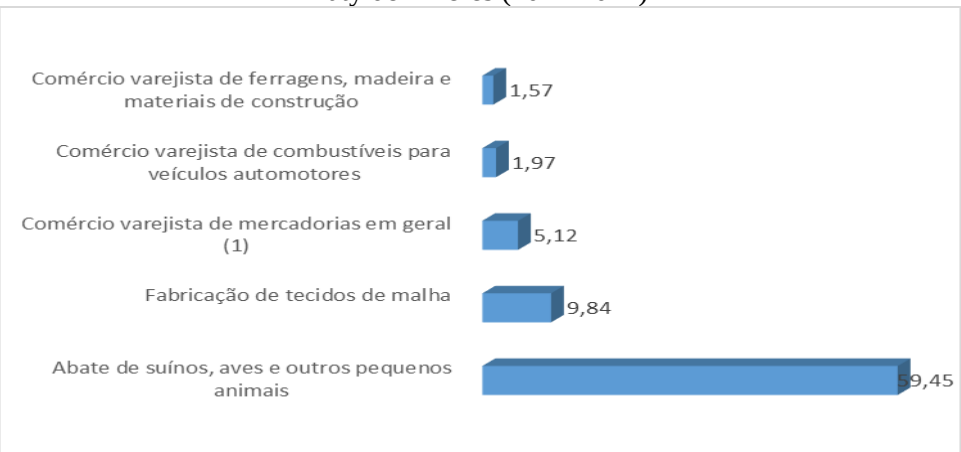
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 17 - Percentual de Motivos Mais Frequentes para Acidentes e Doenças.
Paty do Alferes (2012-2017).



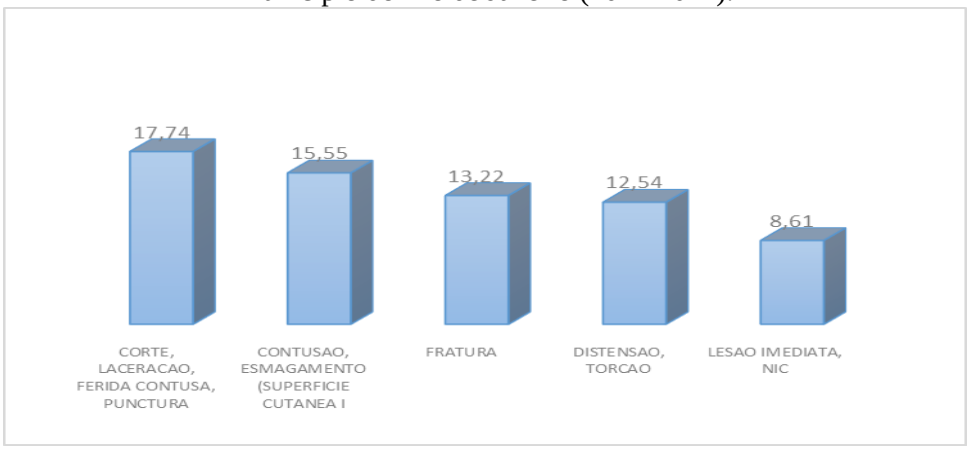
Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 18 - Percentual dos Cinco Setores com Mais Comunicação de Acidentes.
Paty do Alferes (2012-2017)



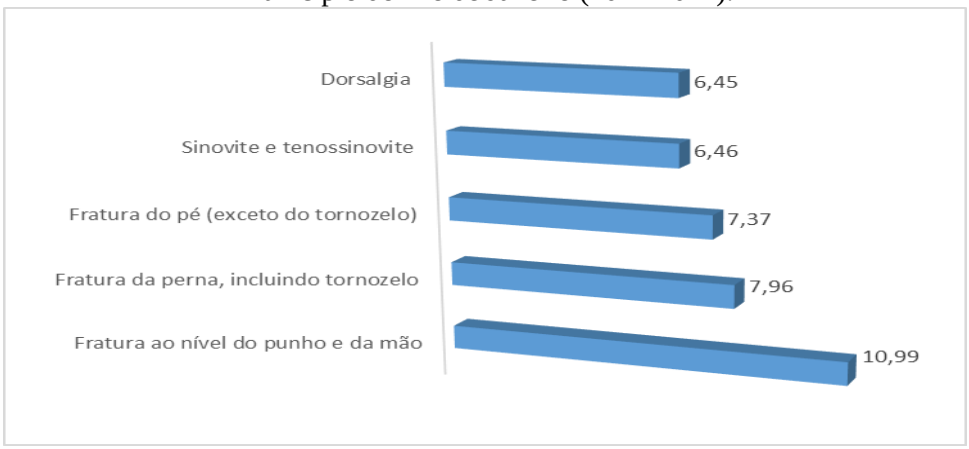
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/
Nota: (1) com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados.

Gráfico 19 - Percentual de Acidente de Trabalho, Segundo a Natureza. Município do Rio de Janeiro (2012-2017).



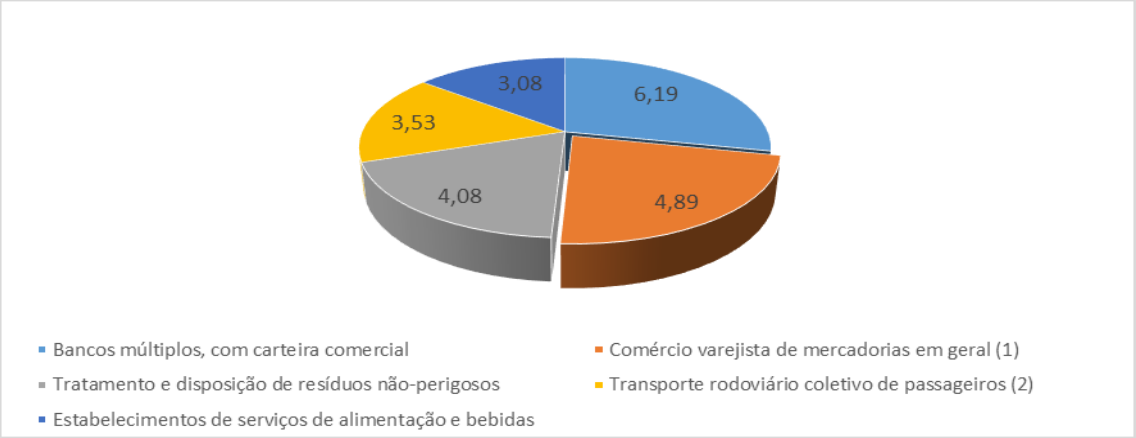
Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 20 - Percentual de Motivos Mais Frequentes para Acidentes e Doenças. Município do Rio de Janeiro (2012-2017).



Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

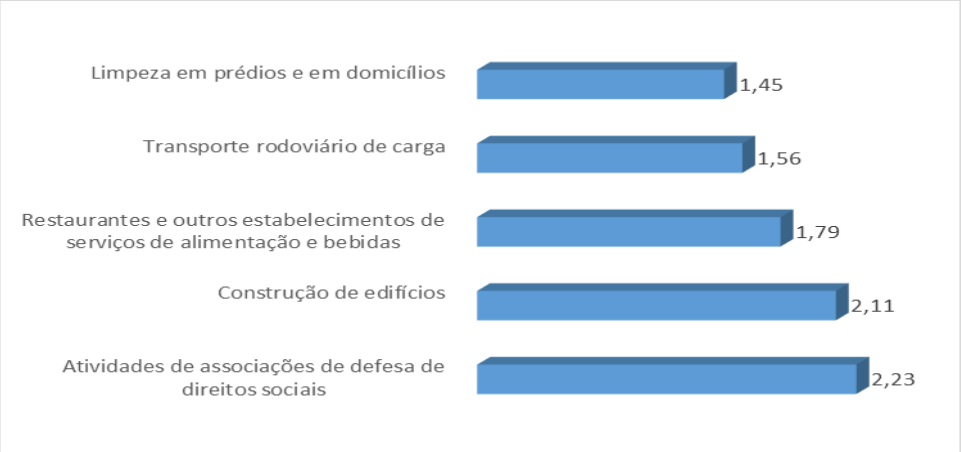
Gráfico 21: Percentual das Cinco Atividades Econômicas com Maior Número de Afastamento. Rio de Janeiro (2012-2017).



Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

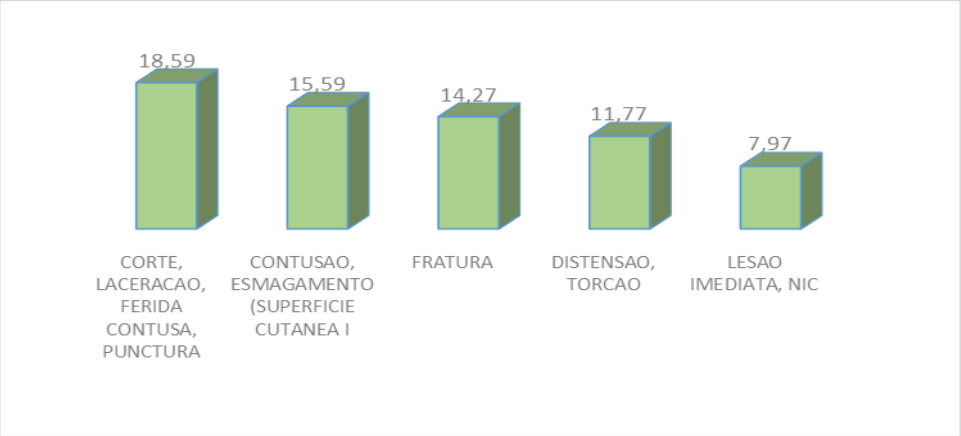
Nota: (1) com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados, (2) com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana.

Gráfico 22 - Percentual dos Cinco Setores com Mais Comunicação de Acidentes. Rio de Janeiro (2012-2017)



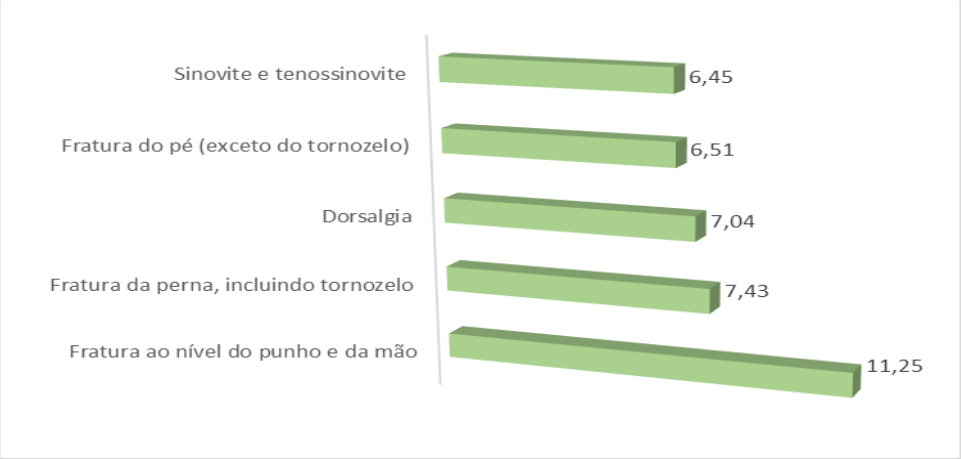
Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 23: Percentual de Acidente de Trabalho, Segundo a Natureza. Estado do Rio de Janeiro (2012-2017).



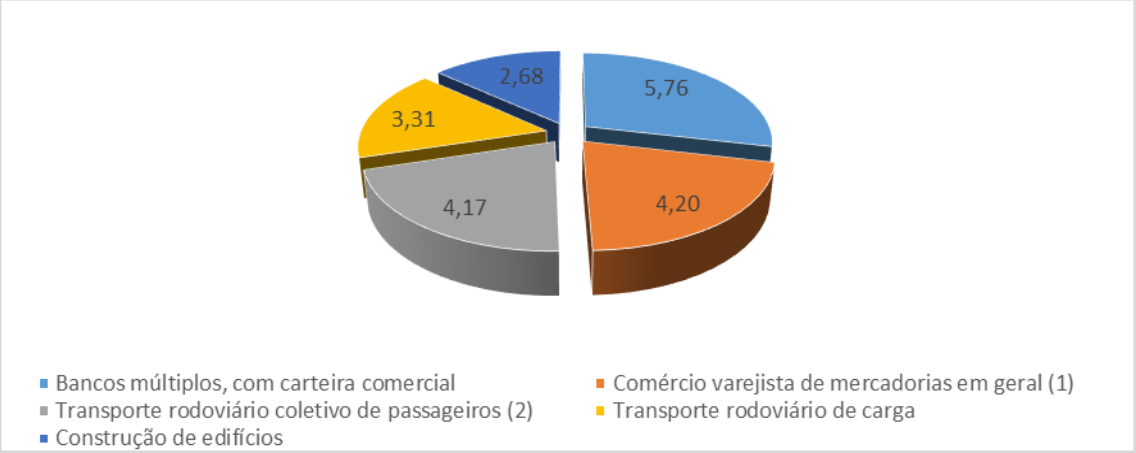
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Gráfico 24: Percentual de Motivos Mais Frequentes para Acidentes e Doenças. Estado do Rio de Janeiro (2012-2017).



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

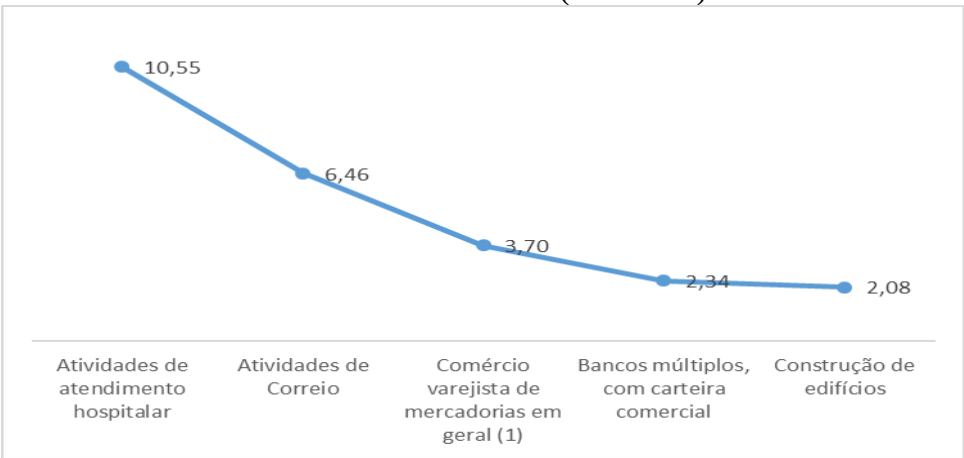
Gráfico 25 - Percentual das Cinco Atividades Econômicas com Maior Número de Afastamento. Estado do Rio de Janeiro (2012-2017).



Fonte: Observatório Digital de Saúde de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Nota: (1) com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados, (2) com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana.

Gráfico 26: Percentual dos Setores Econômicos com mais Notificações. Estado do Rio de Janeiro (2012-2015)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. Disponível em: https://observatoriosst.mpt.mp.br/

Nota: (1) com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados